

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS (CCHN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (PPGHIS)

BELCHIOR MONTEIRO LIMA NETO

BANDIDOS E ELITES CIDADINAS NA ÁFRICA ROMANA:
UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DE ESTIGMAS COM BASE NAS
METAMORPHOSES DE APULEIO DE MADAURA (SÉCULO II)

VITÓRIA
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS (CCHN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (PPGHIS)

BELCHIOR MONTEIRO LIMA NETO

BANDIDOS E ELITES CIDADINAS NA ÁFRICA ROMANA:
UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DE ESTIGMAS COM BASE NAS
METAMORPHOSES DE APULEIO DE MADAURA (SÉCULO II)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas, sob orientação do Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva.

VITÓRIA
2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

L732b Lima Neto, Belchior Monteiro, 1979-
Bandidos e elites cidadinas na África romana : um estudo sobre a formação de estigmas com base nas *Metamorphoses* de Apuleio de Madaura (século II) / Belchior Monteiro Lima Neto. – 2011.
172 f. : il.

Orientador: Gilvan Ventura da Silva.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Apuleio. 2. Bandidos e salteadores. 3. Elites (Ciências sociais). 4. Estigmatização. 5. Identidade. 6. África, Norte. I. Silva, Gilvan Ventura da, 1967-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

BELCHIOR MONTEIRO LIMA NETO

BANDIDOS E ELITES CIDADINAS NA ÁFRICA ROMANA:
UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DE ESTIGMAS COM BASE NAS
METAMORPHOSES DE APULEIO DE MADAURA (SÉCULO II)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em _____ de _____ de 2011.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof^a. Dr^a. Sônia Regina Rebel de Araújo
Universidade Federal Fluminense
Membro

Prof. Dr. Sérgio Alberto Feldman
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro

Prof. Dr. Geraldo Antonio Soares
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro

Prof^a. Dr^a. Adriana Pereira Campos
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Suplente

A todos que contribuíram com este trabalho, principalmente a minha mãe e a minha querida esposa, que tanto apoio me deram.

AGRADECIMENTOS

Agradecer a todos que me ajudaram nesta empreitada é uma tarefa difícil. Foram muitas as pessoas que me auxiliaram direta ou indiretamente, mesmo que elas mesmas não se deem conta disso. Entre amigos, familiares, professores e colegas, há uma lista enorme de pessoas as quais sou bastante grato.

Agradeço, primeiramente, ao Professor Doutor Gilvan Ventura da Silva, que me ensinou os primeiros passos da pesquisa acadêmica e por quem tenho grande admiração e respeito. Sua confiança em meu trabalho e sua dedicação, atenção e comprometimento foram essenciais em minha formação como historiador e em meu crescimento intelectual.

Tenho também um grande débito com os Professores Doutores Sérgio Alberto Feldman e Geraldo Antonio Soares pelas críticas, observações e sugestões recomendadas em nossa Banca de Qualificação. Seus apontamentos foram fundamentais para o acerto dos rumos de meu trabalho. Além disso, ambos foram grandes mestres em minha formação, sendo, ao lado de meu orientador, os principais incentivadores e instigadores desta dissertação. Sou grato, ademais, ao Professor Doutor Fábio Faversoni (Universidade Federal de Ouro Preto) pelas análises pertinentes feitas em nossa Banca de Seminário de Dissertação.

Gostaria de agradecer, especialmente, a minha grande amiga Caroline da Silva Soares, a ela sou eternamente devedor por sua amizade sincera, admiração, fidelidade e dedicação. Companheira há anos nos caminhos tortuosos da pesquisa acadêmica, desde os tempos da graduação dividimos angústias, tristezas, alegrias e vitórias. As discussões, as viagens aos congressos e as aulas que ministramos e assistimos juntos nos foram determinantes para o mútuo engrandecimento de nosso conhecimento e para a descoberta de uma fraternidade que nunca se perderá.

Dedico também sincera gratidão a todos os colegas de graduação, iniciação científica e mestrado. As conversas e os debates que com eles tive me forneceu o devido compartilhamento de ideias e de experiências importantíssimas em minha formação acadêmica. Mesmo com o perigo de se esquecer do nome de alguns, agradeço a Leonardo Baptista, Heron Pereira, Edivaldo Aragão, Alexandre Cesconeto, Ana Gabrecht, Érica Christyane Morais da Silva, Thiago Brandão Zardini, Simone Rezende, Ludimila Caliman Campos, Hariadne da Penha Soares e, em especial, a minha cara amiga Jória Scolforo, por quem em pouco tempo de amizade criei grande afeição.

Lembremos, além disso, dos vários servidores públicos federais (amigos de funcionalismo) que tanto me auxiliaram. Primeiramente, a minha amiga e secretária do programa de pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Ivana Lorenzoni, pela dedicação e paciência que sempre me dispensou. À funcionária da Biblioteca Central da UFES, Isabel Eugenia Nascimento, por quem sempre fui muito bem atendido na ocasião em que necessitava da permuta de livros entre as Universidades. Aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo e da Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro pelo profissionalismo que demonstraram ao me atenderem em minhas visitas.

Quero também deixar um agradecimento especial àqueles que, mesmo fora da vida acadêmica, foram determinantes em minha caminhada. Amigos verdadeiros e de longa data como Márcio, Christian, Izaque, André, Elton, Sandro, Juliano, Guilherme e Rogério.

A minha família, ao meu irmão e ao meu pai que, mesmo que indiretamente, muito me auxiliaram, de uma forma ou de outra, a chegar até aqui. A minha mãe, Maria Rita Bastos Faria, a quem tudo devo e por quem a admiração me fez se interessar pelas letras, pela história e pela dedicação aos estudos.

Por fim, e talvez mais importante, quero agradecer imensamente a minha esposa. Pois é ela que, há alguns anos, me incentiva em meu sonho de me tornar pesquisador em História. Desde os tempos em que eu estudava Jornalismo, há 10 anos, ela está ao meu lado, dedicando-me apoio, consideração, paciência e carinho. Por todo amor que sentimos um pelo outro, esse trabalho é dedicado primeiramente a Lilian da Silva Santos, minha eterna companheira. Sem ela, essa dissertação, com toda certeza, nunca se concretizaria.

*“[...] a incompreensão do presente nasce da
ignorância do passado.”*
(Marc Bloch)

RESUMO

Esta dissertação analisa uma problemática bastante atual: a construção de identidades. Nosso intuito é o de demonstrar como as questões acerca das identidades poderiam ser pensadas, questionadas e interrogadas no Mundo Antigo. Para tanto, tomamos como fonte as *Metamorphoses* de Apuleio, autor norte-africano de meados do II século. Por intermédio desta novela latina, desta ficção, buscamos compreender as representações que o nosso autor atribuía a diferentes grupos sociais. Nela, verificamos um processo dicotômico em que bandidos e elites cidadinas, cidade e interior, eram postos em oposições binárias e diferenciados com valorizações diversas. Aos *latrones* e à *hinterland* em que residiam eram relacionadas representações que denotavam selvageria, hostilidade, belicosidade e violência, elementos importantíssimos na constituição de uma identidade estigmatizada em relação aos bandos de salteadores. Aos membros das aristocracias municipais norte-africanas e às cidades onde habitavam foram associados signos de distinção, de riqueza e de alta cultura, os quais estariam ligados à paideia e à *humanitas* romanas. É de porte desta constatação presente em nossa documentação primária que pudemos inferir a hipótese central deste trabalho, a de que a estigmatização dos bandidos se relacionava, por meio da alteridade, a um processo de constituição da identidade da elite cidadina norte-africana e refletia uma realidade de conflito e de dicotomia entre as *civitates* romanas e a vasta *hinterland* norte-africana no contexto do II século.

ABSTRACT

This dissertation examines a very present issue: the construction of identities. Our aim is to demonstrate how questions about the identities could be thought, questioned and interrogated in the Ancient World. So, we had as source the *Metamorphoses* of Apuleius, author of North African mid-second century. Through this Latin novel, this fiction, we seek to understand the representations that our author attributed to different social groups. In it, we found a dichotomous process in which bandits and elites townspeople, city and countryside, were put into binary oppositions and with several different valuations. To *latrones* and to the *hinterland* where they lived were related representations denoting savagery, hostility, aggressiveness and violence, important elements in the formation of a stigmatized identity in relation to bands of robbers. To members of municipal aristocracies and to North African cities where they lived were associated signs of distinction, wealth and high culture, which would be linked to roman paideia and *humanitas*. It is the size of this finding in our primary documentation we could infer that the central hypothesis of this work, that the stigma of the bandits were related, through the otherness, to a process of constituting the identity of the elites townspeople north african and reflected a reality of conflict and dichotomy between the roman *civitates* and the vast *hinterland* north african in the context of the second century.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
APULEIO DE MADAURA E A FORTUNA DAS METAMORPHOSES	33
A Nova História Cultural	33
A obra literária como fonte histórica	37
<i>Apuleius Madaurensis</i> : biografia e bibliografia	41
A fortuna das <i>Metamorphoses</i>	52
A audiência das <i>Metamorphoses</i>	59
CIVITAS, HINTERLAND E BANDIDOS NO IMPÉRIO ROMANO	67
<i>Imperium romanum</i> : um mosaico de cidades	67
<i>Civitates</i> e <i>hinterland</i> no norte da África romano	76
O banditismo e a historiografia	93
<i>Latrones</i> no Império Romano	101
ALTERIDADE, IDENTIDADE E ESTIGMATIZAÇÃO NAS METAMORPHOSES DE APULEIO DE MADAURA	112
<i>Civitas</i> , <i>paideia</i> e <i>humanitas</i>	112
Estigmas e carismas nas <i>Metamorphoses</i>	121

O jogo das oposições espaciais	128
<i>Humanitas x ferocitas</i>	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	152
Documentação primária impressa	152
Bibliografia instrumental	153
Obras de apoio	160

INTRODUÇÃO

O objeto desta dissertação liga-se a um fenômeno bastante comum no Mundo Antigo: o *latrocinium*.¹ As fontes disponíveis da Antiguidade, tanto a documentação escrita quanto a arqueológica, são enfáticas em relação à ubiquidade dos bandidos no Império Romano. Com uma presença endêmica no *orbis romanorum*², são comparados a acidentes ordinários e a intempéries que poderiam ocorrer a todos e a qualquer momento, impossíveis de se prever e dependentes da vontade da Fortuna.³

A recorrência deste fenômeno, contudo, não impede que as pesquisas acerca dos bandos de salteadores na Antiguidade sejam raras. Poucos trabalhos sobre o assunto foram produzidos, e historiadores como Brent Shaw – na Inglaterra – e Renata Garraffoni – no Brasil – são exceções. Configura-se todo um novo campo de pesquisas a ser explorado, sobre um tema que, a despeito da sua relevância, é frequentemente posto em segundo plano nos trabalhos acadêmicos. Algumas dúvidas permanecem à espera de respostas, sendo mister indagações como: qual a natureza da relação dos bandidos com a sociedade romana alto-imperial? Quais os meios à disposição do Estado para combatê-los? Quem eram e de onde provinham? Como eram descritos? Qual a representação que se fazia deles? Eram estigmatizados? Por que estigmatizá-los?

Tais perguntas são as principais questões a serem respondidas em nossa dissertação, pois intencionamos compreender a natureza das relações dos bandidos com a sociedade

¹ “O termo comum em latim usado para designar um bandido é *latro* (plural *latrones*) e para o fenômeno do banditismo, *latrocinium*” (SHAW, 1984_a).

² Em nossa dissertação utilizaremos o termo *orbis romanorum* como sinônimo de Império Romano, como um termo que exteriorizava a visão romana acerca de seu poder sobre as regiões por eles conquistadas. Para uma discussão mais pormenorizada em relação ao Império romano, ver a seção *Imperium romanum: um mosaico de cidades*, presente no capítulo 2 deste trabalho.

³ Fortuna era a deusa romana da sorte, boa ou má, geralmente simbolizada cega ou com a vista tampada, pois distribuía seus desígnios aleatoriamente.

romana do II século.⁴ Com esta finalidade, utilizamos como documentação primária a obra *Metamorphoses*⁵, de Apuleio de Madaura⁶, a partir da qual desenvolvemos a hipótese de que a estigmatização dos bandidos se relacionava a um processo de constituição da identidade da elite⁷ cidadina norte-africana e refletia uma realidade de conflito e de dicotomia entre as *civitates* romanas e a vasta *hinterland*⁸ norte-africana no contexto do Principado.⁹

As obras de Apuleio se inserem num período específico da história romana. O II século é considerado a época da *Pax Romana*, da consolidação de uma modalidade característica de sistema político-ideológico: o Principado.¹⁰ Sob o governo do *princeps*, o Império Romano se constituía num Estado que abrangia partes consideráveis da Europa, da África e do Oriente Próximo. Poderíamos concebê-lo como uma confederação de *civitates* relativamente autônomas, com cada *urbs* controlando uma área rural mais ou menos extensa. As municipalidades estariam submetidas a um Estado concêntrico – com epicentro em Roma

⁴ Todas as datas a serem utilizadas nesta dissertação se referem a períodos posteriores a Cristo, caso contrário será adotada a datação a.C.

⁵ A obra também é conhecida como *Asno de ouro*, tal como designada por Agostinho de Hipona no início do século V em *Cidade de Deus* (XVIII, XVIII): *Asinus Aureus* (WALSH, 1995). Preferimos nesta dissertação a nomenclatura *Metamorphoses* por estar em consonância com o seu mais antigo manuscrito conhecido, *Florence, Laurenziana 68.2*, também chamado *F*, que provém de um *codex* transcrito por *Salustius*, um jovem proveniente da aristocracia senatorial romana que elabora uma transcrição das obras *Metamorphoses*, *Apologia* e *Florida* no final do século IV (GAISSER, 2008).

⁶ Não utilizaremos nesta dissertação o prenome Lúcio relacionado a Apuleio, pois tal atribuição é tardia, remetendo-se ao século XIV, e liga-se a uma associação que se considerava plausível entre o autor das *Metamorphoses* e o protagonista da obra, o grego Lúcio. Em vez disso, preferimos trabalhar com a designação que a própria Antiguidade estabelecia para o nosso autor: *Apuleius Madaurensis*, isto é, Apuleio de Madaura (GAISSER, 2008).

⁷ Utilizamos o termo elite a partir de uma conceituação relacionada à chamada teoria das elites, que estipula que em toda sociedade há sempre um grupo minoritário, melhor organizado e em condições privilegiadas em termos de poder político, econômico e social, ao qual podemos designar como elite (BOBBIO, 1991).

⁸ Como veremos posteriormente em nosso trabalho, o termo *hinterland* é aqui entendido como a região externa às cidades romanas e/ou romanizadas e representava, em grande medida, as localidades interioranas que escapavam da esfera de poder do Estado romano.

⁹ Nesta dissertação conceituamos o termo *civitas* (plural *civitates*), substantivo comumente traduzido por cidade, como o estatuto sócio-jurídico de uma comunidade assentada num espaço urbano (*urbs*) e alargada sobre uma área rural (*ager*), a qual é independente e cimentada nas leis (MENDES, 2001).

¹⁰ Paul Petit (1989) sugere que a *Pax romana* seria um período de paz iniciado com Augusto, estendendo-se até fins do século II. É uma época de estabilidade em decorrência da instituição do poder pessoal e da centralização política empreendida pelo *Princeps*, com a implantação de uma máquina político-administrativa para gerenciar o Império e consolidar suas fronteiras. Esse período também se caracteriza por um substancial desenvolvimento do comércio e da produção agrícola, beneficiando Roma e as províncias, principalmente as suas elites.

– que exerceria a hegemonia por meio de relações de troca de poder e de riqueza com as províncias, as semiperiferias e as periferias (MENDES, 2004).¹¹

Essa miragem de onipotência do Estado imperial, no entanto, tem que ser relativizada, já que não correspondia plenamente à realidade. Na verdade, dentro do *orbis romanorum* muitos territórios escapavam por completo do controle administrativo romano. De fato, sob o imenso pano de fundo da malha urbana imperial, havia localidades que se caracterizavam como autênticas “terras de ninguém” (SILVA, 2002). Eram regiões, em muitos casos, de difícil acesso para o Estado, onde a presença das forças estatais era bastante ineficaz, constituindo-se barreiras naturais para a extensão do poder imperial e correspondendo principalmente aos pântanos, às florestas, aos desertos e às cadeias montanhosas.¹² Formavam o que podemos denominar de *hinterland* imperial, isto é, a região interiorana que se esquivava em grande medida da esfera de poder das municipalidades romanas.

Tais limitações do poder estatal romano nas regiões interioranas do Império demonstram uma certa dualidade espacial presente em algumas localidades pertencentes ao *orbis romanorum*, principalmente entre as províncias pouco ou tardiamente urbanizadas pela expansão imperial.¹³ Em regiões como a Isáuria – na Ásia Menor –, a Gália – no norte da Europa – e a África do Norte – principalmente na Mauritânia e ao sul da Numídia – encontramos mais claramente uma dicotomia entre as diversas *civitates* romanas e uma

¹¹ Norma Musco Mendes (2002) designa periferia como o território extra-provincial constituído por comunidades próximas, mas localizadas além *limes*, indiretamente controladas e exploradas pelo Império e como semi-periferia as regiões distantes que não tinham contato direto e nem despertavam o interesse da elite romana ou provincial.

¹² Não queremos atribuir às condições geográficas a responsabilidade pela dicotomia observada entre as diversas *civitates* romanas e a vasta *hinterland* imperial, porém é certo que tais fronteiras naturais dificultavam bastante o domínio romano e se caracterizavam como obstáculos quase intransponíveis se considerarmos as possibilidades tecnológicas de comunicação e de transporte existentes no Mundo Antigo (SILVA, 2002).

¹³ A criação de centros urbanos nas regiões anexadas ao Império ainda pouco urbanizadas era uma das formas mais eficazes encontradas pelos romanos de manter as suas conquistas, disseminando o seu *modus vivendi* às diversas localidades que compunham o *orbis romanorum* (GRIMAL, [19--]).

hinterland em muitos aspectos avessa à romanização.¹⁴ De um lado, as numerosas cidades, berço das diversas oligarquias municipais e expressões do poder político romano, células base do sistema imperial. De outro, a vastíssima região interior, rústica em costumes e hábitos, isto é, “bárbara” aos olhos da elite cidadina local.

Para os romanos, “civilização significava cidade” (FUNARI, 2003), de modo que “se consideravam civilizados porque pertenciam a uma cidade, senão seriam selvagens” (MENDES, 2001). A *civitas*, enquanto o conjunto dos cidadãos, era o centro da vida romana, local privilegiado onde o homem poderia exercer a *humanitas*.¹⁵ O recinto sagrado das cidades constituía um território intramuros que isolava os cidadãos do mundo ‘bárbaro’ exterior.¹⁶ Os marcos espaciais urbanos – fórum, teatro, anfiteatro, termas, templos, estátuas, muralhas – davam sentido à existência dos romanos, representavam a sua historicidade e agiam como fatores de identificação da elite municipal (MENDES, 2001).

Em contraste com essa cultura urbana, podemos observar a existência de diversas regiões rústicas, pouco assimiladas à civilização romana e que abrigavam uma população frouxamente ligada aos valores da *urbanitas* imperial.¹⁷ Formavam locais em que a presença estatal era bastante rara, em que as forças do Estado romano pouco ou nunca se pronunciavam. Ademais, não raramente tais localidades eram povoadas por indivíduos renitentes à romanização, habitadas por uma população autóctone, em muitos casos hostil às

¹⁴ Conceituamos romanização “como um processo de mudança sociocultural, multifacetada em termos de significados e de mecanismos, que teve início com a relação entre os padrões culturais romanos e a diversidade cultural provincial em uma dinâmica de negociação bidirecional” (BUSTAMANTE; DAVIDSON; MENDES, 2005).

¹⁵ “*Humanitas* [...] designa os seres humanos que são dignos do nome de homem por não serem bárbaros, nem inumanos, nem incultos. *Humanitas* significa cultura literária, virtude de humanidade e estado de civilização” (VEYNE, 1991).

¹⁶ Para os romanos, o termo *urbs* tinha o significado de centro urbano constituído por um aglomerado de casas, templos, prédios públicos e comodidades cidadinas, tais como teatros, anfiteatros, termas, entre outras.

¹⁷ Utilizamos em nossa dissertação o termo civilização romana no sentido de *urbanitas*, já que, como dito no parágrafo anterior, os valores culturais romanos estavam intrinsecamente ligados à vida urbana.

civitates romanas. Eram regiões que se punham à margem da dominação romana e se tornavam entraves independentes no interior do *limes* imperial.¹⁸

Reportando-nos ao norte da África sob dominação romana, local de onde a nossa fonte e o nosso autor são provenientes, observamos que esta oposição *hinterland/civitas* estava presente.¹⁹ A região, *grosso modo*, estava dividida em dois ambientes bem definidos: de um lado, as diversas municipalidades enriquecidas com o comércio de cereais, vinho e azeite e dominadas por uma elite cidadina que comungava dos valores da *humanitas*; do outro, uma *hinterland* ocupada por diversas tribos autóctones seminômades expulsas para desertos, estepes e montanhas ou confinadas em territórios municidados por colônias de veteranos e/ou pelo exército imperial e que não raramente engrossavam as hordas de bandidos errantes no interior norte-africano (MAHJOUBI, 1985).

A população de tais tribos, espalhada pelo interior, fora designada comumente nas inscrições e na historiografia como *mauri*, *getuli*, *afri* ou simplesmente *barbari* (CORASSIN, 1985). Eram indivíduos vistos como bárbaros e incivilizados pela elite municipal, falantes do berbere ou do púnico, ou de uma mistura destas duas línguas com o latim (BUSTAMANTE, 2000). Eram genericamente denominados de *deditici*, ou seja, “todos aqueles que não vivessem num centro de tipo municipal” (MAHJOUBI, 1985). Estes habitantes da *hinterland* norte-africana constantemente entravam em atrito com o mundo romano, representado pelas inúmeras *civitates* fundadas ou tornadas colônias honorárias pelo poder central. Formavam

¹⁸ Sobre tais localidades, ver Silva (2002), Shaw (1984_b), Gozalves Gravioto (2002).

¹⁹ Em nossa dissertação, propomos a hipótese de que as *Metamorphoses* de Apuleio, mesmo que tenham como cenário de encenação de suas narrativas a Grécia, mais precisamente a Tessália, falem de uma realidade tipicamente norte-africana, de situações vivenciadas por seu autor e pela sociedade à qual pertencia. Acreditamos que a utilização da Grécia como local de realização desta novela latina pode ser entendida como um recurso bastante utilizado por diversos autores no Mundo Antigo, principalmente por aqueles ligados ao movimento denominado de Segunda Sofística, que preferencialmente ambientavam as suas histórias tendo em vista a Grécia Clássica, considerada o berço da cultura e da civilização greco-romana (GAISSER, 2008; SILVA, 2007_a). Ademais, as *Metamorphoses*, como nos informa Ruth Guimarães ([19--]) e J. Arthur Hanson (1989), são inspiradas em um livro de origem grega, *Loukios e onos* (Lúcio ou o asno), cuja autoria remonta ao grego Luciano, que, por sua vez, acredita-se ser uma condensação de outra obra helênica, pertencente a Lúcio de Patras.

“uma África marginal que periodicamente vinha perturbar a ordem da verdadeira e autêntica África: a dos romanos” (CORASSIN, 1985).

Em certa medida, é razoável admitir, em consonância com David Cherry (2005), em obra recente intitulada *Frontier and society in Roman North Africa*, que a região, fora as cidades mais importantes e suas elites embebidas pela cultura greco-romana, pouco foi influenciada pela conquista romana, principalmente em sua vasta *hinterland*, chamada pelo autor de zona de fronteira.²⁰ Para ele, havia duas Áfricas bem distintas: uma habitada por uma elite rica, urbana e próspera; outra seminômade e pouco tocada pelos costumes romanos.

Era nesta vasta *hinterland* norte-africana que potencialmente se disseminava o *latrocinium*.²¹ Tornavam-se refúgios de bandidos, locais controlados por bandos de salteadores que atuavam livremente no interior do Império, quer atacando viajantes e caravanas nas estradas, quer assaltando cidades e interrompendo a normalidade da vida cidadina. Nestas regiões inóspitas proliferava um tipo bastante característico de bandido, que Renata Garraffoni (2004) observa ser aquele descrito por Apuleio em suas *Metamorphoses*. De acordo com a autora, “em quase todas as situações eles são organizados como grupo, escondem-se fora das cidades, nas montanhas”.²² Estes grupos constituíam-se principalmente por pastores, veteranos e desertores do exército, proscritos das guerras, escravos fugitivos e membros de tribos autóctones resistentes à dominação romana, indivíduos que atuavam ubiquamente nas regiões desguarnecidas da *hinterland* imperial e que constantemente tomavam de assalto as *civitates* romanas (BLÁNQUEZ PÉREZ, 1987).

²⁰ David Cherry (2005), por meio de uma análise da frequência de casamentos interculturais na zona de fronteira norte-africana, verifica que esta região muito pouco sofreu a influência romana.

²¹ Tomamos de empréstimo de Brent Shaw (1991) a hipótese de que onde as forças do Estado romano eram ineficazes e débeis o poder de tipo particular se proliferava, entre eles o do banditismo. Tal fato, para o autor, explicaria a presença endêmica dos bandos de salteadores na *hinterland* imperial.

²² Apuleio caracteriza da seguinte forma o comum *habitat* de um bando de salteadores: “Era um monte temeroso, sombrio de folhas silvestres e extremamente alto. Por suas oblíquas ladeiras, por onde era cercado de escabrosíssimos rochedos, era por isso inacessível” (*MET.*, IV, VI).

De maneira geral, nomeavam-se *latrones* todos aqueles que atacavam o Império sem declaração de guerra, por oposição a *hostes*, que são os que a declaram (*DIGEST.*, L, XVI, CXVIII). Juridicamente, portanto, fica estabelecida no direito romano uma oposição entre o *bellum iustum* – a guerra praticada por Estados beligerantes – e o *latrocinium*. Tal definição, contudo, é bastante ampla e muito pouco nos elucidaria acerca do verdadeiro significado do termo. O próprio *Digesto*, em passagens que citam indiretamente a injúria praticada pelos *latrones*, ajuda-nos a definir o *latrocinium* como o crime de roubo praticado por homens armados (*vis armata*), que se reuniam em bandos (*factiones*) e que possuíam a intenção premeditada de pilhar (*spoliare*) com a utilização da violência (*dolus malus*).²³ Esta concepção aproxima-se da forma como Apuleio representa, nas *Metamorphoses*, os bandidos: grupos armados e violentos que assaltam, sequestram e matam em prol de se apropriarem da riqueza alheia. Não à toa, o autor os denomina de *latrones*, aqueles que praticavam o crime de *latrocinium*.

Como habitantes das regiões interioranas, tais bandidos, em decorrência do perigo que representavam às *civitates*, tornavam-se a síntese de uma *hinterland* belicosa, de uma região extramuros perigosa e ‘bárbara’. Os salteadores, como símbolos desse mundo não urbano, eram vistos pela elite municipal norte-africana como seres *outsiders*, não civilizados, feras selvagens que infestavam uma *hinterland* hostil.²⁴ O bandido seria o arquétipo do habitante rústico norte-africano. As razias, as pilhagens e os assaltos dos bandos de salteadores às cidades representavam uma relação sempre instável entre *civitates* e *hinterland*.²⁵ Tais

²³ *Digest* XVI, III, XXXI, I; XVII, II, LIV, IV; XLVIII, XIX, XXVIII, X; XLVIII, XIX, XI, II.

²⁴ Conceituamos *outsiders* a partir da definição de Howard Becker (2008), que os vê como aqueles que estão à margem das normas estabelecidas. “Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como ‘certas’ e proibindo outras como ‘erradas’. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um *outsider*”.

²⁵ Apuleio nos oferece diversos exemplos das razias dos bandidos às cidades. Uma cena bastante representativa de tal ocorrência é o assalto empreendido à casa do personagem Milão (*MET.*, III, XXVII).

indivíduos se tornavam a encarnação mais clara de uma dicotomia conflituosa entre um modo de vida urbano cultivado por uma elite cidadina e a rusticidade do interior.

Compreendemos, desse modo, que o modo como Apuleio nos apresenta os bandos de salteadores, as suas ações e as regiões por onde transitam e habitam têm relação direta com a dualidade espacial da África romana. Refletindo essa dicotomia *hinterland/civitas*, o autor coloca em campos opostos os valores ligados à *urbanitas* e aqueles atribuídos, pela elite municipal, aos bandidos – arquétipos desse mundo não urbano. Há, em seus escritos, uma clara oposição binária entre o bandido – ser extramuros, selvagem, violento – e a elite cidadina à qual o próprio autor pertencia. Esta última seria representada com valores excelsos, ligados à racionalidade, à contenção dos costumes e ao equilíbrio, marcas distintivas atribuídas pela elite romana a si mesma (BROWN, 1994).

Levando-se em conta a construção das identidades como um ato associado à diferenciação, esta alteridade relacionada ao bandido, enquanto uma oposição binária daquilo que é aceito como normal²⁶ e excelso, é de suma importância para nos apercebermos do processo de estigmatização presente nas *Metamorphoses*, já que nos permite apreender a fixação de rótulos carregados de estereótipos e preconceitos em relação aos salteadores.²⁷

Em resumo, era em relação a estes últimos que a elite municipal norte-africana buscava se diferenciar e afirmar a sua identidade, sendo o bandido o arquétipo mais apropriado para tal propósito, já que comumente identificado como a antítese da *urbanitas* (SHAW, 1991). A partir da estigmatização dos bandidos os valores, os hábitos e as práticas da elite municipal poderiam ser alçados como superiores, caracterizando-se uma clara distinção entre a elite cidadina (o nós) e os salteadores (os outros).

²⁶ Utilizaremos em nossa dissertação os termos normal e normalidade a partir da concepção de que toda normalidade é construída e apreendida como tal por intermédio das lutas de classificação e das relações sociais entre os grupos, desconsiderando toda normalidade como natural e absoluta.

²⁷ Na seção seguinte desta introdução, conceituaremos os termos citados acima, tais como diferenciação, alteridade, estigmatização, estereótipos e preconceitos.

É por meio desta observação apreendida nas *Metamorphoses*, associada a conceitos ligados à Nova História Cultural e partindo de uma contextualização do norte da África no II século, que pudemos derivar a nossa hipótese de trabalho. De posse de tal suporte, acreditamos ser razoável compreender a alteridade estigmatizada atribuída aos bandidos como um ato fundador da própria identidade de uma elite cidadina africana, fato que está relacionado diretamente ao contexto local de oposição entre dois mundos diversos: de um lado, as ricas e ‘civilizadas’ *civitates* romanas; de outro, um interior bárbaro e avesso aos valores e cultura romanos.²⁸

.....

Como aporte teórico de nossa dissertação, seguimos a linha de discussão aberta pela Nova História Cultural ligada à tradição historiográfica francesa, acreditando que as considerações que Roger Chartier faz sobre a inter-relação entre *representações* e sociedade podem nos auxiliar na compreensão dos processos de constituição das identidades. Com base em tal autor, podemos pensar as representações a partir do modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e lida por meio de classificações e recortes que criam significados variados graças aos quais o mundo em que vivemos adquire sentido (CHARTIER, 1987).

Com essa conceituação, Chartier busca romper com a antiga oposição entre o mundo social, identificado como a “realidade”, e as representações, vistas como simples reflexos

²⁸ Tendo como documentação primária as *Metamorphoses* de Apuleio, não podemos ampliar a alteridade relacionada aos bandidos às demais ordens sociais pertencentes ao mundo citadino norte-africano do II século. A nossa fonte somente nos permite uma observação da dicotomia *latrones*/aristocracia municipal. Mesmo com a constatação de tal limitação de nosso estudo, podemos conjecturar, em consonância com o conceito de circularidade cultural utilizado por Carlo Ginzburg (2006), que os outros grupos sociais também vertessem um mesmo sentimento de alteridade frente aos bandos de salteadores, enquanto indivíduos *outsiders* e perigosos à ordem pública citadina.

daquilo que seria o real. Para ele, as representações são estruturantes e estruturadas, isto é, ao mesmo tempo que são determinadas pela sociedade à qual pertencem, definem também a percepção que possuímos sobre a realidade social (CARDOSO, 2000). Dito isto, o autor enxerga as representações como verdadeiras instituições sociais, porque podem ser pensadas como matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social (CHARTIER, 1991).

Como instituições, as representações articulam três modalidades de relação com o mundo social e com as clivagens presentes na sociedade:

“[...] de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionais e objetivadas em virtude das quais representantes [...] marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe” (CHARTIER, 1991).

A partir de tais considerações, podemos observar a íntima relação entre os conceitos de representação e de *identidade*, já que a fixação das identidades depende sempre do modo como determinado grupo concebe, interpreta ou representa o seu mundo. É por meio das representações que as identidades podem ser expressas, verbalizadas e construídas, uma vez que as “construções simbólicas, [...] ao representarem o mundo, os seres e as coisas [...] são capazes de definir a identidade dos mesmos” (SILVA, 2004).

À primeira vista parece óbvio definir identidade. Ela é simplesmente aquilo que nós somos: sou brasileiro, sou branco, sou homem. Pensada desta forma, a identidade pode ser concebida por meio de uma positividade, a partir daquilo que eu sou. Como consequência, poderíamos definir a *diferença* como um produto derivado da identidade, sendo a identidade a referência a partir da qual se define a diferença. No caso de nossa dissertação, os membros da

aristocracia municipal norte-africana poderiam se identificar da seguinte forma: pertenço à elite cidadina, logo não sou bandido.

Nossa pesquisa, contudo, tenta conceituar a identidade de uma forma diversa, não como algo dado por aquilo que eu sou, mas como uma resultante da diferenciação. É preciso considerar a diferença não como o resultado da identidade, mas como o processo pelo qual a identidade é produzida. É apenas por intermédio daquilo que eu não sou que posso me reconhecer como alguém com uma identidade distinta: já que não sou bandido, sou da elite cidadina (SILVA, 2000).

A concepção de identidade como consequência da diferença é influenciada pelas considerações teóricas do linguista suíço Ferdinand Saussure, que observa a linguagem como um sistema de diferenciações. Para ele, o *signo*, por ser apenas a representação de algo que lhe é exterior, só adquire sentido numa cadeia infinita de outras marcas gráficas que são diferentes dele. Como atos de criação linguística, as identidades, assim como os signos, também estão sujeitas a estas mesmas propriedades, também são dependentes dos processos de diferenciação (SILVA, 2000).

Dizer que a identidade é um ato de criação linguística significa observá-la como um *constructo*, como algo que é produzido pelo mundo social por intermédio da linguagem: a identidade, e a diferença que a constitui, tem que ser nomeada para existir. Identidade e diferença não são elementos da natureza, não são coisas que estejam à espera de serem reveladas ou descobertas, elas têm que ser produzidas na interação dos grupos e/ou indivíduos que compõem a sociedade.

Desta forma, podemos compreender as identidades como uma consequência da diferenciação do eu em relação ao outro, fabricada “por meio da marcação da diferença” (WOODWARD, 2000). Destas considerações, entendemos a *alteridade* como o ato fundador

das identidades sociais, que se constituem a partir de oposições binárias de inclusão/exclusão, como as apresentadas em nossa dissertação pela dicotomia elite cidadina/bandido, *civitas/hinterland*.

Aproximando-nos da História Política, tais conceitos serão concebidos em termos de relações de *poder*²⁹, porque o ato de classificar e o de diferenciar – essenciais à construção das identidades – não são isentos de valor, “uma vez que as oposições binárias jamais são equivalentes, recebendo sempre um dos termos um valor positivo e o outro um valor negativo” (SILVA, 2004). Neste processo, aqueles que têm o poder de classificar e de diferenciar são os mesmos que possuem o privilégio de atribuir identidades distintas aos indivíduos e/ou grupos. É a partir deste mecanismo que um determinado conjunto de regras, crenças e comportamentos é elevado à condição de norma, produzindo uma identidade normativa em relação à qual as demais são mensuradas.

Neste tocante, reportar-nos-emos ao conceito de *lutas* (e poder) *de classificação* de Pierre Bourdieu (1996). Segundo este teórico, na vida social há lutas de classificação – lutas simbólicas – que definem como os grupos sociais se reconhecem e como se classificam mutuamente: “lutas pelo monopólio do poder de fazer ver e de fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer”. Essas lutas compreendem o poder de representar e de atribuir posições sociais e atributos simbólicos aos grupos. Em suma, nas lutas de classificação e de representação, certos grupos privilegiados podem estigmatizar o outro com eficácia quando se encontram bem instalados em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído (ELIAS; SCOTSON, 2000).

É a partir de tais pressupostos que nos aproximamos do conceito chave em nossa dissertação: o de *estigmatização*. Que concebemos em consonância com o sociólogo

²⁹ Michel Foucault (2005) nos dá a seguinte observação acerca do poder: “o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação [...], [é] acima de tudo uma relação de força” entre indivíduos e/ou grupos.

canadense Erving Goffman (1988), como uma discrepância entre uma identidade social virtual – determinada aos indivíduos por meio das expectativas normativas – e uma identidade social real – aquilo que as pessoas efetivamente são. Em suma, o processo de estigmatização atribui aos indivíduos tidos como desajustados uma identidade decaída, estragada, diminuída frente àquela que é considerada “normal”. cremos que a representação construída por Apuleio em relação aos bandos de salteadores pode ser analisada por meio de tal processo, já que os bandidos, por não possuírem os signos de distinção que caracterizariam os membros da aristocracia cidadina – como a *humanitas* e a *urbanitas* –, seriam vistos como seres humanos incompletos, com uma identidade deteriorada frente à “normalidade”.

Tal processo aciona-se por intermédio da fixação de determinados rótulos, que podemos caracterizar como sendo de dois tipos: *estereótipos* e *preconceitos*. Os primeiros entendidos como esquemas mentais próprios do senso comum que serviriam para simplificar uma realidade mais complexa, tornando-a mais inteligível pela eleição de determinadas características reducionistas que identificariam os indivíduos e/ou grupos. E os preconceitos como as valorizações acerca destes rótulos, com julgamentos positivos ou negativos formulados sem exame prévio ou reflexão crítica (SILVA, 2004).

A fixação de rótulos estigmatizantes em relação aos bandidos pode ser vista nos episódios marcados por assassinatos, raptos e pilhagens, que representam a extrema selvageria de suas ações e demonstram a valorização negativa atribuída a tais indivíduos frente às expectativas normativas de um modo de vida urbano e civilizado – diga-se romano – da elite cidadina. Apuleio constroi uma imagem de alteridade em relação aos bandos de salteadores, estereotipando-os como selvagens, violentos e bárbaros que poderiam a qualquer momento irromper nas cidades.

Acreditamos, dessa forma, ser razoável compreendermos a alteridade estigmatizada atribuída aos bandidos como um ato fundador da identidade da elite cidadina à qual Apuleio pertencia. Por meio das *Metamorphoses*, podemos observar que eles se veem como a antítese do bandido, do habitante de um interior rústico e hostil, fato que cremos se relacionar diretamente ao contexto local de oposição entre dois mundos diversos: as ricas e ‘civilizadas’ *civitates* romanas e uma *hinterland* bárbara e avessa aos valores e cultura romanos. Por intermédio desta diferenciação em relação aos salteadores, os valores da aristocracia cidadina são elevados à norma, sua identidade é positivamente valorizada e reafirmada.

.....

No tocante ao método de leitura de nossa documentação primária, optamos por uma metodologia vinculada à Análise de Conteúdo, como a compreendida por Laurence Bardin (2002), a partir da qual recolhemos as passagens nas quais Apuleio se refere aos bandos de salteadores. É seguindo as considerações desta autora que procedemos à nossa análise documental em quatro etapas fundamentais, a saber: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados obtidos, inferência e interpretação e; síntese final.

A pré-análise caracteriza-se pela escolha dos documentos, pela formulação das hipóteses e dos objetivos da pesquisa e pela definição dos dados a serem retidos. Na exploração do material, ocorre a codificação, o recorte dos dados e sua classificação em determinadas categorias. O tratamento dos resultados obtidos, a inferência e a interpretação consistem na análise propriamente dita da mensagem, de forma a torná-la significativa e válida em relação à comprovação das hipóteses do trabalho. Finalmente, a síntese final

corresponderia à apresentação dos resultados, em nosso caso, na forma de uma dissertação de mestrado (BARDIN, 2002).

No tocante à exploração do material, lançamos mão de um processo de categorização de nossa documentação primária, trabalho fundamental porque nos possibilitou a inferência e a interpretação de nossa fonte à luz de nossa hipótese de pesquisa. A categorização é uma operação de classificação e de recorte de elementos constitutivos de um conjunto. Classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum, fato que permitirá o seu agrupamento. Em resumo, a categorização busca repartir os elementos (índices) e dar-lhes uma organização no intuito de permitir a realização da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2002).

Em relação à nossa dissertação e tendo em vista os propósitos deste trabalho, classificamos as *Metamorphoses* de Apuleio a partir de três categorias distintas. A primeira busca observar a estigmatização dos bandidos, a segunda a valorização das cidades e de suas elites, e a terceira a comparação que o nosso autor faz entre um bando de salteadores e um rico cidadão. Foram elas que nortearam a leitura de nossa fonte, pois ao serem comparadas, avaliadas e confrontadas nos demonstraram a verossimilhança de nossas conjecturas.

Na primeira categoria, buscamos classificar as passagens em que as representações acerca dos bandidos se mostravam pejorativas, carregadas de rótulos estereotipados e preconceituosos que tendiam a contribuir decisivamente na constituição de uma identidade estigmatizada em relação aos salteadores. Dividimos-lhe em outras quatro subcategorias temáticas: ataque e ação dos bandidos; medo cidadão em relação aos bandidos; *habitat* dos bandidos; associação dos bandidos a bestas selvagens.

Na categoria seguinte, intencionamos observar a forma como Apuleio descreve os valores ligados ao mundo urbano e ao grupo social ao qual pertencia. Selecionamos

passagens em que os membros da elite cidadina são representados de forma altiva e excelsa, como indivíduos superiores em comparação aos demais, e o modo como nosso autor descreve as *civitates* como portos seguros em relação a um ambiente extramuros hostil e selvagem. Decompomos-lhe em duas subcategorias: demonstração da dignidade dos membros das elites cidadinas; descrição das cidades como centros de segurança e de abundância.

A última categoria por nós sistematizada nesta análise documental refere-se às passagens recolhidas nas *Metamorphoses* em que se observa uma tentativa por parte do autor de comparar um bando de salteadores a um rico cidadão. A narrativa se relaciona ao episódio de sequestro da virgem Cárites e da tentativa bem sucedida de seu noivo, Tlepolemo, de resgatá-la das mãos dos salteadores. Esta passagem é importante porque nela observamos *in loco* o modo como Apuleio representa um indivíduo pertencente à elite cidadina como superior – mais forte, mais jovem, mais inteligente – a um bando de salteadores.

Esta categoria final, além disso, ganha ainda maior importância por ser aplicada a uma composição original formulada por Apuleio. O episódio do sequestro e resgate de Cárites não é encontrado na obra grega, composta por Luciano de Samósata – *Loukios e onos* –, que serviu de fonte para as *Metamorphoses*. Esta observação reforça a intencionalidade da composição apuleiana, demonstrando ser plausível a nossa interpretação da tentativa por parte de nosso autor de comparar ínfimos bandidos com um rico e bem nascido cidadão (WALSH, 1995).

Esquemáticamente, o modo como organizamos nossa análise acerca da obra *Metamorphoses* pode ser sintetizado no seguinte complexo categorial:

COMPLEXO CATEGORIAL

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	REFERÊNCIAS
Estigmatização dos bandidos	Ataque e ação dos bandidos	<i>Met.</i> I, VII; II, XIV; II, XXXII; III, V; III, XXVII; IV, XII; IV, XVIII; IV, XXVI; VI, XXX; VII, I; VII, V
	Medo citadino em relação aos bandidos	<i>Met.</i> I, XI; I, XV; I, XXIII; III, XXVII; VII, V; VIII, XVII; VIII, XVIII
	<i>Habitat</i> dos bandidos	<i>Met.</i> III, XXVII; IV, VI
	Associação dos bandidos à barbárie	<i>Met.</i> IV, VIII; VI, XXX; VIII, XV
Cidades e elites cidadinas	Demonstração da dignidade dos membros das elites cidadinas	<i>Met.</i> I, XX; I, XXIII; II, II; II, III; II, IV; II, XVIII; II, XIX; III, XI; III, XV; IV, XXIII; IV, XXIV; IV, XXVI
	Descrição das cidades como centros de segurança e de abundância	<i>Met.</i> II, XIX; VIII, XXIII; X, XXXV
Comparação bandido/cidadão		<i>Met.</i> VII, V; VII, XII; VIII, II

A partir de tal complexo categorial, pudemos coletar as informações que nos serviram de base empírica de nossa dissertação. Foi ele que nos permitiu instrumentalizar a nossa hipótese de trabalho, verificá-la e comprová-la. O recorte e a classificação das *Metamorphoses* por meio das categorias nos possibilitaram verificar a forma como Apuleio

representava os bandidos, seu *habitat*, seus hábitos e suas ações, ao mesmo tempo em que revelaram o modo como denotava os membros do grupo ao qual pertencia – a elite cidadina – com rótulos que manifestavam a sua superioridade em relação aos demais.

Esta operação nos forneceu os rótulos carregados de estereótipos e preconceitos que nos autorizaram inferir e interpretar – etapa posterior à categorização numa Análise de Conteúdo – a clara oposição binária entre a figura do bandido e a dos membros da aristocracia cidadina. Os primeiros são descritos como feras, lobos selvagens, habitantes de cavernas e de covis, indivíduos incivilizados e assassinos que agiam com extrema violência e crueldade. Os segundos são os bem nascidos, os de cultura e educação elevadas, residentes em *civitates* opulentas e prósperas. Foi essa dualidade que buscamos demonstrar por meio da categorização proposta, de modo a evidenciar os mecanismos de produção de identidade e alteridade subjacentes à obra de Apuleio.

.....

De acordo com os propósitos destacados acima, dividimos nossa dissertação em três capítulos. O primeiro, intitulado *Apuleio de Madaura e a fortuna das Metamorphoses*, versa sobre a documentação primária e seu estatuto como fonte histórica. Nesta seção, discutimos a relevância de nossa pesquisa acerca das constituições identitárias no Mundo Antigo e a importância de uma obra literária como as *Metamorphoses* como documentação privilegiada para o estudo de tal tema. Posteriormente, realizamos uma breve análise biográfica e bibliográfica em relação a Apuleio e seguimos a fortuna do documento, observando de que forma os manuscritos do autor puderam chegar até nós, no século XXI. Para finalizar,

procedemos a um estudo da audiência da fonte, enfatizando as peculiaridades da recepção das obras literárias na Antiguidade Clássica.

O capítulo seguinte, denominado *Civitas, hinterland e bandidos no Império Romano*, busca empreender uma análise contextual do Império Romano e do norte da África à época do Principado. Detemo-nos sobre a estrutura básica do chamado *imperium romanum* enquanto uma constituição política baseada num jogo de alianças entre as diversas *civitates* dispersas pelo *orbis romanorum* e o poder central, de modo a observar como esta configuração se apresentava nas províncias norte-africanas no II século. Enfatizamos também as relações conflituosas entre as cidades romanas e/ou romanizadas existentes na região e sua *hinterland*. Mais adiante, após uma breve revisão historiográfica, buscamos definir o *status* dos *latrones* segundo a concepção apuleiana, realçando a maneira como interagiam com a sociedade cidadina romana.

Por fim, em *Alteridade, identidade e estigmatização nas Metamorphoses de Apuleio de Madaura* empreendemos, inicialmente, uma sumária caracterização do *ordo decurionum* norte-africano, destacando a sua vinculação aos valores associados à paideia, à *humanitas* e à *urbanitas* greco-romanas. Posteriormente, interpretamos os dados coletados de nossa documentação primária em articulação com o instrumental teórico adotado e com o contexto geral do banditismo no II século, fato que possibilitou-nos a comprovação de nossa hipótese. Aqui, aprofundamos as questões ligadas à constituição de uma representação estigmatizada em relação aos bandidos, demonstrando a sua importância para a elevação da identidade da elite cidadina norte-africana à condição de norma.

APULEIO DE MADAURA E A FORTUNA DAS *METAMORPHOSES*

A Nova História Cultural

Ao falarmos de História Cultural estamos nos remetendo a uma longa tradição. A uma historiografia que remonta ao século XIX e ao início do XX. Grandes mestres da História podem ser incluídos nesta tradição, como Jacob Burckhart, com o seu *A cultura do Renascimento na Itália*, e Johan Huizinga, que escreveu *Outono da Idade Média*. O período compreendido entre os anos de 1800 e 1950 é uma etapa que poderíamos denominar de “História Cultural clássica” (BURKE, 2005).

Essa época também poderia ser intitulada de clássica no sentido de que foi um tempo em que os historiadores culturais concentraram-se na história dos cânones de obras-primas da arte, literatura, filosofia e ciência. Para tais pesquisadores, estudar a cultura significava se aproximar das produções da “alta cultura”. Tinham, por assim dizer, uma concepção elitista, ligada a uma visão limitada e restrita, que os avanços da reflexão historiográfica vieram desautorizar.³⁰ Cultura neste contexto era pensada como as obras dos grandes mestres, fato que inviabilizava a inclusão da cultura popular e das práticas culturais do cotidiano ao conceito de “cultura”, ligado apenas à chamada “cultura erudita”.

Novas perspectivas à História Cultural começam a se delinear a partir dos anos 1960 e 1970. Esta época vê surgir uma gama de inovações e de rupturas que dão um novo rumo aos estudos acadêmicos contemporâneos. Autores como Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bourdieu criticaram os grandes paradigmas hegemônicos – que

³⁰ Segundo Burke, os historiadores culturais da última geração, ao contrário de seus precedentes, se apropriaram de uma noção antropológica de cultura em seu sentido mais amplo, isto é, como “o todo complexo que inclui conhecimentos, crença, arte, moral, lei, costume e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (BURKE, 2005).

enfazavam, sobretudo, aspectos sociais e econômicos – e lançaram um novo olhar sobre as práticas culturais cotidianas dos indivíduos. A História se aproxima cada vez mais da Antropologia, particularmente de Clifford Geertz e de sua antropologia simbólica.³¹ Novos movimentos sociais – mulheres, homossexuais, negros, entre outros – demonstraram a complexidade das sociedades contemporâneas e o caráter artificial das identidades, relativizando os tradicionais marcos identitários à época, como nação, gênero e raça. Em resumo, a cultura, com o seu caráter multifacetado, ganha espaço e relevância no cenário acadêmico, é alçada a assunto de primeira ordem nos estudos historiográficos, que a tomam, agora, em seu sentido mais amplo.

A História Cultural que emerge neste momento é uma nova disciplina. Diferentemente de sua antecessora “clássica”, ela busca enfatizar uma gama maior de manifestações culturais. Seus objetos se alargam, suas possibilidades de pesquisa se abrem a estudos dos mais variados, como a cultura popular, as representações, as identidades, as práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos ou quaisquer outros campos temáticos atravessados pela polissêmica noção de cultura.

Em decorrência de tal amplitude de objetos, não podemos mais falar de uma única História Cultural, mas em muitas Histórias Culturais. A disciplina se renova, mas também se fragmenta em muitos ramos. Três são os principais eixos de pesquisa atualmente em voga: a desenvolvida por autores franceses como Roger Chartier e Michel de Certeau, ligada à ideia do mundo como representação; a da chamada Escola Inglesa, cujos maiores ícones são Eric Hobsbawm e Edward Thompson; e a de uma abordagem polifônica de cultura, consagrada pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (BARROS, 2005_a).

³¹“Geertz [...] insistia que toda atividade social transparece dentro de uma rede de significações, e os símbolos/textos devem ser lidos e interpretados no seu próprio contexto, usando a lógica interna do sistema local” (WEINSTEIN, 2003).

Em se tratando desta dissertação, analisaremos em maior detalhe aquela que se desenvolveu em torno de um grupo de historiadores franceses e que tem como seu principal representante Roger Chartier, denominada de Nova História Cultural francesa. Entre outras contribuições importantes para os estudos culturais, Chartier interessa-se pelas transferências entre a cultura oral e a escrita, mostrando como indivíduos não-letrados podem participar da cultura letrada por meio de práticas culturais diversas (leitura coletiva, literatura de cordel, entre outros), ou como, ao contrário, dá-se a difusão de conteúdos veiculados por meio da oralidade para o registro escrito.

A partir de tais pesquisas, Roger Chartier traz a sua contribuição mais relevante à historiografia contemporânea, isto é, a elaboração das noções complementares de práticas, representações e apropriações culturais. Estas configuram o tripé das considerações teóricas do autor, às quais sumariamente analisaremos e das quais somos tributários neste trabalho.

Ao falar de representações culturais, o autor tem em mente o que denomina de “as maneiras de ver” dos indivíduos de uma dada sociedade, ou seja, suas visões de mundo.³² São as construções simbólicas que permitem aos indivíduos conceberem o mundo à sua volta e interagir com ele (BARROS, 2005_a). Um exemplo pode ajudar a clarear a explicação. A figura do bandido na sociedade norte-africana do Alto Império romano é carregada de representações culturais estigmatizantes, ele é soturno, bárbaro, fera selvagem e homem sem lei. Esses rótulos ajudam a construir uma representação acerca do bandido, uma representação que estimulará certas práticas culturais diretamente ligadas à figura do salteador, das quais a mais visível é a constituição de uma identidade estigmatizada em relação a estes foras-da-lei.

E o que são práticas culturais? *Grosso modo*, são “as maneiras de fazer”. É o conjunto de práticas cotidianas dos indivíduos: os modos como os homens falam e se calam, comem e

³² “De alguma maneira, a noção de ‘representação’ pretende corrigir aspectos lacunares que aparecem em noções mais ambíguas, como por exemplo a de ‘mentalidades’. Vimos [...] que as representações podem incluir os modos de pensar e de sentir, inclusive coletivos, mas não se restringem a eles” (BARROS, 2005_a).

bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem os estrangeiros (BARROS, 2005_a). Todos esses hábitos, costumes e atitudes corriqueiras – padrões da vida cotidiana – dos indivíduos numa dada sociedade podem ser chamados de práticas culturais. Práticas que, em certa medida, são determinadas pelas representações que a sociedade constroi do mundo à sua volta.

As práticas e as representações culturais não podem ser pensadas como noções independentes e dicotômicas. Elas interagem entre si, são inconcebíveis separadamente. Usando o exemplo exposto acima, referente à concepção da figura do bandido na sociedade Alto Imperial romana, podemos observar a complementaridade entre as práticas e as representações culturais. As práticas relativas aos bandidos geram representações: a identidade estigmatizada atribuída a eles, por exemplo, reforça a ideia dos bandidos como perigosos à ordem romana. E as suas representações geram práticas: a concepção do bandido como um ser selvagem, bárbaro, reforça a caracterização de uma identidade social estigmatizada acerca do bandido. Em suma, na relação entre as práticas e as representações culturais há “um emaranhado de atitudes e gestos no qual não é possível distinguir onde estão os começos – se em determinadas práticas, se em determinadas representações” (BARROS, 2005_a).

A apropriação cultural, por fim, é uma noção que liga a História Cultural concebida por Roger Chartier à História Política e à ideia de poder.³³ Para este autor, as representações culturais se inserem “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”, em verdadeiras “lutas de representações” (CHARTIER, 1991). E estas lutas geram, por conseguinte, inúmeras apropriações possíveis

³³ Nesta dissertação concebemos poder em consonância com Michel Foucault (2005), que o considera a partir das relações cotidianas dos indivíduos, em situações capilares em que os micro-poderes ditam os relacionamentos sociais.

destas representações, de acordo com os interesses sociais e com as imposições e resistências políticas verificadas na sociedade.

Estes são, portanto, os três eixos teóricos aos quais a Nova História Cultural segundo a concepção francesa se baseia. Ao nos filiarmos a este ramo historiográfico, esses apontamentos nos serão primordiais para o nosso entendimento da relação bandido-sociedade romana alto-imperial. As noções de representação, prática e apropriação culturais afiguram-se como pressupostos teóricos primordiais de nossa pesquisa. É a partir delas que podemos apreender os conceitos que utilizaremos nesta monografia, tais como estigmatização, identidade, alteridade.

A obra literária como fonte histórica

A Nova História Cultural é oriunda de um período de incertezas que atingiu a História nas últimas décadas, fruto das dificuldades dos tradicionais paradigmas hegemônicos – estruturalista e marxista – em responder as novas problemáticas surgidas a partir dos anos de 1960 e 1970. Ela é tributária de uma época que presenciou uma grande ruptura em relação aos modelos de compreensão e aos princípios de inteligibilidade da disciplina histórica. Em suma, a História Cultural que ora se apresenta nasceu de uma profunda crise conceitual, metodológica e epistemológica que afetou decisivamente a nossa compreensão contemporânea em relação ao estudo do passado (VAINFAS, 2002).

Conceitual e metodologicamente, a disciplina passou por diversas transformações que modificaram profundamente o perfil dos estudos históricos. Se antes os historiadores se interessavam pelas estruturas e conjunturas e davam uma ênfase especial às classes sociais e às mentalidades como modelos de explicação e de compreensão das sociedades no tempo, as

novas abordagens se aproximam dos laços sociais microscópicos dos indivíduos, das relações capilares de poder, do cotidiano e das construções identitárias. Métodos ligados à linguística, como a Análise de Conteúdo e do Discurso, e à antropologia, como a etnografia, substituíram progressivamente aqueles ligados às séries e à quantificação. Pouco a pouco a História se afastava – parafraseando Carlo Ginzburg (1990) – do paradigma galileano.

Em termos epistemológicos, as mudanças que atingiram a História foram de caráter ainda mais radical, repercutindo profundamente no estatuto científico atribuído à disciplina. A afirmação de que os historiadores não recuperavam o passado tal como ele foi, mas tão somente o representavam por meio de um discurso, de que a História, qualquer que seja a sua modalidade – cultural, econômica, social ou política –, era sempre uma narrativa acerca das sociedades no tempo, abalou a própria definição histórica de verdade e pôs em xeque a caracterização do tipo de conhecimento construído pelos historiadores (CHARTIER, 1994_a).

Abalada em suas certezas mais bem ancoradas, a História se defrontou com desafios no interior da própria disciplina. O mais radical deles partiu de um grupo de historiadores norte-americanos encabeçados por Hayden White, que buscava romper com todo e qualquer laço entre a História e as demais Ciências Sociais, argumentando que o discurso histórico não se diferenciava das narrativas ficcionais elaboradas pela Literatura. Para White (1991), toda História é um meta-discurso, constituído pela e dentro da linguagem que lhe dá suporte, já que totalmente incapaz de ter como referência objetiva uma realidade pretérita que, inexoravelmente, lhe escapa.

Contra tais formulações, e em desacordo com o que se convencionou denominar de *linguistic turn*, alguns historiadores da Nova História Cultural, representados principalmente por Roger Chartier, consideraram ilegítima a redução das práticas historiográficas aos princípios que comandam o discurso. Criam que a afirmação de que o conhecimento histórico

se restringe a uma narrativa acerca do passado relega ao segundo plano todos os elementos distintivos que caracterizariam a História como uma Ciência Social (CHARTIER, 2000).

Toda História, de acordo com tal corrente historiográfica, é feita a partir de documentos, de fontes que nos informam como os homens no passado pensavam, agiam e concebiam o seu mundo. São esses vestígios históricos, como representações de um tempo longínquo, que oferecem à disciplina o seu estatuto científico e a ligam, mesmo que indiretamente, aos fatos objetivos ocorridos no passado. A História seria uma narrativa baseada em fontes – escritas, orais, visuais, entre outras – e um conhecimento constituído por métodos, conceitos e hipóteses controláveis e verificáveis, elementos que corroborariam para a atribuição da disciplina como científica.

Esta discussão epistemológica acerca da narratividade da História e de seu estatuto científico aprofundou ainda mais a crítica documental presente na disciplina, expandindo consideravelmente o seu leque de possibilidades de fontes. A ruptura com a ideia do documento-verdade – preferencialmente os de cunho oficial – e a concepção da documentação histórica como representação de uma realidade passada, levou os historiadores a se debruçarem sobre tipos variados de vestígios históricos, principalmente os literários, vistos anteriormente como meros discursos ficcionais.

De agora em diante seria impossível hierarquizar os tipos de documentos utilizados pelos pesquisadores. Todos – seguindo uma terminologia há alguns anos proposta por Jacques Le Goff (1996) – poderiam ser concebidos como “monumentos”, isto é, no sentido de que as fontes não são inócuas ou neutras, não nos mostrariam o passado tal como ele foi, mas tão somente as representações que os indivíduos de uma determinada época e lugar gostariam que fossem transmitidas à posteridade. Documentos escritos oficiais, diários, pinturas, estátuas,

testemunhos orais, obras literárias, entre outros, todos os vestígios “deixados” pelos homens no tempo seriam fontes preciosas aos historiadores.

Se antes os textos literários ocupavam um lugar secundário, quase ilustrativo, na historiografia, eles agora adquirem estatuto de fontes primárias, permitindo ao historiador acessar dimensões do passado nem sempre possíveis de serem visitadas e interpretadas por intermédio de outras fontes, notadamente aquelas de caráter oficial. Por intermédio da Literatura, os historiadores podem captar “os modos de ver e de sentir que, não raro, escapam a outras formas de discurso” (GRUNER, 2008).

Tentativa neste sentido pode ser vista em um recente artigo de Sônia Regina Rebel de Araújo (2009), intitulado *Imaginário e narrativas: a história dialoga com a literatura no mundo antigo*, em que a autora faz uma análise das obras *Metamorphoses* e *Apologia* de Apuleio no intuito de observar a presença da ideologia escravista, da condenação da magia e do enaltecimento da sabedoria e da filosofia nos textos do autor madaurense. Nas palavras da autora: “a literatura é importante para o estudo da História Social, e mesmo indispensável para uma história dos sentimentos, das ideologias e mentalidades” (ARAÚJO, 2009).

A utilização dos textos literários pelos historiadores, principalmente por aqueles – como nós – filiados à Nova História Cultural, leva em conta principalmente o caráter de representação inerente à Literatura. Representação que, segundo Roger Chartier (1987), pode-se entender a partir do modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e lida. Conceito fundamental, porque permite aos pesquisadores reconhecerem, por meio das obras literárias, como determinados atores sociais, localizados em um tempo e espaço específicos, investem de sentido suas práticas e seus discursos (GRUNER, 2008).

É tendo em conta estes princípios que analisamos a documentação primária desta dissertação: as *Metamorphoses* de Apuleio. É por meio deste texto literário, desta “ficção”, que nos aproximaremos de uma realidade tão longínqua quanto à da Antiguidade Clássica e dos modos como os homens daquela época concebiam o seu mundo. Acreditamos, dessa forma, que esta obra seja uma fonte fundamental para a nossa compreensão das representações que os romanos citadinos do norte da África no II século elaboravam acerca dos bandidos errantes que habitavam a *hinterland* imperial. É partindo destas constatações que podemos analisar a estigmatização dos bandidos em associação com um processo de constituição da identidade da aristocracia municipal norte-africana.

***Apuleius Madaurensis*: biografia e bibliografia**

Com o intuito de um maior aprofundamento acerca da compreensão do processo de estigmatização dos bandidos presente nas *Metamorphoses*, é mister conhecer um pouco mais sobre a vida e a obra de Apuleio. Onde nasceu? Em que contexto viveu? Qual a sua procedência? Qual a sua *paideia*?³⁴ Quais obras escreveu? Essas são perguntas triviais observadas sempre que se tem pela frente uma pesquisa acerca de documentos históricos, ainda mais quando eles são de natureza literária, como é o caso de nossa fonte.

Tais perguntas, contudo, não são facilmente respondidas em se tratando de fontes oriundas do Mundo Antigo. Em relação a Apuleio, por exemplo, há muitas controvérsias sobre os seus dados biográficos, assim como acontece com a maioria dos autores da Antiguidade. Desta forma, o que consideramos como biografia do autor é uma montagem de dados tirados de minuciosos exames dos documentos, com indícios que se alteram a partir de

³⁴ Margarida Maria de Carvalho (2002) entende *paideia* como a educação pedagógica, política, filosófica e religiosa recebida pelos cidadãos da elite romana.

informações novas, variando da suposição a traços evidentes, sendo que o próprio Apuleio entrelaça muitos elementos autobiográficos em suas obras, principalmente em três delas: *Apologia*, *Florida* e *Metamorphoses*.

Sobre a vida de Apuleio, acredita-se que tenha nascido por volta do ano de 120 na África do Norte sob a dominação romana e que tenha vivido sob os governos dos imperadores Adriano (117-138), Antonino Pio (138-161) e Marco Aurélio (161-180). A data de seu nascimento é comumente derivada de algumas passagens de suas obras. Em *Florida* (XVI) Apuleio reivindica ser companheiro de estudos de Emiliano Estrabão, do que podemos supor terem idades aproximadas. Como na época de seu consulado, em 156, Estrabão tinha aproximadamente 32 anos, isso nos faz concluir que ambos teriam nascido na segunda década do II século. Além disso, também colabora para tal datação o fato de que em *Apologia* (LXXXIX) Apuleio argumenta ser um pouco mais jovem do que a sua esposa Emilia Pudentila, para a qual é atribuída a idade de 40 anos. Como o julgamento que inspirou a composição de *Apologia* teria ocorrido em 158/159, tal cronologia nos leva a supor que o nosso autor deveria possuir por volta de 30 anos à época (HARRISON, 2000).

A cidade natal de Apuleio, ao que tudo indica, é Madaura, colônia agrária romana fundada na Numídia, mais precisamente localizada ao sul da província romana da *Africa Proconsularis*.³⁵ Esta designação é corroborada pela descoberta, em 1919, de um pedestal de uma estátua com um fragmento de dedicatória dos cidadãos de Madaura a um filósofo platônico que era motivo de orgulho para a sua cidade: *Philosopho platônico madaurensis civis ornamento suo dedicauerunt pecunia publica*, ou seja, os cidadãos de Madaura dedicaram a expensas públicas esta estátua ao filósofo platônico que constitui para eles honra (MUNGUÍA, 1980). Mesmo que não se possa atribuir com certeza absoluta esta estátua a

³⁵ Madaura é hoje a moderna Mdaurush, na Argélia. No tempo da dominação romana era uma “cidade interior [...] situada a 230 quilômetros sudoeste de Cartago (moderna Tunis) e a 900 metros acima do nível do mar, no declive sul da cadeia do Atlas. [...] Madaura foi fundada no período Flaviano [69-96] como uma colônia romana, com o título de *Colonia Flavia Augusta veteranorum Madaurensium*” (HARRISON, 2000).

Apuleio, acreditamos que, ao fazer alusão a um filósofo da escola platônica e por não existir nenhuma informação acerca de outro filósofo desta região que tenha tido destaque, a estátua foi provavelmente erguida em sua homenagem, já que uma das designações pelas quais ele era conhecido na Antiguidade era a de *Apuleius philosophus platonicus Madaurensis* (GAISSER, 2008).

A família de Apuleio era representante da oligarquia municipal norte-africana. Seu pai, oriundo da Península Itálica e tendo imigrado à África com um grupo de veteranos, estabeleceu-se em Madaura e alcançou a mais alta magistratura municipal – o cargo de *duunvir* –, deixando aos seus filhos uma herança de dois milhões de sestércios, quantidade suficiente para ostentar um *status* social elevado.³⁶ Como o pertencimento a uma ordem social romana era hereditária (ALFÖLDY, 1989), Apuleio fazia parte da ordem dos decuriões (*ordo decurionum*) e, como seu pai, ocupou o cargo no conselho municipal de sua cidade natal (SILVA, 2006). Em *Apologia* (XXIV, IX), ele nos deixa o seguinte relato: “Nesta colônia meu pai ocupou o cargo de *duunvir*, depois de ter desempenhado todos os demais postos honoríficos. E eu ocupo seu mesmo posto nesta querida cidade desde que comecei a participar de sua cúria”.

Apuleio inicia a sua formação ainda em Madaura, dedicando-se, como todo jovem da elite romana, às matérias do ensino elementar: aritmética, leitura e escrita (SILVA, 2006). Com o dinheiro de sua herança, ele dá seguimento à sua formação acadêmica na cidade de Cartago, onde obtém as primeiras noções de retórica e de gramática, conhecimentos fundamentais para seu futuro como homem público e para sua formação de filósofo.

³⁶ Segundo Alföldy (1989), em muitas cidades grandes ou médias como Cartago, no norte da África, ou Como, na Itália do norte, o censo mínimo necessário ao decurionato era de cem mil sestércios, evidência que demonstra quão opulenta era a herança recebida por Apuleio.

Posteriormente, já em Atenas, estudou a filosofia de Aristóteles e, principalmente, a de Platão, aproximando-se também das religiões de mistério e da teurgia³⁷, como se depreende da seguinte passagem de sua *Apologia* (LV, VIII): “fiz parte, na Grécia, das iniciações místicas da maior parte dos cultos místicos. Conservei, ainda, com grande carinho, certos símbolos e recordações de tais cultos”.

Em Atenas, Apuleio teria completado a sua formação político-cultural, tornando-se – como ele próprio nos indica – filósofo, orador, poeta e romancista (SILVA, 2006). Em *Florida* (XX), ele afirma: “Ependócles, em efeito, compôs poemas; Platão, diálogos; Sócrates, hinos; Epicarmo, mimos; Xenofonte, histórias; Crates, sátiras. Eu, Apuleio, cultivo com igual arte todos os gêneros e as nove musas”.

Sua permanência em Atenas foi entrecortada por diversas viagens a Roma, onde fez estudos complementares e chegou a advogar por algum tempo (ARAÚJO, 2009). Ávido por saberes diversos, empreendeu diversas viagens de estudos e se tornou conhecido como sofista, uma espécie de filósofo e orador que não estabelecia moradia fixa em nenhum lugar e que viajava pelas cidades do Império pronunciando conferências (SILVA, 2006).³⁸ Na obra *Apologia* (LXXIII, II), quando da passagem de Apuleio pela cidade de Oea, norte da África, o autor faz referência a uma de suas habituais performances: “a pedido de meus amigos, dou uma conferência pública a todos os presentes que, com grande concorrência, lotavam a basílica onde tinha lugar as audiências”.

De volta ao norte da África, Apuleio, em consonância com sua atividade de sofista, empreendeu várias viagens pelas cidades da província, apresentando suas conferências às diversas oligarquias municipais norte-africanas. No caminho de uma de suas viagens a

³⁷ Maria José Hidalgo de La Vega (1986) conceitua *teurgia* como a prática mágica ligada às religiões de mistério.

³⁸ Sobre a designação de Apuleio como um sofista, ver a obra de S. J. Harrison (2000), na qual o autor localiza Apuleio entre os contemporâneos da segunda sofística (II século).

Alexandria, Apuleio passa pela cidade de Oea (atual Trípoli, na Líbia), onde adoece e estabelece pouso na casa de amigos. Nesta cidade, o autor acaba se aproximando da rica viúva Emilia Pudentila, com quem se casa. Em Oea, Apuleio permanece por cerca de 3 anos – entre 156 e 159³⁹ – e aí é processado por suspeitas de incorrer em crime de *veneficium* – acusação que recaia sobre os praticantes de *goetia*, isto é, práticas mágicas consideradas maléficas.⁴⁰ Segundo a acusação, Apuleio, interessado na herança de Emilia Pudentila, teria se utilizado de sortilégios no intuito seduzi-la.⁴¹

Após advogar em causa própria e ser inocentado de tal crime, Apuleio se estabelece na cidade de Cartago, capital da África Proconsular e principal cidade africana da época. Em Cartago, notabilizou-se como *philosophus platonicus*, como orador e como sofista, encontrando a fama e recebendo homenagens oficiais e o cargo de sacerdote provincial (HIDALGO DE LA VEGA, 1986). Tudo indica, como nos informa o texto de *Florida* (XVIII), que Apuleio tenha exercido o sacerdócio em honra do deus Esculápio: “Não sou [...] nem o menos conhecido de seus adoradores, nem o menos antigo de seus fiéis, nem o menos favorecido de seus sacerdotes”.

Muitas das evidências deste período de vida de Apuleio provêm de sua obra *Florida*, uma coleção de 23 orações pronunciadas por ele nos anos 160 em Cartago. Nesta obra, vê-se claramente uma bem sucedida carreira de orador público, demonstrando de forma evidente o seu pertencimento à aristocracia municipal cartaginesa, em parte devido à sua riqueza –

³⁹ Essas datas foram deduzidas a partir dos próprios relatos que Apuleio empreende em sua *Apologia*. Nesta obra, ele nos diz que, após um ano vivendo na cidade de Oea, acaba se casando com Emilia Pudentila. Como seu processo foi dois anos após o casamento e o julgamento ocorreu diante do procônsul Cláudio Máximo, que conta o seu proconsulado entre os anos de 158/159, acreditamos que sua estadia em Oea ocorreu por volta dos anos de 156 a 159, quando Apuleio se muda, com sua esposa, para Cartago.

⁴⁰ De acordo com Gilvan Ventura da Silva (2003), as leis que pautaram o crime de magia no Principado romano foram a *Lex Cornelia de Sicarii et Veneficis*, o *Edito de 11*, baixado por Augusto e que fixou as normas para o exercício da adivinhação, e dois *Senatusconsulta*, elaborados por Tibério que tinha a intenção de cassar astrólogos e magos em Roma, proibindo a consulta a adivinhos de forma secreta e sem testemunhas. Ademais, a *Lex Cornelia de Sicarii et Veneficis* assimilava magia a envenenamento, cujo castigo poderia ser o da pena de morte (ARAÚJO, 2009).

⁴¹ Pudentila possuía como herança materna quatro milhões de sestércios, várias terras e mais de quatrocentos escravos (APOL., LV).

somente alguém com posses poderia ostentar uma liturgia como a de sacerdote provincial –, em parte em decorrência de seus talentos oratórios. Em *Florida* (XVI), Apuleio corrobora tal observação acerca de seu *status* social elevado agradecendo a Emiliano Estrabão, cônsul na ocasião, a construção de uma estátua em sua homenagem: “O que posso acrescentar a tamanho elogio, tributado publicamente por um varão consular [...] [que] prometeu-me que disporia e ergueria a suas expensas uma estátua em Cartago”.

Esta ascendência social de Apuleio na cidade de Cartago é de suma importância para os objetivos de nossa dissertação, pois demonstra a sua filiação à aristocracia cidadina local. Confirma a nossa hipótese de uma associação de nosso autor aos valores e padrões culturais dos membros deste grupo social. Partindo destas considerações podemos entender um pouco mais o porquê do tipo de representação construída pelo nosso autor, posto que acreditamos em sua intencionalidade em prol de uma representação identitária altiva e excelsa em relação à elite municipal norte-africana – da qual ele próprio pertencia – em contraposição à estigmatização dos *latrones* como indivíduos *outsiders* e marginais à ordem cidadina romana.

Se acreditarmos, como sugere Sônia Regina Rebel de Araújo (2009) em artigo intitulado *Imaginário e narrativas: a história dialoga com a literatura no mundo antigo*, que as *Metamorphoses* seriam o livro que Apuleio teria prometido aos cidadãos de Cartago – leia-se aos membros das ordens sociais mais elevadas da cidade, seus iguais em *nobilitas* – como retribuição à construção de uma estátua em honra ao autor madaurense, poderemos estar ainda mais seguros em relação à intencionalidade de Apuleio de aclamar os costumes e os hábitos citadinos dos elementos pertencentes à aristocracia municipal cartaginesa como os mais elevados, os únicos considerados “normais”.⁴²

Para os anos posteriores à década de 160, não dispomos de nenhuma informação acerca de Apuleio e de sua bem sucedida carreira como *philosophus platonicus*, orador

⁴² Esta promessa de Apuleio aos habitantes de Cartago pode ser observada em *Florida* (XVI).

público e sofista na cidade de Cartago. Uma interessante hipótese para este período final de sua vida nos é dada por Harrison (2000), que, analisando o didatismo das obras filosóficas *De Platone* – uma versão apuleiana de um tratado de Aristóteles – e *De Mundo* – um sumário da doutrina platônica –, livros considerados por ele como provenientes dos anos posteriores a 170, afirma que o autor madaurense teria tido uma performance como professor de retórica e filosofia, acolhendo diversos pupilos sob a sua orientação.

Sobre o ano da morte de Apuleio, muito pouco se sabe a respeito. Fora o consenso que teria ocorrido na cidade de Cartago, os vários autores por nós pesquisados não concordam com uma data unívoca. Renata Senna Garraffoni (2002; 2004) estabelece a morte de Apuleio em por volta de 170, data também aceita por Gilvan Ventura da Silva (2001_a), Ruth Guimarães ([19--]), José Maria Royo (1998) e Julia Haig Gaisser (2008). Já Harrison (2000) estipula uma data próxima a 180, o que Maria José Hidalgo de La Vega (1986), P. G. Walsh (1995) e Sônia Regina Rebel de Araújo (2009) também concordam. Acreditamos ser prudente estabelecer uma cronologia flexível em relação à morte do autor. Em consonância com a bibliografia por nós consultada, estabeleceremos, nesta dissertação, a data entre 170 e 180.⁴³

Em relação às obras escritas por Apuleio, temos uma variedade ampla de estilos. Encontramos obras filosóficas, poéticas, uma novela, hinos, panegíricos e discursos, além de obras apócrifas⁴⁴ que lhe foram posteriormente atribuídas e escritos perdidos de possível autoria apuleiana.⁴⁵

Entre as obras de oratória, podemos incluir *Apologia* e *Florida*. A primeira, uma autodefesa de Apuleio perante a acusação de magia de que sofrera por seu casamento com

⁴³ Semíramis Corsi Silva (2006) também estabelece, em sua dissertação de mestrado, uma datação flexível para a morte de Apuleio. Segundo ela, “Apuleio morre por volta de 170/180”.

⁴⁴ Devido à fama de mago e filósofo, alguns tratados sobre a divindade de Hermes Trimegisto e Esculápio são colocados como de possível autoria de Apuleio.

⁴⁵ Os conhecimentos que Apuleio demonstra possuir em citações de suas obras evidenciam que ele provavelmente escreveu tratados de zoologia, botânica, medicina e astrologia, porém tais obras não foram encontradas (SILVA, 2006).

Emilia Pudentila, sendo que o seu registro na forma escrita ocorreu alguns anos depois do processo, que se acredita ter ocorrido no ano de 158. A segunda, uma compilação feita, não se sabe quando e nem por quem, de discursos pronunciados por Apuleio em Cartago, provavelmente nos anos do decênio de 160 d.C, época em que esse autor teve uma bem sucedida carreira de orador (HARRISON, 2000).

Já as obras filosóficas de Apuleio, consideradas aqui como pertencentes à filosofia médio-platônica, são compostas por três livros que projetam uma espécie de trilogia apuleiana. No século XIV tais obras foram compiladas com o título de *Opúsculos filosóficos de Apuleio*, fato que reforça a ideia de trilogia agregada a estas obras (SILVA, 2006). Com base na filosofia de Sócrates, Platão e Aristóteles, Apuleio escreveu *O Deus de Sócrates (De Deo Socratis)*, *Platão e sua doutrina (De Platone)* e *O mundo (De mundo)*.

O Deus de Sócrates constitui uma exposição aprofundada sobre os *daimones* de Sócrates, seres habitantes das sublimes regiões aéreas, que tinham como função facilitar a comunicação entre os homens e os deuses (SILVA, 2006). O título da obra de Apuleio se justificava exatamente porque, para o autor norte-africano, o sábio filósofo grego honrava um deus particular, o seu demônio pessoal, que o conduzia à sabedoria e à retidão.

Platão e sua doutrina é uma obra que contém os ensinamentos e uma breve biografia de Platão, sendo provavelmente um resumo dos estudos de Apuleio acerca deste filósofo. Por fim, *O mundo* nos apresenta uma compreensão das teorias platônicas no contexto do II século (SILVA, 2006).

Outro estilo explorado por Apuleio foi a novela latina, gênero literário que agrupa em torno de um tema central diversas tramas paralelas entrecruzadas e no qual predomina o recurso ao fantástico e ao maravilhoso (SILVA, 2001_a). A sua obra mais conhecida, *Metamorphoses*, é a única novela latina que chegou até nós de forma completa. Divide-se em

onze livros e é organizada em torno das aventuras de Lúcio metamorfoseado em asno e em várias outras histórias secundárias interligadas à narrativa central, nas quais o grego Lúcio narra as suas próprias aventuras na Grécia, mais precisamente na Tessália, terra famosa pelas artes mágicas.

Em todas as fontes por nós consultadas sobre a cronologia de *Metamorphoses* há sempre certa obscuridade sobre a data exata de sua produção. Elas, contudo, são unânimes em deduzir que a obra teria sido escrita próximo à morte do autor, entre 170 e 180. Alguns indícios nos possibilitam inferir que as *Metamorphoses* foram compostas posteriormente a *Apologia* e a *Florida*, portanto após a década de 160, já que em nenhum dos dois trabalhos há referência a uma novela latina entre o catálogo de escritos que o próprio Apuleio nos oferece.

Outra evidência aponta para um elemento que nos sugere uma composição por volta do decênio de 170. Chama-nos a atenção um episódio na história de Cupido e Psique, no qual Juno informa a esta última o impedimento de abrigar-lhe devido a uma lei que proibia a guarida a escravos fugitivos de outros senhores romanos. Esta lei pode ser observada no *Digesto* (VI, IV; VII, IV; II, VI), sendo indicada por Ulpiano como proveniente da época de governo de Marco Aurélio, mais provavelmente por volta do ano de 177. Desse modo, ao se levar em conta estas apreciações, a plausível data de composição das *Metamorphoses* se localizaria entre os anos de 170/180, época próxima à morte do autor (WALSH, 1995).

Seguindo as considerações de P. G. Walsh (1995) sobre *Metamorphoses*, podemos observar que a obra nos apresenta a transgressão, a punição e a recuperação de Lúcio como infrator das normas estabelecidas. O livro, portanto, teria uma clara conotação moral, em que o protagonista, depois de sofrer várias privações e provações advindas de sua conduta desviante, seria salvo após o seu arrependimento e a sua conversão como fiel seguidor da deusa Ísis.

Entendendo o enredo da obra sob esse ponto de vista, entre os livros I e III somos apresentados ao protagonista e à sua principal fraqueza: a curiosidade. Nestes três primeiros livros, Lúcio é caracterizado como um viajante interessado em histórias sobrenaturais, principalmente aquelas ligadas aos sortilégios. Na Tessália, Lúcio se hospeda na casa de Milão, cuja esposa (Pânfila) é suspeita de estar envolvida com práticas mágicas. Movido pela curiosidade de aprender mais sobre magia, ele seduz Fótis, escrava na casa em que se hospedara, e a convence a lhe revelar os segredos mágicos de sua senhora. Sendo assim, a escrava, numa certa noite, leva Lúcio a presenciar os rituais mágicos de Pânfila, ocasião na qual a feiticeira se transforma em ave, após se banhar com um unguento mágico.

Surpreso com o que vira, Lúcio sugere a Fótis que lhe entregue o unguento, já que assim ele também poderia experimentar a metamorfose. A escrava, nervosa por desobedecer a sua dona, pega o unguento errado e oferece a Lúcio. Este se despe e rapidamente se banha, imaginando que logo seria transformado em pássaro. Contudo, ao invés de ave, Lúcio é metamorfoseado em asno, iniciando o seu período de punição e de calvário.

A partir deste momento, do livro IV ao X, Lúcio, em forma de asno, enfrenta uma série de situações humilhantes a um cidadão romano: vive entre cruéis bandidos e falsos sacerdotes, tem como dono um violento soldado, cozinheiros, apanha de escravos e chega a ser obrigado a fazer parte de um espetáculo na arena de um anfiteatro, no qual deveria manter relações sexuais, em público, com uma condenada.

Em relação às intenções de nossa dissertação, interessa-nos principalmente avaliar as passagens em que o protagonista de nossa novela se relaciona, enquanto burro, com os bandidos. Nestas passagens ele é obrigado a vagar por um interior belicoso e sombrio, a se esconder nas montanhas e em cavernas. Junto a estes foras-da-lei, Lucio-asno sofre uma série de desventuras, presencia assaltos, raptos e assassinatos, sendo que ele próprio é por diversas

vezes castigado por tais indivíduos. Tais narrativas são para nós de suma importância, já que ela nos revela o olhar de nosso autor acerca destas figuras marginais ao mundo urbano e ‘civilizado’ das elites municipais norte-africanas, às quais ele próprio se filiava. A forma estigmatizada pela qual Apuleio os representa é, entre os livros IV e VII, bastante evidenciada e nos supriu com um material empírico determinante à comprovação de nossa hipótese de trabalho.

Em meio a tais humilhações, desesperado, Lúcio-asno foge em disparada e adormece numa praia longínqua na cidade de Cenchrea. Após esta cena, em claro sinal de arrependimento, o protagonista reza pedindo ajuda à deusa Ísis. Por meio da intervenção divina, Lúcio se torna homem novamente e, no livro XI, tem início o renascimento de nosso personagem principal, que acaba se transformando em sacerdote do culto à deusa Ísis. Em gratidão à deusa, Lúcio renuncia a todas as suas fraquezas, principalmente ao amor carnal e à curiosidade em relação às artes mágicas. Dá-se aí, no final da obra, a recuperação definitiva do protagonista.

Em *Metamorphoses* abre-se a possibilidade de abarcar uma gama bastante variada de temas acerca do cotidiano da sociedade romana alto-imperial. Veem-se em suas páginas relatos sobre bandidos, mulheres adúlteras, nobres corrompidos, feiticeiras, práticas mágicas e mistericas, formas de organização das *civitates* e das *villae*, entre várias outras temáticas abordadas por Apuleio.

É dentro desse universo amplo de possibilidades que localizamos a nossa pesquisa num tema determinado: a representação dos bandidos. E o nosso autor nos fornece um material bastante completo em relação a estes bandos de salteadores, mostrando-nos os seus atos violentos de sequestro, assassinato, roubo. O nosso objeto de estudo liga-se, portanto, à visão de Apuleio, enquanto membro da elite municipal norte-africana, em relação a estes

foras-da-lei. Este será o nosso viés de pesquisa, e acreditamos, com ele, contribuir para uma melhor compreensão acerca das complexas relações sociais verificadas no Império Romano.

A fortuna das *Metamorphoses*

Após a apresentação dos dados biográficos e bibliográficos de nosso autor, gostaríamos de fazer uma breve análise da fortuna de sua obra mais célebre, as *Metamorphoses*, isto é, compreender o modo como tal livro pôde chegar até as nossas mãos mais de dezoito séculos depois de sua composição. Tal transmissão teve um longo caminho, passando do papiro ao *codex*, e deste aos manuscritos medievais, posteriormente impressos e traduzidos do latim para as diversas línguas vernáculas europeias, entre elas o português.

São provenientes deste longo percurso as diversas edições disponíveis atualmente das *Metamorphoses*, inclusive aquelas que serviram de fonte de consulta nessa dissertação. A novela de Apuleio nos foi legada em aproximadamente 40 manuscritos, os quais provêm de um único exemplar mais antigo, produzido no Monastério de Monte Cassino no século XI, conhecido como *Codex Laurenziana 68.2*, também chamado *F*, que será mais adiante analisado. Todas as modernas edições das *Metamorphoses* advêm da tradução direta de *F*, fazendo uso de outros manuscritos e de conjecturas somente nas passagens às quais este *Codex* se torna ilegível (HANSON, 1989).

Em nossa pesquisa utilizamos duas edições diferentes de consulta, uma em português e a outra bilíngue – em latim e inglês. A primeira obra que nos serviu de fonte é uma edição portuguesa da editora Europa/América traduzida por Francisco Antonio de Campos, famoso intelectual português novecentista e profundo conhecedor da língua latina. Ela nos foi fundamental como suporte de tradução para o português das passagens retiradas de nosso

exemplar bilíngue, principal fonte por nós trabalhada, pois traz o texto original em latim de nossa documentação primária.

Este último é oriundo de uma coleção organizada pela Cambridge University, denominada *The Loeb Classical Library*, que tem o intuito de produzir edições bilíngues – com a tradução inglesa e o texto no vernáculo original – das mais importantes obras literárias da Antiguidade Clássica. As *Metamorphoses* foram editadas em dois volumes, o primeiro com os livros I a VI e o segundo do VII ao XI, com tradução e introdução de J. Arthur Hanson. Este exemplar foi determinante na aplicação da técnica da Análise de Conteúdo, oferecendo-nos, concomitantemente à tradução inglesa, o texto em latim original de nosso autor. Esta peculiaridade foi de suma importância em relação a um maior aprofundamento de nossa análise, possibilitando o confronto entre as traduções inglesa e portuguesa e os originais latinos escritos por Apuleio no II século.

Muito pouco se sabe acerca das condições de produção e de transmissão das *Metamorphoses* à época de sua composição, fora o fato de que elas tiveram lugar no norte da África em fins do II século e que provavelmente foram escritas em pergaminhos de papiro – conhecidos como *volumen* – com a intenção de serem declamadas em voz alta e em público, como de costume no período (CAVALLO, 1998). Infelizmente, Apuleio e suas obras não são mencionadas por nenhum de seus contemporâneos até pelo menos o século IV, permanecendo no anonimato por cerca de 150 anos após a sua morte.⁴⁶

Esse completo silêncio acerca de nosso autor é somente rompido por um compatriota norte africano de Apuleio, o apologista cristão Lactâncio, que o cita brevemente em sua *Divinae Instituta* (V, III, VII), provavelmente escrita entre os anos de 305 e 313.⁴⁷ O fato de

⁴⁶ De acordo com Julia Haig Gaisser (2008), a única pista de uma possível leitura das obras de Apuleio neste período é a de um papiro (PSI VIII, CMXIX) do II século que parece ilustrar a história de Cupido e Psique.

⁴⁷ A citação feita por Lactâncio se relaciona a uma refutação que ele elaborara contra o pagão Hierocles, que comparara os milagres atribuídos a Cristo com as obras miraculosas de Apolônio de Tiana (GAISSER, 2008).

passarem mais de cem anos em completa obscuridade e de serem primeiramente citadas na mesma região em que foram compostas leva-nos a conjecturar sobre a restrita circulação das obras de Apuleio entre os séculos II e IV. Provavelmente, a disseminação dos textos apuleianos durante estes séculos restringiu-se, em grande medida, a um pequeno grupo de literatos residentes no norte da África, o que pode ser corroborado pelo fato de Agostinho de Hipona, em sua *Civitate Dei*, ser a fonte antiga mais confiável no que concerne à biografia de nosso autor.⁴⁸

Somente nos anos finais do século IV é que Apuleio e suas obras são observadas fora do círculo norte-africano. Elas aparecem em Roma e em Constantinopla entre os anos de 395 e 397, ocasião na qual Salústio, jovem proveniente da aristocracia senatorial romana, elabora uma transcrição das obras *Metamorphoses*, *Apologia* e *Florida*. Sua intenção, podemos conjecturar, era a de abastecer a biblioteca de sua família com uma obra que a elevaria à posição de guardiã de um passado clássico, fato que confirmaria a superioridade cultural dos *Sallustii* (GAISSER, 2008).⁴⁹

A cópia atribuída a Salústio teve uma importância fundamental em relação à fortuna das obras de Apuleio, já que o *Codex Laurenziana 68.2.*, o mais antigo manuscrito conhecido acerca dos textos de *Metamorphoses*, *Apologia* e *Florida*, é proveniente desta transcrição. Isto é atestado nas próprias subscrições encontradas no texto de *F*. No total são 12 inscrições que nos indicam ser o *Codex* oriundo da cópia elaborada no final do século IV. Nove delas são idênticas e nos dão a seguinte informação: *Ego Sallustius legi et emendavi Rome Felix*, isto é, “eu, Salústio, com sucesso li e corrigi em Roma”. Outra é bastante similar: *Ego Sallustius*

⁴⁸ A força das interpretações de Agostinho de Hipona em relação às obras apuleianas é tal que pode ser atribuída a ele a suposição, que teve grande repercussão no século XIV, de uma associação entre Apuleio e o protagonista das *Metamorphoses*, Lúcio; daí a denominação de nosso autor como Lúcio Apuleio. Em *Cidade de Deus* (XVIII, XVIII), Agostinho especifica que a metamorfose teria ocorrido com o próprio Apuleio, e que a narrativa da novela contaria essa experiência pessoal vivida pelo autor.

⁴⁹ Segundo nos informa Cavallo (1998), a biblioteca particular era um “sinal obrigatório de *status* nas residências de pessoas abastadas [...]. Livros e leitura estão, doravante, profundamente inseridos no mundo das representações que distinguem os grupos sociais”.

emendavi Rome felix. Ainda outra nos traz apenas o nome completo de Salústio: *Gaius Crispus Sallustius*. A última nos remete ao período e ao local de produção da transcrição: “eu, Salústio, com sucesso li e corriji em Roma no consulado de Olíbrio e Probino quando eu estudava retórica sob Endelechio no fórum de Marte. Eu continuei novamente em Constantinopla no consulado de Cesário e Ático” (GAISSER, 2008).⁵⁰

Uma característica a mais que põe a cópia confeccionada por Salústio como um ponto nevrálgico em relação à história da transmissão das obras de Apuleio é o fato de que ele não somente *legi et emendavi [...] felix*, mas também a transcreveu em um novo e mais durável suporte: o *codex*. Esta nova mídia, que muito se assemelhava aos modernos livros, foi uma invenção romana que veio substituir os rolos de papiro, mais frágeis e perecíveis (CAVALLO, 1998). Se não fosse este trabalho bem sucedido de Salústio, talvez os textos das *Metamorphoses*, da *Apologia* e de *Florida* estivessem hoje perdidos, como ocorrido em relação a diversas obras da Antiguidade Clássica.⁵¹

Outro autor antigo determinante para a disseminação das obras de Apuleio foi Agostinho. As citações do bispo de Hipona em sua *Cidade de Deus*, no início do século V, acerca das obras de Apuleio, garantiram a sua leitura e tradução na Idade Média, beneficiando-se da grande autoridade dos escritos agostinianos na Cristandade medieval. Corroborando esta afirmação, Gaisser (2008) supõe dever-se ao interesse nas obras de Agostinho de Hipona, principalmente a *Civitate Dei*, o fato de as *Metamorphoses* terem sido alvo do trabalho de monges copistas no monastério de Monte Cassino no século XI.

⁵⁰ *Ego Sallustius legi et emendavi Rome felix Olib<r>io et Probino v(Iris) c(larissimis) cons(ulibus) in foro Martis controversiam declamans oratori Endelechio. Rursus Constantinupoli [sic]recognovi Caesario et Attico cons(ulibus)* (GAISSER, 2008).

⁵¹ “A *Milesiaca* de Aristides de Mileto está perdida, [...] somente uma pequena fração do *Satyricon* de Petrónio sobreviveu. *Hermagoras* de Apuleio está perdida. [...] As perdas ocorreram em diferentes épocas e circunstâncias, mas não há dúvidas de que muito da destruição teve lugar por volta do IV século. Este foi o período em que a literatura antiga foi transferida do rolo para o *codex* – o ponto crítico no qual os trabalhos sobreviventes deveriam ser importantes o suficiente para merecerem tal transposição” (GAISSER, 2008).

Entre as citações de Agostinho e a produção de *F* cerca de seiscentos anos mais tarde, muito pouco se ouve sobre as *Metamorphoses* de Apuleio. As únicas exceções em relação a este silêncio quase completo são dois autores romanos do final do século V e início do VI e um Glossário espanhol composto provavelmente entre o final do século VII e o começo do VIII. O primeiro foi Marciano Capela que, entre 470/480, cita a história de Cupido e Psyque a partir de uma alegoria pagã. O segundo, Fulgêncio, provavelmente nos primeiros anos do século VI, também utiliza a narrativa de Cupido e Psyque, mas agora compondo uma coleção de mitos por ele catalogados em sua *Mythologies*. Em relação ao último, um Glossário conhecido como *Abolita*, há não somente citações acerca das *Metamorphoses*, mas também sobre *Florida*, *Apologia*, *De Mundo*, *De deo Socratis* e de *De Platonis*, o que nos faz imaginar que seu autor possuísse um *corpus* completo das obras apuleianas (GAISSER, 2008).

Após centenas de anos de obscuridade, no século XI um episódio fundamental em relação à fortuna de nossa documentação primária pode ser verificado. Num intervalo de 15 anos, entre 1060 e 1075, monges copistas do monastério de Monte Cassino transcreveram, do original composto por Salústio quase setecentos anos antes, o conteúdo de três obras fundamentais de Apuleio – *Metamorphoses*, *Apologia* e *Florida* –, dando origem ao mais antigo manuscrito ainda hoje preservado destes textos, o *Codex Laurenziana 68.2*.⁵² Sua importância pode ser medida pelo fato de ele ser a única matriz de todos os manuscritos e edições posteriormente editadas em relação a estes três livros, levando-nos a supor que se não tivesse ocorrido este trabalho de transcrição tais obras não teriam chegado até nós séculos depois, pois provavelmente teriam se perdido em algum momento do século XI.

O que se sabe acerca da produção de *F* é que ela teve lugar numa época de ouro do monastério medieval – *mirabile XI secolo di Montecassino* –, num período em que se

⁵² Não se sabe ao certo como a transcrição de Salústio pôde chegar à Biblioteca do Monastério de Monte Cassino, mas o fato é que por volta do século IX um exemplar deste manuscrito já compunha o seu acervo, aí permanecendo até que dele fizessem a cópia de *F* (GAISSER, 2008).

empreendeu uma grande campanha de compilação de manuscritos antigos, provavelmente muitos deles em adiantado estado de deterioração. Muito se especula sobre o porquê de sua preservação, pois poderíamos nos perguntar: qual a relevância de obras tão destacadamente pagãs para monges do século XI? A resposta, como já mencionado acima, pode ser buscada no interesse de Agostinho pelas obras de Apuleio, já que tais monges tinham como principal alvo de suas restaurações as obras e os autores que de alguma forma poderiam ser associados ao Bispo de Hipona (NEWTON, 1999).

O *Codex Laurenziana 68.2* permaneceu restrito à Biblioteca do Monastério ainda por alguns séculos, o que se pode deduzir a partir da ausência de citações em relação às três obras que o compunham entre os séculos XI e XIII. Contudo, pelo fim do século XIII e início do XIV supõe-se que alguém tenha copiado ou retirado uma cópia de *F* de Monte Cassino e levado para alhures. Tal conjectura é corroborada por uma difusão de tais obras de Apuleio, que em poucos anos – de 1320 a 1332 – serão citadas nos trabalhos dos mais importantes enciclopedistas e comentadores da época, todos claramente familiarizados com os textos copiados em Monte Cassino (GAISSER, 2008).⁵³

A fortuna das obras de Apuleio se manterá bem sucedida por todo o século XIV e XV, sendo alvo de estudos e de comentários de vários humanistas, principalmente por parte de Boccaccio e de Petrarca. A fama de nosso autor como filósofo se notabilizará neste período, sendo que os seus estudos acerca de Platão e de Aristóteles serão uns dos poucos acessíveis aos intelectuais da época (GAISSER, 2008).

⁵³ Entre as várias obras que fazem referências a Apuleio no início do século XIV podemos destacar a de Benzo de Alexandria, com seu *Chronicon* (1320), a de Walter Burley, em *Liber de vita et moribus philosophorum* (1326), e uma antologia intitulada de *Flores moralium auctoritatum*, compilada em Verona por volta do ano de 1329.

É partindo destas evidências que entendemos o porquê de serem as obras de Apuleio⁵⁴ – entre elas as *Metamorphoses* – um dos primeiros textos antigos a serem impressos na Itália em meados do século XV.⁵⁵ Em 28 de fevereiro de 1469 a primeira edição de seus trabalhos foi publicado em Roma pelos editores Sweynheym e Pannartz, um dos primeiros a difundir livros impressos em solo italiano. Este episódio possibilitou uma circulação nunca antes experimentada por tais livros: se antes tínhamos alguns poucos manuscritos agora a nova tecnologia da impressão punha à disposição de seus contemporâneos centenas de cópias.

As possibilidades impostas pela nova mídia deram às *Metamorphoses* a oportunidade de sua disseminação por todo o Velho Mundo, proporcionando a produção de várias edições e traduções para as diversas línguas vernáculas europeias, que imprimiram interpretações locais ao conteúdo do livro. Na Alemanha, Apuleio torna-se um Luterano e a história de Lúcio foi lida como um exemplo de um homem salvo pela graça de Deus. Em Paris, a metamorfose de Lúcio é vista a partir de um prisma alegórico em que o protagonista é diabolicamente tentado por Fótis a experimentar as artes mágicas. Estes exemplos são testemunhas de uma difusão mais ampla das *Metamorphoses*, fato que possibilitava a ampliação de seu leque de leitores a partir do século XVI. Nos séculos subsequentes, as *Metamorphoses* se tornam um dos livros antigos mais editados, traduzidos e comentados, transformando-se em um dos mais consagrados clássicos da literatura greco-romana.

Finalizando esta seção, pudemos observar, com o exemplo da transmissão das *Metamorphoses*, o difícil itinerário percorrido pelas fontes antigas até chegarem às nossas mãos. Elas foram alvo de cópias as mais variadas possíveis, de transcrições que tiveram início há muitos séculos. Parafraseando Jacques Le Goff (1996), “todo documento é um

⁵⁴ As obras de Apuleio impressas nesta primeira edição foram *Metamorphoses*, *Apologia*, *Florida*, *De Deo Socratis*, *De Platone* e *De mundo* (GAISSER, 2008).

⁵⁵ Na Itália somente Cícero teve as suas obras impressas antes das de Apuleio: *De oratore* em 1465 e 1468, *Epistolae ad familiares* em 1467, *Brutus*, *Orator*, *De officiis*, *Paradoxa* e *De amicitia* em janeiro de 1469 (GAISSER, 2008).

monumento”, no sentido de que os documentos não são fontes inócuas e neutras, são, antes de tudo, o resultado de uma montagem das sociedades que os produziram e também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, mesmo que em silêncio ou esquecidos por centenas de anos, até que alguém os ressuscite.⁵⁶

Diante disto, do texto original de Apuleio só podemos ter acesso de forma indireta, por meio de um infinito número de intermediários, tais como Salústio no início do século IV e os monges copistas em meados do século XI. É esta parcialidade inerente à maioria das fontes antigas que gostaríamos de demonstrar nesta seção. É delas, mesmo que indiretamente, que podemos retirar o estatuto de verossimilhança de nossa disciplina, são elas que nos permitem acessar, mesmo que parcialmente, as complexas realidades de um mundo tão longínquo quanto o da Antiguidade.

A audiência das *Metamorphoses*

Depois de avaliarmos os dados referentes à vida e às obras de nosso autor, e de fazermos uma análise da fortuna de nossa documentação primária – as *Metamorphoses* –, urge observarmos algumas questões fundamentais em relação à consecução de nossos objetivos nesta dissertação. As questões que neste momento gostaríamos de trazer à discussão são as seguintes: para qual público Apuleio escreveu as suas *Metamorphoses*? Como se deu a sua recepção? Qual a disseminação de seus escritos?

⁵⁶ Marc Bloch (2002) definiu muito bem o modo como as fontes históricas chegam às nossas mãos: “não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui e ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações”.

Responder a indagações como estas não é um dos trabalhos mais simples. Dispomos de pouquíssimos dados acerca da audiência das *Metamorphoses*, fato que limitará consideravelmente a profundidade de nossa análise. Muito do que conhecemos em relação aos leitores dos textos apuleianos nos é informado por passagens de obras de nosso próprio autor, principalmente de *Florida*, que constitui uma antologia de suas conferências proferidas em Cartago no decênio de 160. Podemos, ademais, completar este mosaico de dados pouco conectados com elementos do contexto intelectual vivenciado no Império Romano à época, que genericamente se tornou conhecido como movimento da Segunda Sofística, ao qual o próprio Apuleio pode ser relacionado.⁵⁷

O movimento da Segunda Sofística teve lugar na chamada era dos imperadores antoninos, num período que se estendeu do início do governo de Nerva, em 96, ao final do reinado de Cômodo no ano de 192. Esta foi uma época “dourada” para a arte do discurso, em que um grande número de oradores profissionais, chamados sofistas ou *virtuosi*, viajavam de cidade em cidade atraindo audiências com suas exibições oratórias (ZANDONÁ, 2008). Suas declamações em público visavam a entreter os seus ouvintes com argumentos “sobre o valor, sobre a justiça, sobre os heróis e os deuses” (*VIDA DOS SOFISTAS*, I, CDLXXXI).

Os sofistas, com a arte de sua oratória, se transformaram, a partir do início do Principado, em verdadeiras celebridades, beneficiando-se bastante de um momento de relativa paz interna no Império – da chamada *Pax Romana* –, fato que facilitou as suas viagens através das diversas regiões do *orbis romanorum*. Os mais bem sucedidos deles eram muito bem pagos e alcançavam fama e prestígio nas diversas cidades pelas quais circulavam. Muitos conquistavam cargos públicos, posições altamente influentes e até a construção de estátuas em sua homenagem (GAISSER, 2008). Apuleio foi um bom exemplo de um bem sucedido

⁵⁷ O termo “Segunda Sofística” foi primeiramente cunhado pelo escritor ateniense Filóstrato de Lemnos no início do III século em sua obra *Vida dos Sofistas* (I, CDLXXXI), dedicada ao cônsul e governador da Bretanha Antonio Giordiano e datada entre os anos de 231 a 237.

sofista, já que as suas conferências lhe renderam o *status* de ser escolhido sacerdote provincial – cargo que lhe conferiria a “mais alta dignidade de Cartago” (*FLOR.*, XVI) – e a construção de estátuas em sua honra, como a que supostamente lhe é atribuída em Madaura.⁵⁸

Outra característica que distingue o movimento da Segunda Sofística é a sua filiação aos valores da cultura literária grega clássica. Os sofistas do período imperial faziam referências a Heródoto, a Platão, a Sócrates e a Górgias, entre vários outros autores helênicos antigos. Suas narrativas e suas personagens geralmente tinham relação direta com o mundo das *poleis*. A própria designação do movimento como Segunda Sofística tenta empreender uma ligação entre os sofistas do II e III séculos com aqueles da época helênica clássica (século IV a.C.).

Corroborando para o que foi dito, poderíamos citar como exemplo as *Metamorphoses*, que demonstram em suas várias histórias uma grande influência helênica – a região onde se passa as narrativas é a Grécia e os nomes das personagens são tipicamente gregos.⁵⁹ Além disso, as *Metamorphoses*, como nos informa Ruth Guimarães ([19--]), J. Arthur Hanson (1989) e P. G. Walsh (1995), têm como fonte um livro de origem grega, *Loukios e onos* (Lúcio ou o asno), cuja autoria remonta ao grego Luciano de Samósata, que, por sua vez, acredita-se ser uma condensação de outra obra helênica, hoje perdida, pertencente a Lúcio de Patras.

Creemos, contudo, que as *Metamorphoses*, mesmo se remetendo à Grécia, mais exatamente à Tessália, falem de uma realidade tipicamente norte-africana, de situações do

⁵⁸ Acredita-se que uma estátua encontrada na cidade de Madaura seja em homenagem a Apuleio, pelo fato dela ter sido construída em homenagem ao *philosophus platonicus madaurensis*, quer dizer, a algum cidadão madaurensis que tivesse sido filiado à filosofia platônica. Como não se conhece outro filósofo com tais características, supõe-se que a estátua seja em honra do autor de nossa documentação primária (GAISSER, 2008).

⁵⁹ “É interessante notar que o segundo século de nossa era reúne, em um mesmo centro, intelectuais de diversas localidades do Império que pleiteavam uma identidade cultural através de suas atividades literárias. Nelas, percebemos o gosto desses intelectuais pelos hábitos e costumes gregos, como sua própria dedicação aos estudos literários, filosóficos, históricos, etc., para demonstrar seu modo de ser grego” (SILVA, 2007_b).

cotidiano de nosso autor e da sociedade à qual pertencia, apresentando, inclusive, traços claramente autobiográficos, demonstrados por uma curiosa confusão narrativa entre o protagonista Lúcio e o próprio Apuleio e por fatos narrados em sua obra que nos fazem lembrar episódios pertencentes à sua biografia – como o seu julgamento, a sua autodefesa perante o tribunal e o seu interesse pelas artes mágicas –, fatos que nos fazem supor uma associação entre o conteúdo de seu livro e a realidade local vivenciada por seu escritor.⁶⁰

Acreditamos, ademais, que a utilização da Grécia como cenário de encenação da obra seja um recurso paradigmático bastante utilizado por autores pertencentes à Segunda Sofística, que buscavam numa Grécia clássica idílica a localização perfeita para os seus escritos, ocorrência que não invalida o fato das *Metamorphoses* terem sido produzidas para uma audiência norte-africana, mais precisamente para um público urbano – membros de uma elite local versados nos valores clássicos greco-romanos – que se aglomerava nas praças de suas cidades para assistirem às declamações de oradores errantes e renomados (sofistas), como era o caso de Apuleio. Sendo assim, a obra não poderia se furtar a tratar de uma realidade local, de problemas e questões tipicamente norte-africanos (GAISSER, 2008).

É por intermédio destas considerações que podemos pensar a nossa utilização das *Metamorphoses* como instrumento privilegiado para se entender a sociedade citadina das províncias romanas no norte da África no II século e os bandos de salteadores errantes em sua *hinterland*. Entendemos a obra como uma fonte imprescindível para estes nossos objetivos, estando a nossa dissertação em consonância com o trabalho de Maria José Hidalgo de la Vega (1986), *Sociedad e ideología en el império romano*, que busca entender a sociedade alto-imperial norte-africana por meio das obras de Apuleio, principalmente pela ótica de suas *Metamorphoses*.

⁶⁰ As *Metamorphoses* teriam sido escritas no período final da vida de Apuleio da Madaura, por volta dos anos de 170/180, época em que o nosso autor provavelmente vivia na cidade de Cartago, norte da África (HARRISON, 2000).

Por fim, ao concordarmos com Araújo (2009), podemos conceber a novela latina escrita por Apuleio como “o livro que [ele] prometeu escrever em agradecimento à cidade de Cartago, e que a tornaria célebre”. Partindo destes pressupostos, a composição das *Metamorphoses* demonstra um claro viés norte-africano, ao ponto da obra ter sido supostamente dedicada aos cidadãos da principal *civitas* do norte da África romano.

A partir desta caracterização do movimento da Segunda Sofística e da clara filiação de nosso autor a ela, podemos inferir certas características em relação à audiência das *Metamorphoses*. A primeira é a de que seus textos foram escritos para serem declamados em voz alta e diante de um público – como de costume em se tratando de obras provenientes do Mundo Antigo. Na Antiguidade Clássica, a difusão dos textos literários frequentemente passava pela *recitatio*, meio fundamental para tornar conhecida as obras de um autor (CAVALLO, 1998) Apuleio, como um legítimo sofista, informa-nos que sua filosofia podia ser definida como “uma real ciência desenvolvida para promover a arte de falar tanto quanto a arte de viver” (*FLOR.*, VII).

Mais que isso, devido à sua grande notoriedade como orador, podemos supor que suas conferências atraíam uma considerável quantidade de ouvintes, “que com grande concorrência lotam a basílica onde tinha lugar as audiências” (*APOL.*, LXXIII, II). Tais apresentações geralmente ocorriam nos teatros públicos das *civitates* por ele visitadas ou até mesmo nos *auditoria*, locais de dimensões reduzidas destinados às leituras em pequenas reuniões (ZANDONÁ, 2008). Alguns autores, como Bradley (2005), apontam que o teatro de Cartago descrito por Apuleio em *Florida* (XVIII) teria a capacidade aproximada de 11 mil

espectadores, estimativas – mesmo que exageradas⁶¹ – que demonstram quão numerosa poderia ser a audiência de um afamado sofista.⁶²

Soma-se a isto o fato de que Apuleio, enquanto um *virtuosus*, uma espécie de orador profissional que viajava por diversas cidades pronunciando conferências, provavelmente possuía uma ampla audiência por todo o norte da África. Suas excursões de cidade em cidade demonstram a amplitude da disseminação de seus textos no ambiente norte-africano, podendo ser ouvidos pelas diversas aristocracias municipais locais. A partir de algumas de suas obras podemos vê-lo em viagens por diversas *civitates*: em Cartago, onde fixou moradia após a década de 160; em Oea, onde se casou e foi processado e julgado pelo crime de *veneficium*; em Alexandria, para onde se encaminhava antes de sua estadia em Oea.

E quem era o seu público? Para qual estrato social ele preparava as suas performances oratórias? Quem eram os destinatários de suas *Metamorphoses*? Muito possivelmente seus ouvintes eram os seus “iguais”, membros de uma elite cidadina rica e ilustrada, aqueles indivíduos possuidores da mesma paideia que o nosso autor, entendida como a educação formal das elites greco-romanas.⁶³ Eram eles os destinatários de um discurso sofisticado e enriquecido de citações que os remetiam a um *background* clássico, os únicos que provavelmente poderiam gozar de um entretenimento tão requintado.

Infelizmente, não possuímos nenhum dado acerca da recepção de suas *Metamorphoses* e das demais obras de nosso autor, pois citações em relação a elas são desconhecidas até pelo menos o século IV (GAISSER, 2008). Contudo, podemos conjecturar algo a partir daquilo que é observado como regra geral em relação aos membros do movimento da Segunda

⁶¹ Segundo Regina Maria da Cunha Bustamante (2004), a cidade de *Hippo Regius*, uma das mais importantes da África do Norte à época do Principado, possuía o mais antigo (datado do século I) e maior teatro romano da região, tendo a capacidade estipulada para 5 ou 6 mil espectadores.

⁶² Mesmo que uma grande quantidade de pessoas pudessem presenciar estas audiências públicas, acreditamos, contudo, que os receptores aos quais Apuleio intencionava se comunicar pertencessem a uma pequena parcela deste público, os membros da aristocracia cidadina local.

⁶³ O próprio termo *pepaideumenoi* que comumente traduzimos por intelectuais, mas que literalmente significa aqueles que adquiriram a paideia, é sinônimo para elite (ZANDONÁ, 2008).

Sofística. Como nos informa Deise Zandoná (2008), a sanção de um auditório, ilustrado em grande parte, era um elemento determinante nas oratórias dos sofistas, porque serviam como forma de aperfeiçoamento do texto. O julgamento do público pesava fortemente sobre o autor, que teria de produzi-lo levando-se em conta os gostos de seus receptores, imperativo que o próprio Apuleio parece reconhecer na seguinte passagem de *Florida* (IX): “quem entre vocês me perdoaria um simples solecismo? Quem me concederia uma sílaba pronunciada barbaramente?”⁶⁴

Podemos, como consequência de nossas observações acima, caracterizar o público receptor das obras de Apuleio como sendo composto por uma elite cidadina norte-africana educada nos valores da cultura greco-romana e espalhada entre as diversas *civitates* existentes nas províncias romanas do norte da África. Eram eles os receptores privilegiados do discurso apuleiano, para quem as representações de nosso autor fariam sentido e poderiam ser socialmente interpretadas. Esta constatação é, para nós, importantíssima, já que confirma a nossa suposição de que as *Metamorphoses* carregam um conteúdo eivado por questões identitárias que definiriam, em última instância, a concepção desta elite cidadina norte-africana acerca de si própria.

A aristocracia cidadina norte-africana, grupo ao qual Apuleio também fazia parte, era a destinatária de um discurso que preconizava uma clara oposição binária que colocava em pontos equidistantes as representações acerca dos bandidos e as de si própria. De um lado, os *latrones*, indivíduos marginais à ordem romana, *outsiders* aos quais os rótulos estigmatizantes – tais como os de feras, inumanos, gladiadores e centauros – eram socialmente enraizados. De outro, os pertencentes à elite municipal local, os melhores, os cultos e os bem nascidos cujo comportamento seria tomado como parâmetro de “normalidade”.

⁶⁴ Solecismo é uma inadequação na estrutura sintática da frase com relação à gramática normativa do idioma, ou seja, são erros gramaticais.

Acreditamos que essa alteridade – bandido/elite –, sendo recepcionada por um auditório proveniente dos estratos superiores da sociedade romana norte-africana, sugeriria a estes últimos concepções altamente positivas acerca de sua identidade. É, portanto, tendo em vista esta caracterização da audiência de nossa documentação primária, em associação com as representações construídas por nosso autor em relação aos bandidos e à aristocracia municipal, que podemos conjecturar as premissas de uma hipótese como a nossa, a de que a estigmatização dos bandidos verificada nas *Metamorphoses* de Apuleio se relaciona a um processo de constituição da identidade da elite cidadina norte-africana.

CIVITAS, HINTERLAND E BANDIDOS NO IMPÉRIO ROMANO

***Imperium romanum*: um mosaico de cidades**

Neste capítulo, gostaríamos de discutir algumas questões centrais para o prosseguimento desta dissertação, as quais se relacionam à contextualização de nosso recorte histórico de estudo. O intuito é oferecer um suporte historiográfico à comprovação de nossa hipótese de pesquisa, à qual acreditamos poder ser constatada a partir de um trabalho que alie a compreensão acerca de nossa documentação primária em consonância com os pressupostos teóricos e conceituais por nós selecionados e com uma aprofundada discussão contextual.

Iniciaremos esta seção com um estudo acerca daquilo que comumente denominamos de Império Romano, observando os seus principais elementos constituintes e as suas mais importantes características. Aqui, daremos ênfase especial às *civitates* como células base do Estado romano, como entidades responsáveis pela manutenção de um Império sem precedentes no Mundo Antigo.

Antes de começarmos a analisar o contexto romano no Principado, urge entendermos o que significava para os próprios romanos o termo que se convencionou traduzir por Império Romano. O *imperium romanum* servia para designar, acima de tudo, “não só o espaço no interior do qual Roma exercia o seu poder, como este mesmo poder” (GRIMAL, 1993). Na origem, a palavra *imperium* representava a força transcendente, simultaneamente criativa e reguladora, capaz de agir sobre o mundo, de o submeter à sua vontade. A etimologia da palavra continha a ideia de ordenação, de preparativos feitos em vista de um fim, concebidos pelo espírito de quem comanda (GRIMAL, 1993).

Inicialmente, o poder de *imperium* era concedido aos magistrados da Roma republicana, àqueles que governavam em nome do *populus*. Existia o *imperium* exercido pelos magistrados superiores – os cônsules e os pretores –, que se traduzia pelos editos nos quais anunciavam as regras que aplicariam no exercício do cargo. O poder de *imperium* também se manifestava em termos militares, já que o encarregado de comandar o exército tinha o direito de exercer sua autoridade sobre o cidadão mobilizado, que se encontrava inteiramente submetido à vontade do chefe (GRIMAL, 1993).

Com o fim do período republicano e o início do Principado – em 27 a.C. –, a primazia do poder de *imperium* passaria a se ligar intimamente à figura do *princeps* – o primeiro entre os cidadãos –, aquele que carregava o título de *imperator* e que, paulatinamente, concentraria sob a sua batuta os poderes da *tribunicia potestas* – o que significava o controle da iniciativa legislativa –, de *pontifex maximus* – título que colocava o *princeps* na posição de mediador entre homens e deuses e garantidor da *pax deorum* – e de detentor do *imperium maius* (MENDES, 2006_a).⁶⁵

A tradicional noção republicana de *imperium* associa-se, a partir de então, a um único indivíduo, àquele que seria o responsável, em nome do povo romano, por controlar o *immensum imperii corpus* – imenso corpo imperial. O termo passa a ser sinônimo de *urbs*, ganhando um significado espacial que simbolizava a totalidade dos territórios controlados pelo *populus romanus*. A palavra ganha uma nova conotação, aproximando-se de sua moderna tradução como Império Romano, no sentido de uma entidade política formada por um Estado institucionalizado em torno do *princeps* (RICHARDSON, 1991).

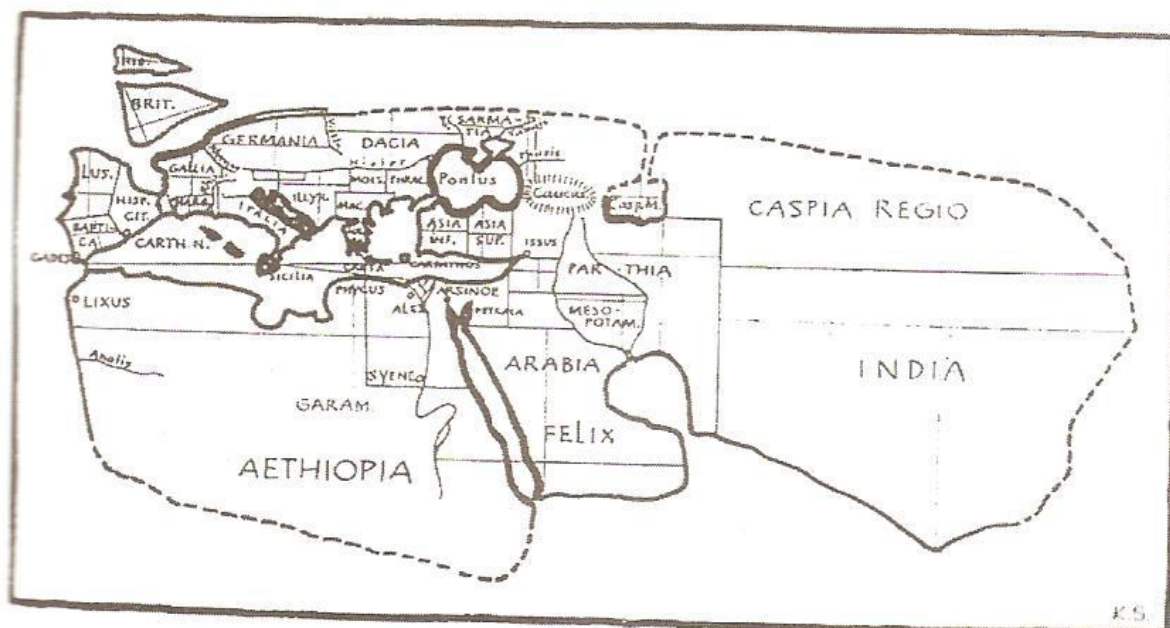
⁶⁵ Pela tradição republicana, o título de *princeps* (o mais eminente cidadão do Estado) era dado àquele que ocupasse uma posição de liderança e destaque na cidade, obtida pela consagração de sua popularidade, *dignitas* e *auctoritas*. Há muita diferença entre a posição dos príncipes republicanos e a posição dos imperadores como príncipes do Senado. Durante a República, a preeminência do príncipe não era permanente, sendo revestida de noções de paridade e equidade (MENDES, 2006_a).

A mudança na conotativa do termo *imperium romanum* ocorre concomitantemente à expansão do poderio romano em diferentes partes do mundo. Entre os séculos I a.C. e II d.C., Roma estenderá o seu domínio sobre a península Itálica, a Europa ocidental e setentrional, o norte da África, Egito, Ásia Menor e Oriente Próximo, totalizando um Império até então sem precedentes na história da humanidade, tornando-se, de acordo com Norma Musco Mendes (2001), o exemplo mais bem acabado de mundialização na Antiguidade.⁶⁶

É a partir deste contexto que podemos entender o conceito de *oikouméne* como uma forma de ampliação em termo globais do *imperium romanum*. *Oikouméne*, segundo a concepção romana, seria a percepção de que Roma exerceria a dominação completa sobre todo o mundo habitado, possuindo um *imperium sine fine*, ou seja, um império ilimitado e sem fronteiras delimitadas (HIDALGO DE LA VEGA, 2005). Ideia esta simbolizada pelo mapa, elaborado entre os anos 2 a 10 d.C., atribuído a Agripa e afixado no *Porticus Vipsania* no Campo de Marte. Este é o primeiro mapa global conhecido pelos romanos e constitui um importante discurso de poder, pois visualizava a concepção ecumênica de Roma (MENDES, 2004).

⁶⁶ Utilizamos o termo mundialização no mesmo sentido dado por Mendes (2001), ou seja, como um conceito que valoriza a diversidade, a multiplicidade e a alteridade de um Império rico e complexo em termo culturais e étnicos como foi o romano.

Figura 1 – A carta de Agripa (MENDES, 2004, p. 261)



Por intermédio da carta de Agripa, podemos observar o modo como os romanos percebiam o seu *imperium*. Nele vemos todos os territórios sob a administração direta romana e as regiões onde o poder romano deveria ser temido, alcançando terras tão distantes quanto a Índia e a Etiópia. O que o mapa demonstra claramente é a própria *oikouméne*, é a representação mais fiel que possuímos do pensamento romano acerca do mundo à sua volta, de seu *imperium sine fine*.

Ao cremos nas afirmações de Estrabão do início do I século (*GEOG.*, II, V, VIII), o Império Romano podia ser dividido em duas partes fundamentais: a *Urbs* e o *orbis terrarum imperium*. A *Urbs* era a cidade de Roma, o centro do mundo, berço da tradicional aristocracia senatorial e de onde todo o poder emanava por intermédio do *princeps*. O *orbis terrarum imperium*, por sua vez, era repartido em duas outras seções: um território organizado e submetido à lei romana – sob governo direto de Roma – e as *externae gentes*, que não

ocupavam terras anexadas, mas reconheciam – na condição de aliados – a superioridade romana.

Partindo das próprias concepções romanas acerca de seu *imperium*, Norma Musco Mendes (2002) dividiu as regiões do *imperium romanum* à época do Principado em quatro diferentes categorias. Primeiramente, o centro, correspondendo à Itália e à cidade de Roma, local da elite e do governo centrais. Em seguida, o território provincial, subdividido em províncias exportadoras de impostos – tais como a Britânia, Espanha, sul da Gália, norte da África, Ásia Menor, Síria e Egito – e as de fronteira, onde os exércitos estavam estacionados – como, por exemplo, a parte meridional do norte da África e a região danubiana.

Para além do *limes*, tínhamos o território extraprovincial, também chamado de semiperiferia, constituído por comunidades localizadas próximas ao Império e com contatos regulares com os romanos.⁶⁷ Algumas eram consideradas aliadas e amigas, outras vistas como inimigas, sendo ambas olhadas como uma reserva potencial para as possessões romanas. Tais áreas eram controladas pela diplomacia e exploradas indiretamente por meio de relações comerciais, constituindo importantes fontes de produtos alimentícios e de escravos. Por fim, haveria a periferia extrema, formada por terras distantes que não tinham contato direto e nem despertavam o interesse da elite central, pois, para os romanos, somente a melhor parte da *oikouméne* deveria ser diretamente controlada, sendo o restante relegado ao *barbaricum*.⁶⁸

Ao vermos a grandiosidade do Império Romano, poderíamos nos perguntar: como foi possível, dentro das limitações em termos de comunicação e de transportes da época, a manutenção de um Estado desta magnitude? Tal empreendimento somente foi realizável

⁶⁷ “O *limes* terrestre considerado como um arquétipo de fronteira linear e militarizada pode ser dividido em quatro tipos: *limes* fechado da Bretanha, com o muro de Adriano; Germânia, rota estratégica fortificada; *limes* aberto e descontínuo da Síria; *limes* africano, como uma linha de penetração e de troca com os povos nômades, fortificado somente nas regiões subsaarianas para a proteção da Numídia e do Egito” (MENDES, 2004).

⁶⁸ O conceito de *oikouméne* estava intimamente ligado ao *agere civiliter*, a uma missão romana civilizatória, na qual Roma deveria disseminar aos demais povos os valores mais caros da civilização greco-romana, como a *humanitas* e a *urbanitas*. Era a posse destes valores que diferenciava os romanos dos não romanos, isto é, daqueles que viviam no além *limes*, no *barbaricum* (MENDES, 2001).

devido ao fato de ser o *imperium romanum* um Império de cidades. Poderíamos concebê-lo como uma confederação de cidades relativamente autônomas, uma entidade política centralizada – cujo epicentro era Roma – e fundamentada numa estrutura celular – cujas células base de sustentação eram as diversas *civitates* espalhadas pelo *orbis romanorum* (MENDES, 2004).

De fato, o Estado romano à época do Principado se estruturava numa espécie de rede de alianças entre as elites cêntricas e as das diversas cidades anexadas e/ou criadas pelo poder central. A hegemonia de Roma se promovia por meio de relações de troca de poder e de riqueza entre as diversas elites que compunham o seu Império. De um lado, as aristocracias municipais viam as suas possibilidades de riqueza aumentar com o advento de um comércio extraprovincial e asseguravam o seu *status quo* local por intermédio de suas alianças políticas e militares com o governo central. De outro, as tradicionais famílias senatoriais garantiam para si a posse de terras, riquezas e escravos e se consagravam como os únicos senhores do mundo conhecido.

Roma mantinha com as diversas *civitates* que integravam o seu *imperium* uma relação de poder de tipo patronal, fato que se desenvolvia pela variedade de estatutos político-jurídicos concedidos às cidades. Este sistema de concessões regulava as relações entre o centro governante e sua periferia, perpetuando um forte mecanismo de regulação social por meio de seu teor altamente promocional, o qual foi determinante para o equilíbrio social no Império e compensava, de certa forma, as insuficiências das estruturas administrativas do sistema político imperial (MENDES, 2007_a).⁶⁹

⁶⁹ “A extrema dependência dos grupos inferiores da população do município em relação às elites agiu de forma a fazer com que estes grupos ficassem sob o controle de Roma. Criou-se um sentimento de disciplina pública alimentado pelas elites locais, o qual se tornou o preço a pagar para manter o *status quo* da ordem imperial” (MENDES, 2001).

Em suma, Roma mantinha a cooperação e a lealdade das elites locais por intermédio de concessões de diferentes *status* de cidadania às *civitates* e às suas aristocracias cidadinas. De acordo com a dinâmica política do sistema imperial, a cidadania foi um instrumento poderoso para contrabalançar e compensar as obrigações deixadas a cargo das elites municipais, responsáveis pela manutenção das cidades – por meio do evergetismo – e pelas prestações dos encargos fiscais devidos ao governo central.⁷⁰ Tal prática foi estratégica para a formação e a reprodução das aristocracias cidadinas, as quais integravam a *decurionum ordo*.

As *civitates*, *grosso modo*, poderiam ser diferenciadas em quatro categorias fundamentais que expressariam os níveis de hierarquia e de relacionamento com o poder central: *colonia*, *municipium civium romanorum*, *municipium latinum* e *oppidum stipendiarium*.

A colônia romana era uma fundação nova, formada à imagem e semelhança da *Urbs*, da cidade de Roma. Sua população era formada por imigrantes geralmente vindos da Península Itálica e por veteranos do exército, todos com cidadania romana plena. A administração destas pequenas *urbis* reproduzia as bases da organização institucional romana, com um conselho local (*curia*), dois magistrados superiores colegiados (*duumviri*) e os correspondentes colégios sacerdotais (pontífices e flâmines).

O *municipium civium romanorum* e o *municipium latinum* eram cidades locais já existentes antes da conquista romana e que recebiam, respectivamente, o *ius civitatis romanae* – cidadania romana completa, com direitos políticos e – e o *ius latii* – que dava acesso ao *ius connubii*, direito de constituir família romana no sentido estrito, e ao *ius commercium*, direito

⁷⁰ O termo evergetismo, cunhado por Paul Veyne (1994), refere-se às obrigações que os membros das ordens mais abastadas das cidades tinham em relação às suas *civitates*. Eram estes notáveis que organizavam os espetáculos e os banquetes coletivos, que construíam os prédios públicos, que contribuía com recursos próprios para o abastecimento do erário cidadão. Em troca, garantiam para si os benefícios e as honrarias de serem os patronos da cidade.

de possuir bens.⁷¹ Elas se distinguiam das colônias pelo fato de manterem as suas leis e os seus costumes tradicionais, com órgãos judiciais próprios e maior autonomia perante o governo provincial, mesmo que hierarquicamente em nível inferior às *coloniae*.

Por fim, teríamos os *oppida stipendiaria*, que seriam *civitates* regidas por suas próprias leis nativas, por isso também chamadas de cidades peregrinas ou estrangeiras. Os seus habitantes não tinham direitos civis ou políticos, estando sujeitos a uma tributação exercida pelo governo central. Esta categoria de cidade estava reservada às comunidades que se mostraram hostis à época da conquista romana ou que haviam se aliado à facção derrotada nas guerras. Em termos hierárquicos, este último tipo de *civitas* se localizava no nível mais baixo de relacionamento frente ao poder imperial (MENDES, 2007_a).

A partir destas observações, entendemos o porquê das preocupações do governo imperial em fundar cidades ou atribuir às comunidades nativas o título de *civitas*.⁷² O Império Romano foi em si mesmo uma vasta empresa construtora de cidades, uma vez que elas eram a base de sustentação do poder imperial. Se tomarmos por referência as pesquisas de Norma Musco Mendes (2001; 2002; 2004; 2006_a; 2006_b; 2007_a; 2007_b; 2008) sobre a paisagem urbana da Lusitânia romana no período Alto Imperial, veremos que, onde os romanos fixavam o seu poder, a constituição de uma malha urbana era determinante, sendo um fundamental – talvez o mais importante – veículo de romanização.⁷³

⁷¹ À época do Alto Império era bastante difícil estabelecer o que significava para uma cidade o direito latino. Sua característica essencial permaneceu sendo a obtenção da cidadania aos magistrados dos *municipium latinum* saídos do cargo. De uma maneira geral, o direito latino era uma transição para o regime de *civitas romana*, pois antecipava a transformação dos municípios provinciais e colônias de direito latino em colônias de direito romano (BUSTAMANTE, 2006).

⁷² A extensão contínua do direito de cidadania às cidades encontrou seu termo último na constituição Antoniana de Caracala de 212. Com esta medida, houve um rompimento com o sistema de hierarquias entre as diversas *civitates*, generalizando a cidadania romana aos habitantes livres de todas as cidades, excetuando-se aquelas que resistiram ao domínio romano (BUSTAMANTE, 2004).

⁷³ As concessões dos diferentes *status* às cidades se relacionavam estreitamente à disseminação do modo de vida romano nas províncias. O título de colônia ou município era dado às *civitates* que já apresentavam um razoável nível de romanização, sendo um tipo de reconhecimento de uma *romanitas* suficiente para justificar a agregação de uma cidade à comunidade dos cidadãos romanos. Muitas vezes, uma romanização mais intensa era

Até aqui falamos muito das cidades dentro do Império romano, sem, contudo, determinarmos o que seriam estas *civitates*. Primeiramente, a cidade antiga não pode ser pensada apenas como um aglomerado urbano, como um conjunto de casas e de edificações que, com o decorrer do tempo e de seu desenvolvimento, tornara-se uma cidade. “Cidade e *urbs* não foram palavras sinônimas entre os antigos”, sendo o segundo termo mais comumente entendido como o perímetro urbano constituinte das *civitates* (COULANGES, 2007).

A cidade antiga, antes de tudo, era uma fundação sagrada, significava uma aliança política e religiosa – fundada na lei e na *pax deorum* – entre os *genes* locais.⁷⁴ Roma e suas ‘reproduções’ – os distintos tipos de municípios romanos dentro e fora da Itália – não eram apenas um aglomerado de casas e de templos, constituíam uma fração de território sagrado, um espaço intramuros que congregava o *ethos* e a visão de mundo dos romanos. A *civitas*, enquanto o conjunto dos cidadãos, pode muitas vezes ser traduzida por *ciuis*, entendida como cidadania, cidade e/ou Estado (FUNARI, 2003).

Poderíamos conceber a *civitas* – o que geralmente traduzimos por cidade – como uma comunidade assentada num espaço urbano (*urbs*) e rural (*ager*), à qual é independente e soberana em relação aos seus bens e indivíduos e cimentada na religião e nas leis (MENDES, 2001). As *civitates*, em seu perímetro urbano, eram um território intramuros que isolava os cidadãos do mundo ‘bárbaro’ exterior. A cidade era o centro da vida romana, local privilegiado onde o homem poderia exercer a *humanitas* – isto é, os fundamentos de uma cultura rebuscada de elite. Para os romanos, “civilização significava cidade” (FUNARI, 2003) e “se consideravam civilizados porque pertenciam a uma cidade, senão seriam selvagens” (MENDES, 2001).

incentivada por esta política de concessões, que favorecia um movimento espontâneo de adesão em favor dos costumes e leis romanos (BUSTAMANTE, 2004).

⁷⁴ A lenda da fundação de Roma por Rômulo é um bom exemplo da escolha de um espaço sagrado para a construção de uma cidade, significando a retirada da sociedade do caos e da barbárie. Sobre a fundação das cidades antigas, ver Bustamante (2001) e Grimal ([19--]).

Podemos, a partir das apreciações feitas até este momento, observar a importância das *civitates* no interior do *orbis romanorum*. Elas foram fundamentais para a manutenção e a reprodução do próprio Império Romano, sendo consideradas as suas células de sustentação. As cidades, e as elites cidadinas que as compunham, eram as portadoras de um modo de vida que poderíamos denominar de romano, apresentando-nos uma *romanitas* que, longe de ser uma identificação étnica, foi mais uma comunicação cultural de um *status* jurídico e legal caracterizado por uma identidade urbana estrita.

Após definirmos o *imperium romanum*, nesta seção, como uma entidade política centralizada e caracterizada por uma estrutura celular e concêntrica, fundada, em grande parte, nas relações de troca de poder e riqueza entre o centro e as suas partes constituintes, gostaríamos de avançar um pouco mais em nossa discussão contextual. Nossa intenção, a partir de agora, é nos aproximarmos da realidade provincial, mais especificamente daquela ligada à região do norte da África, local de onde provém nosso autor.

***Civitates e hinterland* no norte da África romano**

Os estudos acerca da África do Norte sob o domínio romano iniciaram-se em fins do século XIX influenciados por uma temática bastante particular. Eles foram pautados pelo contexto histórico de sua época, no qual o expansionismo imperialista das metrópoles europeias – particularmente da França, Itália, Alemanha e Inglaterra – procurava no passado um paralelo histórico e uma justificativa para as suas ações colonizadoras. Para tanto, encontrou-se no Império Romano um campo propício para legitimar sua dominação na região norte-africana, ressaltando os benefícios da civilização romana e posicionando-se como herdeiros naturais da antiga Roma (BUSTAMANTE, 1999_a).

Esta corrente historiográfica, denominada pelos historiadores africanos pós-independência como ‘colonizada’, teve uma grande repercussão nas pesquisas acerca da África do Norte na Antiguidade entre os anos finais do século XIX e meados do XX, influenciando os objetos de estudo e as interpretações em relação ao período de supremacia romana na região. Entre as suas contribuições historiográficas mais relevantes, a cunhagem do conceito de romanização é sem dúvida a mais importante e a que mais fortuna obteve nos estudos clássicos.

O termo romanização foi utilizado, em primeiro lugar, como um modo de explicar os contatos entre os romanos e os povos por eles conquistados, dando ênfase especial ao processo de aculturação das populações autóctones, que assumiam os padrões estéticos, a língua, os costumes e os valores da cultura de seus conquistadores. Pressupunha-se que havia um desnível cultural entre os romanos e os outros, uma relação que levaria os pesquisadores a construir pares dicotômicos em que os primeiros eram vistos como os civilizados e os últimos como os primitivos (MENDES, 2008).

Tal visão desconsiderava a autonomia dos agentes históricos frente aos processos sociais e culturais dos quais faziam parte, legando às populações locais conquistadas pelo poderio romano uma posição de passividade frente ao que era considerado culturalmente superior. O conceito de romanização constituía um processo em que o outro se civilizava na medida em que se tornava romano. Argumento este que se associava ao próprio discurso imperialista europeu da época, pois assim como os romanos levariam a civilização aos povos tidos como primitivos conquistados há séculos, os ingleses, franceses, italianos e alemães, seus “descendentes”, também teriam como corolário a missão de proporcionar cultura aos povos por eles subjugados.

A partir da década de 1970, em decorrência dos movimentos de independência nacional no norte da África, a produção historiográfica tomou um novo rumo com uma perspectiva que se autodenominava de ‘descolonizadora’. Este novo viés acadêmico concentrava-se principalmente na resistência dos povos autóctones ao domínio romano, resgatando e valorizando os elementos nativos em contraposição ao precedente conceito de romanização.

Procurou-se, à época, dar voz aos episódios de sublevação das populações locais à dominação estrangeira, enfatizando as resistências contínuas e organizadas tanto em nível militar quanto cultural à supremacia romana. Tentou-se, também, demonstrar a imensa complexidade cultural da região, criticando-se a classificação generalizante dos povos nativos sob a designação de “berberes” ou “indígenas”. Como consequência destas inovações metodológicas, o próprio termo romanização é neste momento posto em xeque, visto como ideologicamente ligado aos ideais das antigas potências imperialistas europeias (BUSTAMANTE, 1999_a).

O processo de emancipação dos países norte-africanos do jugo colonial europeu significou uma descolonização da produção historiográfica local, com os africanos reescrevendo a sua história e resgatando a memória de suas origens, o que representou a sua apropriação da rica e complexa herança cultural local. Esta nova tendência historiográfica, contudo, também procurou encontrar no passado – como a sua predecessora – uma emancipação ou continuidade da realidade histórica vivenciada no momento de sua produção. Não à toa, surgem neste período tentativas de revalorização dos episódios de resistência local ao domínio estrangeiro e das características culturais dos povos norte-africanos na Antiguidade, elementos estes que se tornaram fundamentais para a própria construção das identidades nacionais dos recentes Estados independentes da região, como nos casos do Marrocos, da Argélia e da Tunísia (BUSTAMANTE, 1999_a).

Novos matizes historiográficos começaram a se apresentar por volta dos anos 1990. Os historiadores versados no norte da África romano começaram a criticar a dicotomia dos estudos históricos até então em voga, que ora valorizavam as influências romanas sobre a região na Antiguidade ora enfatizavam a importância dos elementos nativos na construção da história local. Um bom exemplo do tipo de virada acadêmica em relação aos estudos clássicos relacionados ao norte da África é a nova conotação dada ao conceito de romanização, visto agora por intermédio de uma perspectiva de mão dupla.

Muito embora o termo tenha sido muito questionado pela historiografia, a utilização do conceito de romanização, na falta de um substituto à altura que explicasse a relação entre os romanos e os demais povos, continuaria em uso. O fenômeno é agora entendido não mais como a transformação do nativo em um completo romano, tendo em vista ser isto impossível – é impraticável o abandono de sua própria cultura em prol de outra –, mas do indivíduo autóctone adquirindo características pertencentes ao que chamamos de sociedade romana, sem que necessariamente renuncie totalmente à sua. Por sua vez, os romanos são incluídos nesta relação, já que eles, por seu contato com diferentes povos, também adquiririam elementos provinciais. O conceito de romanização é entendido, a partir deste viés, como um caminho de duas vias, porque tanto os romanos influenciariam a população local, quanto os costumes, os valores e os hábitos dos povos subjogados deixariam marcas indeléveis sobre os romanos residentes nas províncias (ABREU E SOUZA, 2004).

Os trabalhos mais recentes de Regina Maria da Cunha Bustamante (1999_a; 2004; 2006; 2008) em relação à história da África romana podem ser tomados aqui como um excelente modelo de como a historiografia atual trabalha esta questão. Em seus estudos acerca dos mosaicos norte-africanos, a autora demonstra de forma bastante clara a fortíssima influência romana verificada na região, romanizando todo um modo de vida local. Suas pesquisas, no

entanto, também demonstram a permanência de elementos nativos na original arte dos mosaicos, dando um sentido de “africanidade” à sua composição.

Seguindo esta perspectiva acadêmica, nossa dissertação tem o intuito de observar o modo como a elite cidadina norte-africana, vista e representada como romana, tenta exteriorizar os seus elementos romanizados em contraposição à figura do bandido, indivíduo considerado pelos primeiros como incivilizado e selvagem. Nossa intenção é verificar como se estabelece a identidade romana em uma aristocracia urbana provincial em oposição – ou melhor, em alteridade – com o outro, o estigmatizado, o *outsider*, ou seja, os bandos de salteadores. É nesta dicotomia, em nossa opinião determinante para a própria representação de uma elite local enquanto romana, que reside o objetivo central de nosso trabalho, sendo esta a nossa tentativa de contribuição à historiografia contemporânea relacionada ao norte da África romano.

O início da dominação romana no norte da África remonta ao II século a.C., mais precisamente ao ano de 146 a.C., data reconhecida como do término da Terceira Guerra Púnica.⁷⁵ Como resultado deste conflito, é organizada por Roma a chamada *provincia Africa*, que também fora designada pelo epíteto de *Proconsularis*, já que sua administração ficava a cargo de um procônsul diretamente subordinado ao Senado romano.⁷⁶ Posteriormente, já no século I a.C., Caio Júlio César criaria a *Africa Nova*, após sua campanha contra os pompeanos e os norte-africanos liderados pelo rei númida Juba I. A partir desta época, a *Africa*

⁷⁵ As Guerras Púnicas consistiram numa série de três guerras que colocaram Roma em conflito direto com Cartago, cidade-Estado fenícia que dominava territórios no norte da África, Espanha e Sicília. Entre os anos de 264 a.C. e 146 a.C., as duas potências se enfrentaram no intuito de conseguirem para si uma hegemonia duradoura no Mediterrâneo ocidental. Ao fim das Guerras Púnicas, Cartago capitulou frente às forças romanas e foi totalmente destruída. Como resultado do conflito, Roma pôde se apoderar das regiões antes subjugadas pelo poderio cartaginês, o que incluía o norte da África, primeira província romana fora da península itálica (RAVEN, 1993).

⁷⁶ “Tratava-se de um funcionário de posição muito elevada, pois era escolhido entre os dois mais antigos ex-cônsules [...]. Além de suas prerrogativas judiciárias, que faziam do procônsul o juiz supremo da província, tanto nas ações criminais quanto nas de natureza civil, ele era investido de poderes administrativos e financeiros: supervisionava a administração e as autoridades municipais, em princípio autônomas, e comunicava-lhes as leis e os regulamentos imperiais [...]; exercia o controle [...] sobre o sistema fiscal, cujos lucros eram destinados ao *aerarium saturni*” (MAHJOUBI, 1985).

Proconsularis ficaria dividida em *Africa Vetus* – formada pelo antigo território conquistado aos cartagineses – e *Africa Nova* – cujas terras incluíam grande parte do antigo reino da Numídia (RAVEN, 1993).⁷⁷

Para melhor administrar e controlar as terras conquistadas aos númidas, o imperador Calígula (37-41), por volta do ano 39, efetuou uma importante reorganização político-militar na *Africa Proconsularis*. Criou-se, desta forma, o território militar da Numídia – posteriormente elevado à condição de província entre os anos de 198 e 199 –, que ficaria sob a autoridade do legado encarregado pelo comando da III Legião Augusta.⁷⁸ Podemos, tomando como base autores como Susan Raven (1993), A. Mahjoubi (1985) e Antonio Chausa (1994), interpretar tais medidas como uma consequência das dificuldades de se assegurar a paz e a ordem pública na região, o que a revolta de Tacfarinas, ocorrida durante os anos de 17 a 25, nos demonstra claramente.⁷⁹

Dando continuidade à sua expansão em terras norte-africanas, o Império Romano inicia uma escalada sobre os territórios a oeste da *Africa Proconsularis*, sobre a região conhecida como Mauritânia. Até por volta do ano de 40, o reino da Mauritânia existira sob uma espécie de protetorado, no qual seus reis eram elevados ao poder sob a concordância e a anuência dos imperadores romanos.⁸⁰ As razões para a ocorrência deste fato nos são desconhecidas, mas poderíamos aventurar, em consonância com Mahjoubi (1985), que a

⁷⁷ Temos que somar a este território as quatro colônias de Cirta, a oeste da *Africa Vetus*, que César havia cedido a *P. Sittius*. Após a morte deste último, as colônias foram prontamente integradas às terras provinciais (MAHJOUBI, 1985).

⁷⁸ A III Legião Augusta foi o destacamento do exército romano responsável pela segurança do norte da África. Era uma legião formada por um corpo de aproximadamente 20 a 25 mil soldados e assistida por auxiliares recrutados entre a população local (RAVEN, 1993).

⁷⁹ A revolta do númida Tacfarinas se prolongou por cerca de oito anos durante o reinado do Imperador Tibério (14-37) e se estendeu por toda a fronteira meridional das possessões norte-africanas romanas. Segundo Mahjoubi (1985), o conflito foi o resultado da expansão da conquista romana em direção ao sul da *Africa proconsularis*, fato que notadamente gerou a expulsão das tribos autóctones de suas terras e uma instabilidade na região.

⁸⁰ Em 33 a.C., o rei Boco, o Jovem, havia legado do Império romano o reino da Mauritânia, selando uma submissão direta frente aos romanos, que, pela mesma época, instalaram no país onze colônias de veteranos. Em 25 a.C., Otávio Augusto oferece a Juba II o reino, e em 23 d.C. seu filho Ptolomeu o sucede no trono, sendo posteriormente assassinado a mando de Calígula. A partir deste momento, que remonta ao ano de 40, o reino da Mauritânia é anexado definitivamente aos domínios imperiais (MAHJOUBI, 1985).

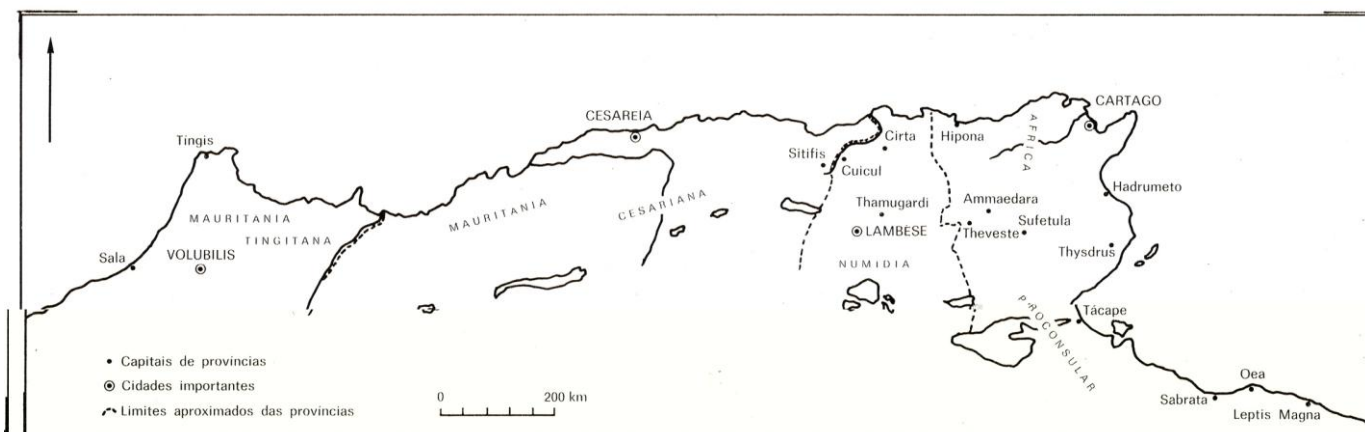
administração direta das terras mauritanas fosse ainda prematura devido ao seu nível insignificante de urbanização e de romanização, tornando-se ainda necessária a intervenção de chefes locais. Doravante, em 42, o imperador Cláudio (41-54) decidiu criar as duas províncias da Mauritânia, a Cesariana a leste, e a Tingitana a oeste. Como a Numídia, as duas novas províncias ficariam sob a autoridade direta de legados imperiais, na maioria das vezes procuradores equestres, um residindo em Iol-Cesaréia e o outro em Volubilis, de onde comandavam as tropas auxiliares e exerciam poderes civis e militares.

Ao crermos nos acontecimentos narrados no parágrafo anterior, podemos conjecturar como feito acima em relação à Numídia que o fato de as duas províncias mauritanas serem governadas por legados imperiais no comando de tropas auxiliares nos indica que esta região era acossada por constante instabilidade, estando a ordem pública romana em ininterrupta ameaça. Se tomarmos como referência o artigo de Enrique Gozalves Gravioto (2002), *Tumultos y resistencia indígena en Mauretania Tingitana*, podemos observar uma realidade de distúrbios entre uma população romana e/ou romanizada e as diversas tribos seminômades que habitavam o interior da província.⁸¹

Com a anexação das duas Mauritânias sob a administração direta de Roma, o domínio imperial no norte da África se estabeleceria de forma definitiva, e as fronteiras a oeste e ao sul da *Africa Proconsulares* não mais sofreriam mudanças radicais. A região, desta forma, fora dividida no período do Principado em quatro províncias, como demonstrado no mapa abaixo: a África proconsular – subdividia em *Africa Vetus* e *Nova* –, a Numídia, a Mauritânia Cesariana e a Mauritânia Tingitana.

⁸¹ Para uma relação completa das diferentes tribos semi-nômades que habitavam as terras da província da Mauritânia Tingitana, ver Golzaves Gravioto (2002).

Figura 2 – Mapa das províncias romanas no norte da África no II século (MAHJOUBI, 1985)



Como podemos observar no mapa acima, os domínios romanos no continente africano – fora o Egito⁸², que se constituía como um caso à parte – limitavam-se a uma estreita faixa ao norte, entre o litoral do Mar Mediterrâneo e o deserto do Saara.⁸³ Próximo às franjas do deserto, onde a agricultura era quase impraticável, se localizava o *limes* norte-africano, designado pela historiografia especializada de *fossatum africae*. Tal fronteira, na realidade, não constituía uma linha ininterrupta de separação e defesa entre o mundo romano e o “bárbaro” exterior, mas, ao invés disso, se caracterizava como uma região de contato entre diferentes culturas.⁸⁴

De fato, o *fossatum africae* era formado por uma linha descontínua de fortes, estradas, valas, trincheiras e muros, que dificilmente se poderia interpretar como um *limes* de separação

⁸² O território do Egito era considerado como propriedade pessoal do Imperador e não fazia parte da *provincia Africa*.

⁸³ A Cirenaica mesmo se situando na costa norte da África, entre o Egito e a *Africa Proconsulares*, correspondendo à parte oriental da atual Líbia, também não fazia parte da chamada *provincia Africa*. Conquistada inicialmente por Alexandre III da Macedônia, passaria depois para o domínio dos Ptolomeus e mais tarde para Roma, que a herdou de Ptolomeu Apion no ano de 96 a.C. Em 67 a.C., a Cirenaica e a ilha de Creta foram unidas para constituir uma única província, fato que permaneceria até a reforma administrativa de Diocleciano no ano de 300.

⁸⁴ Na realidade, segundo os romanos, a ideia de linha de fronteira como uma separação, uma marca que estabelecia o fim dos domínios do *imperium*, era totalmente desconhecida. Para eles, o Império romano era senhor de toda a *oikouménē*, da totalidade do mundo conhecido, mas somente a melhor parte dele era interessante de ser controlado diretamente pelos romanos (HIDALGO DE LA VEGA, 2005).

e defesa contra as ameaças externas.⁸⁵ Poderíamos concebê-lo, de acordo com David Cherry (2005), como uma rede complexa de controle, administração e taxaço dos movimentos das tribos semi-nômades que habitavam a região meridional das províncias romanas no norte da África e que sazonalmente atravessavam a fronteira à procura de pastos que fossem suficientemente abundantes aos seus rebanhos.

O domínio romano sobre o norte da África, como regra geral para a maioria das regiões do *orbis romanorum*, se baseava num bem consolidado relacionamento entre o governo central, com sede em Roma, e as diversas elites cidadinas locais. Como já fora explicado em páginas precedentes, o grande pilar de sustentação do *Imperium Romanum* se constituía a partir de uma intrincada rede de alianças entre um centro acumulador de riquezas e de poder e uma aristocracia municipal periférica enriquecida e que se perpetuava em seus privilégios e *status* por meio das benesses imperiais. Tal característica é a que explica a importância das *civitates* no interior do Império Romano, e nos demonstra a relevância de se analisar as diversas cidades norte-africanas no período alto-imperial.

As *civitates* do norte da África, *grosso modo*, compunham um emaranhado de cidades de origens diversas. Algumas delas reportavam a sua fundação ao passado púnico, principalmente aquelas localizadas na costa mediterrânica, tais como Cartago e Leptis Magna, que se constituíam nas duas maiores cidades regionais. Outras, como Volubilis, Siga, Iol Caesarea, Cirta, Dougga e Zama, eram antigas capitais tribais, posteriormente romanizadas e incorporadas ao *imperium*. Havia ainda as diversas colônias romanas, a maioria delas contando com veteranos dos exércitos e imigrantes italianos, como foi o caso de Madaura,

⁸⁵ O *fossatum africae* atravessava os pontos de entrada a sudoeste dos montes Aurès, circundando-os até o extremo leste do monte Hodna e ao longo dos postos avançados de defesa construídos pelo Imperador Adriano em *Gemellae* (RAVEN, 1993).

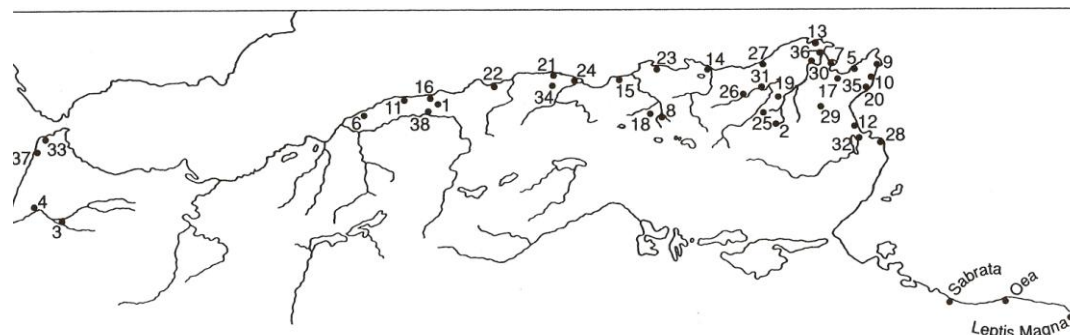
Diana Veteranorum e Timgad.⁸⁶ Por fim, temos que ressaltar também as numerosas pequenas cidades que se disseminavam pelo interior norte-africano, muitas delas constituídas a partir de vilas e aldeias cuja prosperidade de seus mercados locais permitiu a sua elevação ao *status* de *civitas* (RAVEN, 1993).

A maioria das cidades norte-africanas era de porte médio ou pequeno e possuía uma população bastante reduzida e escassa, que em sua grande parte não ultrapassava a casa das 20 mil pessoas. Provavelmente, somente Cartago possuísse mais do que 100 mil habitantes, e Leptis Magna, a segunda maior aglomeração urbana provincial, chegara no máximo a 80 mil pessoas no tempo da dominação romana. Em Iol Caesarea, na Mauritânia Cesariana, podemos estipular, com dados referentes à capacidade de seu aqueduto principal, um número próximo a 40 mil residentes. Calcula-se, a partir do tamanho da área ocupada pelas *civitates*, que pelo menos mais uma dúzia de cidades teriam entre 30 e 40 mil habitantes, sendo incluída nesta lista Hadrumentum, Útica e Hippo Regius na *Africa Proconsularis*, Volubilis na Mauritânia Tingitana e Cirta na Numídia (RAVEN, 1993).

Esta ampla gama de *civitates* fora, ademais, interligada por uma rede concatenada de estradas que cortavam o norte da África no sentido norte/sul e leste/oeste. Em grande medida, estas vias tinham propósitos militares bastante claros, possibilitando ao exército se locomover no interior das províncias norte-africanas e fazer uma ligação entre os diversos postos militares espalhados pela região. Havia, por exemplo, uma rede de estradas que saía de Teveste, onde a III Legião Augusta estivera aquartelada no I século, e que se conectava com as cidades de Cartago, Capsa e Hippo Regius na costa mediterrânea, percorrendo em direção oeste até os postos militares localizados nas províncias mauritanas (RAVEN, 1993).

⁸⁶ Muitos autores, tais como Mahjoubi (1985), Raven (1993), Chausa (1994), destacam a importância que estas colônias de veteranos tiveram no intuito de reforçar a vigilância das fronteiras e de controlar as possíveis ações beligerantes das tribos semi-nômades próximas.

Figura 3 – Principais *civitates* norte-africanas no período de Augusto (MACMULLEN, 2000).



AFRICA:

C= Caesar-founded;
A=Augustus-founded;

c=colony;
m=municipium

- | | |
|---------------------------------------|------------------------------------|
| 1 Aquae Calidae Ac | 21 Rusazus Ac |
| 2 Iulia Assuras Ac | 22 Rusguniae Ac |
| 3 Babba Ac | 23 Rusicade Ac |
| 4 Iulia Valentia Banasa Ac | 24 Iulia Augusta Saldae Ac |
| 5 Carpis Cc | 25 Iulia Sicca Veneria Ac |
| 6 Cartennae Ac | 26 Iulia Augusta Numidica |
| 7 Concordia Iulia Carthago Cc | Simitthus Ac |
| 8 Iulia Iuvenalis Honoris et Pietatis | 27 Victrix Pia Iulia Thabraca Ac |
| Cirta Ac | 28 Thapsus Cc |
| 9 Iulia Clupea Cc | 29 Thuburbo Maius Ac / Am |
| 10 Iulia Curubis Cc | 30 Thuburbo Minus Octavianorum Ac |
| 11 Gunugu Ac | 31 Augusta Thuburnica Ac |
| 12 Hadrumetum Cc | 32 Thysdrus Cc |
| 13 Hippo Diarrhytus Cc / Ac | 33 Tingis Am / Ac |
| 14 Hippo Regius Am | 34 Iulia Augusta Tubusuctu Ac |
| 15 Igilgili Ac | 35 Iulia Tertiadecimanorum Uthina |
| 16 Iol Caesarea, Ac | Ac / Am |
| 17 Maxula, Ac | 36 Utica Cc / Ac |
| 18 Mileu=Mila Ac | 37 Iulia Constantia Zilis=Zulil Ac |
| 19 Musti Cm | 38 Zuccharbar Ac |
| 20 Neapolis Cc / Ac | |

Podemos observar, ao levarmos em conta os dados apresentados pelo mapa acima, a existência de uma ampla rede urbana no norte da África. Susan Raven (1993) e A. Mahjoubi (1985) nos falam num número de aproximadamente seiscentas *civitates* para a região, quantidade significativa mesmo se levarmos em conta que a grande maioria delas era de

pequeno porte. Das províncias norte-africanas romanas, a mais fortemente urbanizada era, sem dúvida, a *Africa Proconsularis*, que provavelmente teria chegado a uma densidade populacional de cerca de 100 habitantes por quilômetro quadrado, fato que certamente contrastava com a ocorrência de regiões ainda muito pouco urbanizadas, como as províncias da Mauritânia Cesariana e Tingitana (MAHJOUBI, 1985).

Como explicado anteriormente, a cidade antiga não era, como as suas homônimas modernas, apenas aglomerações de casas num perímetro urbano, mas constituía-se também de uma área rural (*chora*) que lhe completava. O núcleo urbano, propriamente dito, era habitado, em sua grande parte, por aqueles que podiam se dar ao luxo de viver longe de um solo cultivável, isto é, por uma elite que, por intermédio de sua riqueza, poderia usufruir de todas as comodidades citadinas, tais como teatros, anfiteatros, bibliotecas e termas (DUNCAN-JONES, 1963).

No norte da África ao tempo da dominação romana, a maioria da população vivia da exploração da terra, ocupando a chamada *chora* citadina. Alguns deles possuíam um pequeno lote para cultivar, mas a maioria trabalhava nas terras de grandes ou médios proprietários rurais, geralmente membros da aristocracia municipal. Habitavam aldeias formadas por pobres cabanas de palha – denominadas de *mapalia* – e não possuíam a cidadania das cidades às quais estavam atrelados (RAVEN, 1993).⁸⁷

Além das terras pertencentes ao território municipal, cuja posse garantia o enriquecimento e a manutenção do *status* das elites locais, existiam também outras formas de propriedade fundiária no norte da África. A historiografia (MAHJOUBI, 1985; RAVEN,

⁸⁷ Há algumas passagens em *Metamorphoses* (IV, I; VIII, XV; VIII, XVII) em que Apuleio descreve aldeias de pequenos agricultores e propriedades pertencentes à elite municipal ocupadas por aldeãos, localizadas possivelmente na *chora* citadina. Podemos conjecturar que a diferença essencial entre essa população aldeã das cercanias das cidades e os bandidos da *hinterland* norte-africana, mesmo que ambos não possuam a *humanitas* e a *urbanistas* próprias dos membros da aristocracia citadina, seja o fato dos primeiros não serem beligerantes e errantes como os últimos, fato que representaria mais claramente uma ameaça à ordem pública romana e, portanto, um elemento mais poderoso de alteridade.

1993; GARNSEY, 2006; BUSTAMANTE, 2002) comumente as designa como *saltus* e *latifundia*, ou seja, grandes propriedades rurais fora da *chora* cidadina pertencentes a membros proeminentes da ordem senatorial e equestre em Roma.⁸⁸ A diferença entre as duas residia no fato de a primeira ter como dono o próprio imperador e a segunda pertencer à elite da Capital imperial. Ambas, contudo, são provenientes de um processo de expropriação de terras – principalmente dos membros das diversas tribos que habitavam o interior norte-africano – proporcionado pela própria expansão do domínio romano na região.

Como um todo, a expansão romana no norte da África teve algumas consequências paradoxais para os habitantes locais. Se por um lado, as elites das cidades já existentes ou daquelas criadas pelos conquistadores se beneficiavam com as suas alianças político-militares com o centro dominante, por outro, toda uma população seminômade que possuía como modo de vida o pastoreio se viu privada, na maioria dos casos, de suas terras.⁸⁹ As diversas tribos foram expulsas para as regiões estépicas, montanhosas ou confinadas em pequenos territórios municados por colônias de veteranos (CHAUSA, 1994).⁹⁰

A região, *grosso modo*, poderia ser dividida espacialmente em duas realidades bastante contrastantes: uma cidadina, vivenciada por uma aristocracia municipal enriquecida com as suas relações privilegiadas com o centro do poder; e outra relacionada a uma *hinterland* na qual os seus habitantes tiveram perdas irreparáveis com o advento do predomínio romano, oferecendo, por conta disto, uma resistência constante a este jugo.

Vários autores confirmam estas nossas afirmações com observações bastante enfáticas em relação a esta dicotomia *civitas/hinterland* no norte da África. David Cherry (2005), Susan

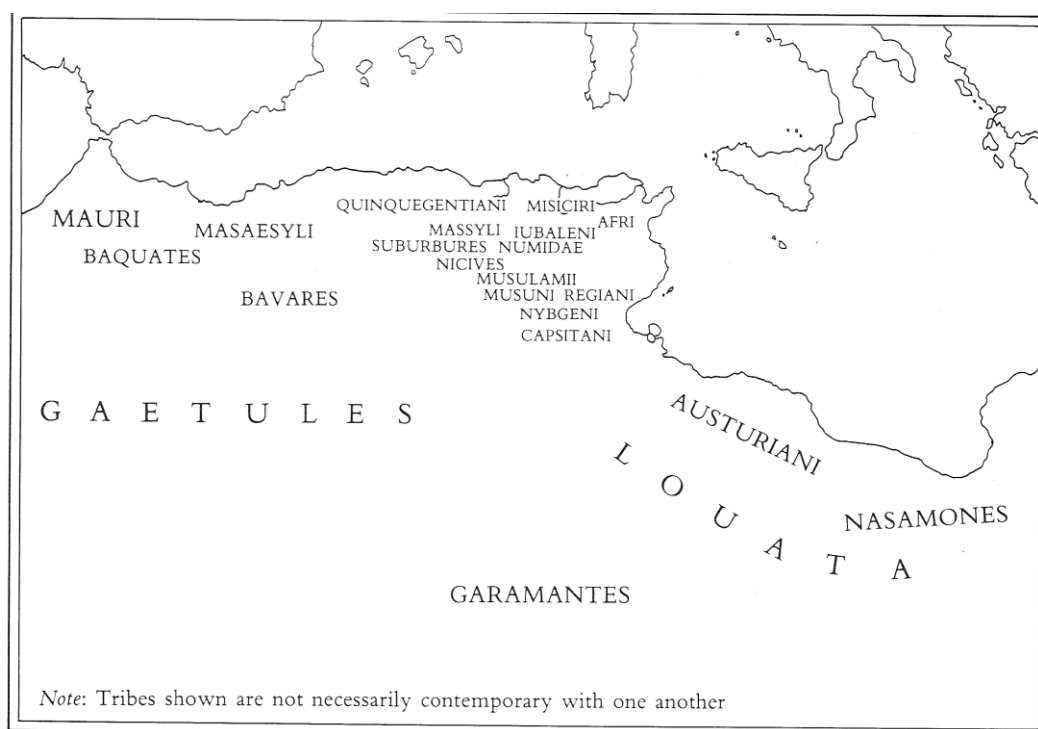
⁸⁸ Os donos destas grandes propriedades rurais eram, em geral, absenteístas e deixavam a cargo de administradores a gestão de suas terras.

⁸⁹ O norte da África romano fora caracterizado na Antiguidade como o celeiro de Roma, como a principal região exportadora de cereais, vinho e azeite do Império. Esta denominação, contudo, era o resultado de um processo de expropriação de terras das populações autóctones, principalmente dos tradicionais territórios das diversas tribos semi-nômades que habitavam a *hinterland* norte-africana (RAVEN, 1993).

⁹⁰ Para um sumário completo acerca destes territórios onde eram acantonadas algumas tribos autóctones existentes no norte da África no período de supremacia romana na região, ver Chausa (1994).

Raven (1993), A. Mahjoubi (1985), Antonio Chausa (1994) e Corassim (1985) são unânimes em nos mostrar a existência de duas Áfricas: a dos romanos – isto é, das elites romanas ou romanizadas – e a das tribos autóctones pouco ou não tocadas pela romanização.⁹¹

Figura 4 – Divisão espacial das principais tribos norte-africanas (RAVEN, 1993).



Ao analisarmos o mapa acima em contraponto com a figura 3, podemos inferir algumas interpretações acerca do modo como se configurava esta dicotomia *civitas/hinterland*. Podemos observar a existência de ilhas de romanidade, representadas pelos diversos núcleos urbanos locais, rodeadas por uma vasta região interior habitada por diversas tribos seminômades. Na realidade, à parte o mundo das cidades, que compreendia o território diretamente controlado pelo *Imperium Romanum*, havia localidades que estavam quase que

⁹¹ Esta dicotomia não pode ser observada como absoluta, pois houve casos de utilização da mão-de-obra dos membros destas tribos autóctones como diaristas em épocas de colheitas nos *saltos* e nos *latifundia*, e mesmo o seu recrutamento como tropas auxiliares no contingente da III Legião Augusta (RAVEN, 1993).

completamente fora do alcance do poderio romano.⁹² Todo esse território extra-citadino formava o que podemos designar como *hinterland* norte-africana.

Para entendermos como se caracterizava a lógica territorial do domínio romano sobre o norte da África, e quiçá sobre as outras regiões de abrangência de seu Império, apropriamos-nos do conceito de *territorium*. A partir dele, podemos pensar o Império romano como um espaço delimitado sobre o qual se exerce o poder de uma entidade política, administrativa e judiciária, isto é, como o espaço geográfico subjugado à dominação e à autoridade de Roma (MENDES, 2004). Se conceituarmos a *hinterland* norte-africana como uma região avessa ao controle romano, mesmo estando no interior de seu *limes*, podemos concluir que tal território se encontraria fora da órbita daquilo que se convencionou denominar de *imperium romanum*.

Estas observações nos fazem criticar a própria noção comumente aceita de onipotência romana no interior do *limes* imperial. Uma miragem de poder sem limites do Estado romano que tem que ser relativizada, já que não correspondia plenamente à realidade. Na verdade, dentro do *orbis romanorum* muitos territórios escapavam por completo do controle administrativo romano. De fato, sob o imenso pano de fundo da malha urbana imperial, havia localidades que constituíam autênticas *no man's lands* (SILVA, 2002). Eram regiões, em muitos casos, de difícil acesso para o Estado, onde a presença das forças estatais era bastante ineficaz, constituindo-se barreiras naturais para a extensão do poder imperial e correspondendo principalmente aos pântanos, às florestas, aos desertos e às cadeias montanhosas.

Neste ponto, podemos incluir na discussão até aqui efetuada sobre a *hinterland* norte-africana a hipótese de Brent Shaw (1984_a) sobre a endemia de banditismo no Império

⁹² Havia uma tentativa de controle das diversas tribos autóctones que habitavam a *hinterland* norte-africana com o advento de territórios em que elas eram acantonadas próximas a colônias de veteranos. Nestas reservas existiam os *praefecti gentium* e o *defensor* da tribo, cargos integrados à escala militar romana e que eram os responsáveis por fazer a ponte entre os romanos e os membros das tribos locais (CHAUSA, 1994).

Romano. Para este autor, haveria uma relação direta entre a ineficácia do Estado na Antiguidade em estabelecer a sua autoridade em certas regiões ermas e a ocorrência do banditismo nestas mesmas localidades. Seu argumento pode ser resumidamente definido da seguinte forma: onde o Estado não é forte o suficiente para fincar o seu domínio, ele abre espaço para a existência de grupos armados – comumente denominados bandidos –, que ocupam este vácuo de poder.

Se aliarmos a leitura de nossa documentação primária, que é bastante pródiga em relatar casos de ocorrência de banditismo, à tese defendida acima por Brent Shaw e à insistente afirmação de alguns autores especializados no norte da África romano – tais como David Cherry (2005), Susan Raven (1993), A. Mahjoubi (1985), Antonio Chausa (1994), Corassim (1985), Gozalves Gravioto (2002) – em relação à existência de uma instabilidade crônica na região proporcionada por uma dualidade espacial representada pela tese das duas Áfricas – a romanizada e a não romanizada –, podemos inferir a associação entre o *latrocinium* e as nossas premissas acerca da *hinterland* norte-africana. Esta última, por ser um espaço que escapa em grande medida ao domínio mais estrito do Estado romano, poderia ser uma região potencialmente generosa ao aparecimento de bandos de salteadores.

Poderíamos nos perguntar também: por que da associação entre o banditismo e as diversas tribos seminômades que habitavam a *hinterland* norte-africana? Mesmo que uma resposta a esta questão seja difícil de ser oferecida, certos elementos nos levam a crer na existência de uma relação entre ambos. Primeiramente, a historiografia nos fala de uma convivência sempre conflituosa entre estas tribos e as *civitates* romanas, sendo um perigo constante a ocorrência de pilhagens e invasões. Podemos associar também o próprio modo de vida nômade a uma característica bastante destacada dos *latrones*: a sua mobilidade constante. Neste ponto, não nos pode passar despercebida uma passagem das *Metamorphoses* (IV, VI) em que o autor de nossa documentação primária relaciona os *latrones* a um modo de vida

pastoril: “eleva-se uma alta torre sobre a caverna, com um forte aprisco de sólidas grades, aposento cômodo das ovelhas”. Por fim, ao crermos na hipótese de Shaw, pode-se atentar para o fato dos bandos de salteadores habitarem uma região erma e fora do alcance da autoridade do Estado romano. Tendo estes elementos em mente, consideramos bastante plausível a possibilidade de que tais tribos autóctones engrossassem as hordas de bandidos errantes pela *hinterland* norte-africana.

Para concluirmos as nossas conjecturas acerca da *hinterland* no norte da África, elas nos levam a uma reavaliação de uma das ideias mais comumente aceitas em relação ao Império Romano à época do Principado, a de que neste período vigorou a chamada *Pax Romana*. Se tomarmos como exemplo alguns dos mais conhecidos manuais de História de Roma, entre eles os de autores como Michael Grant (1987), Paul Petit (1989), Mikhail Rostovtzeff (1967), Edward Gibbon (1989) e Pierre Grimal (1993), ouviremos em uníssono a afirmação de que o I e o II séculos foram de relativa paz no interior das fronteiras imperiais, uma época de tranquilidade proporcionada pelo domínio e poderio do Estado romano.⁹³

Esta tese, contudo, se contrapõe ao que foi dito até aqui sobre a *hinterland* norte-africana, como um lugar avesso ao domínio romano e potencialmente berço de constantes instabilidades, seja por meio das inúmeras revoltas de tribos autóctones verificadas na região, seja pelos muitos casos de ataques de bandidos. Ao invés de pensarmos numa *Pax Romana* duradoura e estendida a todas as localidades do Império, poderíamos imaginar, pelo menos para o caso do norte da África, uma realidade instável de conflito e de dicotomia entre as diversas *civitates* e uma vasta e, em grande parte, hostil *hinterland*. Conflito este que se traduzia muitas vezes em razias de bandos de salteadores a viajantes nas estradas e nas

⁹³ Acreditamos, em consonância com as apreensões teóricas de Gilvan Ventura da Silva (2001_b), que há na história certos lugares de memória que têm que ser criticados e reavaliados constantemente pela historiografia, já que “a memória por vezes habita o interior da própria história por intermédio das ‘grandes obras’ e dos manuais que fixam uma tradição, instituem uma matriz de pensamento”.

idades, sendo o banditismo um perigo recorrente em todo o *orbis romanorum*, incluindo as províncias romanas em África.

O banditismo e a historiografia

A possibilidade de tratar do banditismo como fenômeno histórico e social é relativamente recente. Até meados do século XX, a academia muito pouco se interessava por este assunto. O banditismo era tratado resumidamente como um exemplo anômico de desordem e de *stasis* no seio das sociedades que o abrigavam. Em suma, era apenas observado como uma degenerescência social. Era, podemos perceber, um tema marginal à historiografia da época, a despeito de sua presença ser relatada numa gama vastíssima de fontes e documentos históricos de diversas épocas e lugares. O banditismo, até então, não se apresentava como um objeto de estudos relevante à História.

No final da década de 60, Eric Hobsbawm iniciou suas pesquisas acerca do banditismo com o clássico livro *Bandits* (1969). Somente após a publicação desta obra que analisa o banditismo, sobretudo na Idade Moderna, é que a criminalidade passou a ser um objeto de pesquisa para historiadores e especialistas de diferentes áreas do conhecimento. Neste livro, Hobsbawm parte do pressuposto de que a definição de bandido presente na legislação, na qual qualquer um que roube ou pratique atos violentos é tido como tal, é muito vaga, tanto para historiadores como para sociólogos. Assim, o autor acredita que há uma diversidade de ladrões e define o seu objeto de estudo como sendo um tipo especial de transgressor, o qual denomina de *bandido social*: “proscritos rurais, encarados como criminosos pelo senhor e pelo Estado, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa e são considerados por sua gente como heróis, como homens a serem ajudados e apoiados” (HOBBSAWM, 1976).

Sob este ponto de vista, o bandido social seria um tipo de ladrão que viveria nas regiões interioranas, longe de castelos, vilas e cidades, em locais de difícil acesso, como montanhas, pântanos e florestas. Tal bandido, do qual a lenda de Robin Hood seria o exemplo mais bem acabado, é, na visão do autor, uma espécie de rebelde primitivo. Um homem que defenderia a sua localidade contra as usurpações de poderosos locais e que seria visto, pelos seus vizinhos, como um protetor e, pelos senhores, como um criminoso.

Desde o momento em que Hobsbawm formulou o conceito de bandido social ele sofreu uma série de críticas. O primeiro a questioná-lo foi Anton Blok, um especialista em banditismo que no início da década de 1970 escreveu o artigo *The peasant and the brigand: social banditry reconsidered* (1972), demonstrando as dificuldades existentes no modelo hobsbawmiano. Blok partiu das suas próprias pesquisas sobre o banditismo para dizer que Hobsbawm apelava para generalizações excessivas nas suas análises e que se apoiava em um tipo de fonte carregada de uma implícita avaliação positiva do fenômeno, romantizado pelos camponeses e por alguns pesquisadores. Outro questionamento diz respeito ao interesse pelo protesto social, antes que pelos casos em si. Para Blok, esta metodologia acabava encobrindo outros aspectos da relação camponeses/bandidos, como, por exemplo, a utilização da violência destes últimos contra os camponeses.

Blok asseverou que o banditismo social foi muitas vezes um banditismo anti-social, dado que os camponeses foram constantemente vítimas dos bandidos, preocupados primeiro em atender a seus vínculos com os poderosos locais, do que com os camponeses. Preferindo os casos empíricos de ocorrência de banditismo ao modelo teórico elaborado por Hobsbawm, Anton Blok nos chama a atenção para as limitações do conceito de banditismo social em relação ao desenvolvimento de formas coletivas de protesto; isto é, não considera os bandidos como rebeldes primitivos.

Mais críticas, entre outras, vieram em meados da década de 1980, época em que foi publicado, por um grupo de historiadores norte-americanos, um livro que tinha o sugestivo título de *Bandits* (1987), em referência ao seu homônimo publicado há quase vinte anos por Hobsbawm. Richard Slatta, editor da coletânea, apontou duas questões que mostravam uma substancial diferença em relação à proposta de Hobsbawm: as fontes e a importância das classes médias na construção do mito do bandido. Sobre a primeira questão, este livro proporciona uma renovação importante, trazendo à tona o material produzido pelas polícias regionais e pelo poder judiciário na perseguição aos salteadores. E quanto à segunda, a preocupação centrou-se nas interpretações que as classes médias urbanas fizeram do banditismo social enquanto vítimas de suas ações.

Nas conclusões deste livro, Slatta afirma que é impossível falar de banditismo social na América Latina. Estas afirmações resultam da constatação de uma das premissas de Blok: as relações existentes entre os bandidos e as elites rurais regionais dificultam, decididamente, a possibilidade de que o bandido se torne um herói popular ou um defensor dos pobres. O banditismo, então, não seria um movimento pré-político, e sim um grupo com objetivos próprios e complexos. As características do banditismo social, como a distribuição do roubo entre os camponeses, seriam funcionais às necessidades dos bandidos, antes que um ato de reparação.

Em consonância com tais críticas é necessário observar que aplicar um princípio teórico como o do banditismo social para a Antiguidade Clássica é uma tarefa que as fontes disponíveis acerca do período nos desautorizam. Os bandidos românticos retratados pelas narrativas de uma Europa setecentista e oitocentista – período estudado por Hobsbawm em *Bandidos* – não se enquadram nas narrativas clássicas. Apuleio, Petronio, Cícero, Suetônio, entre outros autores latinos, representam os bandidos como indivíduos violentos e

interessados unicamente na riqueza alheia, isto é, muito pouco preocupados com questões político-sociais de possíveis grupos aos quais pertenciam.

Algumas tentativas de aproximação do conceito de bandido social à realidade do Mundo Antigo foram elaboradas, contudo sem grande sucesso. Podemos destacar como exemplo a obra *Bandits, prophets and messiahs* (1985), de Richard Horsley, em que o autor tenta relacionar o modelo hobsbawmiano aos bandidos descritos por Flávio Josefo em sua *Guerra dos Judeus*, episódio ocorrido no I século. Neste livro, o historiador norte-americano observa uma associação entre os diversos bandos de salteadores que à época infestavam o interior da Palestina e as manifestações da população camponesa local contra a dominação romana e as elites judaicas suas aliadas.

Tais constatações, entretanto, não são sustentadas pela fonte utilizada por Horsley em sua obra. Se fizermos uma leitura rápida de algumas partes de *Guerra dos Judeus* citadas pelo próprio autor, verificaremos uma refutação à descrição dos bandidos como líderes e heróis da população campesina judaica. Numa passagem Josefo nos diz: “cada grupo saqueava sua própria aldeia e depois se retirava para o deserto” (*GUER. JUD.*, IV, CDVI). Em outra, o autor afirma: “os vários grupos [de bandidos] começaram saqueando seus vizinhos; depois uniram-se em companhias e estenderam seus ataques a toda a zona rural” (*GUER. JUD.*, IV, CXXXIV). Estas citações nos demonstram claramente as incongruências em se aliar o conceito de bandido social à Antiguidade greco-romana.

Partindo desse ponto de vista, é mister demonstrar a nossa crítica em relação ao conceito de banditismo social. Os bandidos, como focalizamos nesta dissertação, não são os heróis populares nem os líderes pré-revolucionários como os queria Hobsbawm. Aproximamo-nos, neste trabalho, de um bandido mais complexo e mais verossímil. Os bandos de salteadores que Apuleio nos apresenta em sua obra são grupos armados não

preocupados com a questão social dos pobres. São bandos errantes que, fora da vida cidadina romana, mas em constante contato com os habitantes das *civitates*, atacam todos e em qualquer lugar, não distinguindo ricos ou pobres.

Seguimos, desse modo, uma bibliografia relacionada ao banditismo no Mundo Antigo que recusa o modelo de bandido social formulado por Hobsbawm, pois acreditamos ser este um paradigma bastante anacrônico em relação às sociedades antigas. Não enxergamos, por conseguinte, os bandidos apuleianos como bandidos sociais, ou seja, como rebeldes primitivos lutando contra a opressão, mas como grupos de indivíduos que, vivendo na *hinterland* imperial romana, se relacionam de um modo peculiar com a população cidadina – ora como mão-de-obra barata para as milícias particulares dos *domini*, ora como homens que assaltam as cidades e viajantes no interior do Império, ora como membros de tribos seminômades autóctones avessos à romanização.

Posto isto, estudar o banditismo no Império Romano é um desafio, pois não são muitos os historiadores que se dedicam a pesquisar este fenômeno. Dentre as obras a que pudemos ter acesso e que tratam mais especificamente sobre o tema, destacamos as que, em nossa opinião, são as mais representativas. Entre elas, primeiramente, apontamos o livro *Bandidos e salteadores na Roma antiga* (2002), de Renata Senna Garraffoni.

Esta obra, um dos poucos estudos brasileiros acerca dos bandidos no Mundo Antigo, trata do assunto da transgressão social na sociedade do Principado. Tomando como fonte primária as obras *Satiricon*, de Petrônio, e *Metamorphoses*, de Lúcio Apuleio, a autora busca recuperar as imagens que foram construídas acerca dos bandidos, considerando as particularidades de suas fontes: repletas de exageros, de juízos de valor e produzidas por membros da elite romana. Garraffoni, em resumo, tenta proporcionar uma interpretação do

banditismo de forma a incorporar os bandidos na própria sociedade romana, já que, a seu ver, faziam parte dela.

Partindo deste viés, a autora busca enxergar outra maneira de perceber as relações sociais presentes na sociedade romana alto imperial. Ao invés de estudá-la como um todo único, homogêneo, com valores comuns a todos os seus partícipes, Garraffoni (2002) percebe as diferenças e os conflitos que se estabeleciam entre as várias camadas sociais constituintes da sociedade romana do período.

Outro trabalho de grande importância para a nossa compreensão do cenário historiográfico acerca dos bandos de salteadores é o capítulo de Keith Hopwood (1990), presente no livro organizado por Andrew Hadrill, *Patronage in ancient society*, intitulado *Bandits, elites and rural order*. Seguindo a tendência já observada na obra de Renata Garraffoni, o autor observa os bandidos em constante contato com os membros da elite romana municipal, prestando serviços e servindo como uma clientela em relação a estes últimos. A cumplicidade entre a elite e os bandidos é também vista como um modo de relacionamento entre o mundo urbano e o rural, já que representariam um pacto entre uma elite citadina e os habitantes da *hinterland* próxima às cidades romanas.

Tomando uma direção um pouco diferente dos dois estudos até aqui analisados, Anton J. L. van Hooff (1997) no artigo denominado *Ancient robbers: reflections behind the facts*. Neste texto, afirma que o bandido seria um representante da desordem, aquele que sempre traz o caos. Em quase todo o artigo o bandido é descrito como um bárbaro que não pertence ao mundo civilizado, encarnando o limite do comportamento humano. De acordo com Hooff, os bandidos poderiam ser interpretados como símbolos de catástrofe ou de mudança no rumo da sociedade, isto é, expressariam o momento de transformação do barbarismo para a civilização. Esse bandido, por fim, seria um *outsider* à sociedade romana, mas que estaria em contato

conflituoso com ela por meio da violência. O autor, portanto, traça um paralelo interessante entre a concepção romana de civilização e de barbárie.

Outro exemplo de tentativa de definição do que era um bandido na Antiguidade é o capítulo escrito por Brent Shaw (1989) para a coletânea *L'uomo romano*. Intitulado *O bandido*, neste capítulo o autor interroga: afinal, quem ou o que é um bandido? Ao tentar responder esta questão, afirma, com dados retirados sobretudo de *Metamorphoses*, que o banditismo era uma forma individual e não institucionalizada de poder. Shaw elabora um argumento segundo o qual analisar as ações dos bandidos seria uma forma de identificar as diferentes atuações do Estado romano na sociedade. O banditismo, e a ação dos bandidos por consequência, não seria somente um aspecto da personalidade, mas também um espaço onde uma forma particular de poder pessoal poderia existir. Este espaço seria um local fora do controle do Estado, caracterizado, principalmente, pelo difícil acesso, como regiões montanhosas, pantanosas, bosques densos. Locais onde os bandidos possuíam autonomia e estavam fora do controle estatal.

O autor, por fim, coloca em oposição bandidos e Estado romano, mas sem distanciá-los em pares dicotômicos e excludentes. Diferentemente de Hooff, Shaw propõe uma interpretação na qual os marginalizados atuam também na sociedade romana, possuem amigos que atuam como receptadores, recebendo e repassando as mercadorias roubadas, e prestam, inclusive, serviços para ricos cidadãos romanos em troca de proteção.

Bandits in the roman empire: myth and reality, de Thomas Grünewald (2004), indo de encontro às teses de Shaw, busca recuperar a imagem construída pela elite romana acerca dos bandos de salteadores. O autor examina o termo *latrones* como uma forma de estigmatização de inimigos públicos, sejam eles escravos, senadores ou pequenos grupos avessos ao poderio romano. Citando vários bandidos ilustres da antiguidade greco-romana, entre eles Viriato,

Tacfarinas, Materno e Bula Félix, Grunewald exalta a diferença entre o bandido real, aquele que sobreviveria na *hinterland* praticando pequenos roubos e razias às cidades, e o idealizado pelos escritores romanos de fins do período republicano e início do Principado. Em suma, estas fontes nos descreveriam mais uma construção literária – uma forma de difamação de adversários políticos – do que um tipo social existente na realidade.

Diante destas nuances ligadas às pesquisas acerca do bandido na Antiguidade, situamos o nosso estudo num caminho diverso. A nós, não nos interessa, prioritariamente, saber quem eram, na realidade, os bandidos descritos por Apuleio, interessa-nos, mais especificamente, saber o porquê do tipo de representação atribuída a eles. Nossa intenção nesta dissertação é compreender o modo como Apuleio, um membro da elite municipal romana no norte da África, constroi em sua obra uma determinada imagem do bandido e as razões pelas quais o faz.

Acreditamos que a representação por ele atribuída a estes *outsiders* estava intimamente relacionada a um processo de construção de identidades. Cremos que a forma estigmatizada como são descritos os bandidos se relacione à própria constituição identitária do grupo ao qual pertencia Apuleio, num processo de diferenciação que colocava em posições distintas o nós – os membros da aristocracia cidadina vistos como os melhores, os normais – e o eles – os bandidos encarados como indivíduos possuidores de um estigma. Essa é, *grosso modo*, a nossa contribuição ao debate acadêmico acerca da figura do bandido no Mundo Antigo.

***Latrones* no Império Romano**

Antes de começarmos a analisar os *latrones* sob a ótica de Apuleio, temos que primeiro definir a que tipo de bandido estamos nos referindo. A concepção romana acerca do que era um *latro* foi bastante vasta e complexa, englobando uma série de situações díspares. Em termos gerais, chamavam-se bandidos todos aqueles que representavam algum perigo à ordem pública romana, referindo-se aos indivíduos que de algum modo colocavam em xeque o *status quo* romano, enquanto oponentes e/ou inimigos da sociedade imperial.

Podemos tomar como exemplo desta amplitude de definições a própria aceção em relação aos bandidos que nos oferece o *Digesto* (L, XVI, CXVIII): “inimigos são aqueles que nos fazem uma formal declaração de guerra ou contra quem nós a declaramos. O resto são *latrones*”. A partir de uma concepção tão vasta quanto esta, podemos entender o porquê de uma gama variada de personagens serem indistintamente denominadas bandidos, sendo uma alcunha bastante comum em se tratando tanto de bandos armados com a intenção de roubar, sequestrar e assassinar, quanto a inimigos políticos e desviantes religiosos.⁹⁴

Se seguirmos as perspectivas gerais propostas por Thomas Grünewald (2004), em seu livro *Bandits in the Roman Empire*, podemos dividir as categorias sociais denominadas de *latrones* em três linhas principais: aquela que o autor chama de bandidos reais, isto é, os bandos anônimos que por meio da violência adquirem riquezas; os pertencentes a guerrilhas nativas rebeldes à dominação romana, cujos casos mais emblemáticos são os de Viriato, na Lusitânia, e de Tacfarinas, no norte da África; e os considerados inimigos políticos ou usurpadores da púrpura imperial, em relação aos quais os exemplos mais bem acabados nos

⁹⁴ Podemos citar como exemplo da denominação de bandido em relação aos desviantes religiosos a forma como Celso, em sua *Palavra Verdadeira* (III, LIX), se refere a Jesus como um *latro*. Sobre Celso, ver Orígenes (2004).

são dados por Cícero em seus discursos contra Catilina e nos casos dos usurpadores Maxêncio e Magno Máximo relatados na *Historia Augusta*.

A compreensão dos bandidos que acreditamos ser aquela representada nas *Metamorphoses* de Apuleio é apresentada no primeiro caso citado acima. Nas aventuras narradas pelo autor observamos a existência de grupos armados e violentos que assaltam, sequestram e matam em prol de se apropriarem da riqueza alheia. Esta acepção de *latro* se aproxima de uma definição firmada a partir de várias passagens presentes no *Digesto*.⁹⁵ Tais excertos, que tratam indiretamente da injúria praticada pelos *latrones*, ajudam-nos a definir o *latrocinium* como o crime de roubo praticado por homens armados (*viris armata*), que se reuniam em bandos (*factiones*) e que possuíam a intenção premeditada de pilhar (*spoliare*) com a utilização da violência (*dolus malus*). É por intermédio desta concepção que acreditamos que o autor de nossa documentação primária representa os *latrones*, aqueles que praticavam o crime de *latrocinium*.

Esta definição dos bandidos apuleianos se aproxima da própria origem etimológica da palavra *latro*. Como nos informa Grünewald (2004), ela provém do substantivo grego *latris*, que significava mercenário, alguém que utilizaria sua força e suas armas em troca de alguma recompensa. O termo *latro*, em latim, que inicialmente significou mercenário, evoluiu paulatinamente no sentido de denominar aqueles que furtavam em grupos armados por intermédio da violência.

Ao cremos na historiografia concernente ao estudo do banditismo no Império Romano, em autores como Shaw (1984_a; 1991), Macmullen (1996), Blumell (2009), Garraffoni (2002) e Hidalgo de la Vega (1986), os bandos de *latrones* seriam formados principalmente por grupos sociais específicos, tais como desertores dos exércitos, escravos fugitivos, pastores e, para regiões como o norte da África, membros de tribos autóctones

⁹⁵ *Digest* XVI, III, XXXI, I; XVII, II, LIV, IV; XLVIII, XIX, XXVIII, X; XLVIII, XIX, XI, II.

semi-nômades. Tais indivíduos representariam os estratos mais baixos da população imperial – os chamados *humiliores* –, aqueles cuja pobreza e falta de assistência social os levariam à debandada em direção ao *latrocinium*.

Nas *Metamorphoses* fica patente que uma das causas preponderantes para a ocorrência do banditismo era a *paupertas*. Numa passagem, em que um dos bandidos se dirige à jovem Cárites, desesperada por ter sido sequestrada às vésperas de seu noivado, Apuleio nos informa: “tenhas um pouco de paciência com o nosso desejo de matar, pois a necessidade da pobreza nos conduziu a isto” (IV, XXIII). Este excerto é corroborado por uma outra afirmação do autor, que nos conduz à percepção da miséria como combustível fundamental ao aumento do *latrocinium*: “muitos renunciariam uma muito humilde e servil vida e prefeririam mudar suas profissões por um equivalente poder tirânico [de bandido]” (VII, IV).

Se associarmos o que a nossa fonte nos fala sobre a ligação íntima entre pobreza e banditismo com as nossas análises contextuais sobre o norte da África romano ao tempo do Principado, podemos obter algumas conclusões que nos levariam a entender melhor o porquê da ocorrência na região da ação dos bandos de salteadores. Como dito anteriormente, o norte da África presenciou um processo no qual à medida que as conquistas e as posses romanas se alargavam as tribos autóctones que tinham como modo de vida o pastoreio perdiam as suas pastagens e as suas terras produtivas, sendo confinadas aos desertos, estepes e regiões montanhosas. Esta conjuntura nos permite conjecturar que a hostilidade e a rapacidade da *hinterland* norte-africana na forma de *latrocinium* em relação às *civitates* romanas e/ou romanizadas se relacionavam, em alguma medida, a este processo de empobrecimento dos habitantes locais.

Acreditamos, mediante isto, que os relatos de Apuleio acerca dos bandos de salteadores demonstram, em parte, esta situação vivida pelo norte da África em meados do II

século, já que podemos inferir que tais tribos seminômades, como consequência de seu empobrecimento, engrossavam os contingentes de bandidos errantes no interior norte-africano. A representação que o autor de nossa documentação primária nos oferece dos *latrones* como habitantes de uma *hinterland* hostil e belicosa, sempre a postos a interferir de forma violenta e abrupta na vida cidadina, é reflexo de um perigo real sentido pelas aristocracias cidadinas norte-africanas, grupo ao qual o escritor das *Metamorphoses* pertencia e com o qual compartilhava sua visão de mundo.

Outra característica bastante peculiar dos *latrones* era o fato de habitarem regiões extramuros, fora do âmbito dos territórios das *civitates*, em locais ermos onde a ordem romana geralmente era pouco efetiva. Constituíam-se em localidades pouco municadas pelas forças estatais, onde o Estado romano não conseguia estabelecer a sua autoridade. Este fato pode ser corroborado pela hipótese defendida por Brent Shaw (1984_a; 1984_b; 1991) – à qual a nossa dissertação se filia – de que o banditismo no Mundo Antigo se estabelecia nas regiões fora da alçada do poder estatal, fenômeno que possibilitava a ocupação deste vácuo de poder deixado pelo Estado por grupos armados comumente denominados bandidos.

A historiografia referente ao banditismo na Antiguidade greco-romana (SHAW, 1984_a; 1984_b; 1991; MACMULLEN, 1996; BLUMELL, 2009; GARRAFFONI, 2002; 2004; ISAAC, 1984) é taxativa em nos informar que as localidades mais propícias ao aparecimento do *latrocinium* eram aquelas formadas por florestas, desertos, pântanos e montanhas, regiões de difícil acesso que seriam geralmente avessas ao controle romano, às quais em nossa dissertação denominamos *hinterland*. As *Metamorphoses* (IV, VI) reforçam esta concepção ao nos dar uma boa amostra de um típico *habitat* de um bando de salteadores, demonstrando que os seus esconderijos se localizavam em locais afastados do mundo citadino: “a montanha era selvagem, sombria com a folhagem da floresta, e extremamente alta. Seus precipícios oblíquos, por onde era cercado por escabrosíssimos rochedos, era por isso inacessível”.

Mesmo habitando regiões ermas da *hinterland* imperial, os *latrones* não estavam desconectados totalmente da sociedade romana, possuindo muitas vezes *receptadores* que compravam e/ou repassavam os produtos de suas rapinas. Poderíamos, a partir dos relatos das *Metamorphoses* (IV, I), considerá-los como *familiares latronibus*, isto é, amigos próximos dos bandidos. Além disso, conforme os argumentos de Brent Shaw (1984_a, 1991), há relatos da utilização destes bandos de salteadores por parte de grandes proprietários rurais (*domini*) na forma de guardas privados ou como cúmplices de ações de assassinato e roubo, fenômeno que é observado por Apuleio (VIII, I) quando da descrição da personagem Trasilo, rico e distinto em nascimento, mas “caído na maligna companhia de bandos de ladrões e manchado suas mãos com sangue humano”.

O *latrocinium* era uma ocorrência muito comum na sociedade romana, sua existência é relatada numa gama variada de fontes, de épocas e de regiões as mais diversas possíveis.⁹⁶ Novelistas, apologistas cristãos, historiadores, códigos legais, achados arqueológicos e epigráficos nos demonstram que a ação dos *latrones* no Império Romano pode ser observada como um *commune damnum* – o que poderíamos traduzir como o equivalente a um acidente ordinário e corriqueiro.⁹⁷ Ser atacado por bandidos era considerado uma calamidade natural a par de outras, como terremotos, tempestades, pestes ou doenças endêmicas, equivalendo-se a um desastre ao qual qualquer pessoa poderia estar exposta, independente de seu *status* social e da região na qual residia (SHAW, 1991).⁹⁸

⁹⁶ Para um aprofundamento do estudo do banditismo nas diversas regiões do Império Romano, podemos citar algumas obras de referência: para o caso da Palestina e da Arábia, ver Isaac, 1984; Rocha, 2004; Horsley, 1997; para a Cilícia e as demais províncias orientais, ver Shaw, 1984_b; Hopwood, 1990; para o Egito, ver Grünewald, 2004; para o norte da África, ver Hidalgo de la Vega, 1986.

⁹⁷ Para um relato completo sobre as diversas fontes históricas existentes acerca dos *latrones* no Império Romano, ver Grünewald, 2004.

⁹⁸ O *Digesto* (XIII, VI, V, IV), ao nos falar sob a não responsabilidade civil de um cidadão romano em caso de uma ocorrência de alguma calamidade, nos exemplifica de modo bastante claro a ideia bem estabelecida entre os romanos de comparar o banditismo a comuns acidentes ordinários aos quais os indivíduos estavam expostos: “se acontecer alguma coisa devido à idade avançada ou a uma doença, ou se alguma coisa é extorquida à força por bandidos ou em outros casos semelhantes [...] em caso de calamidade [...] ou de força maior, não será responsável”.

A atuação dos bandidos pode ser constatada em diversas províncias imperiais, sendo um problema onipresente em todo o *orbis romanorum*. Na Palestina nós os vemos nos relatos de Flávio Josefo em sua *Guerra Judaica*, na Itália com o célebre bandido Bula Félix retratado por Dião Cássio, no Oriente a partir das cartas de Cícero na ocasião de seu governo na província da Cilícia, nas Gálias e na Hispânia por meio do movimento bagáudico, no Egito com as inscrições acerca dos pequenos e cotidianos furtos encontrados nos papiros de Euhemeria e no norte da África por intermédio da novela latina de Apuleio, *Metamorphoses*.⁹⁹

Se nos detivermos somente no norte da África à época do Principado, lugar de onde a nossa fonte e seu autor são provenientes, podemos observar uma gama variada de testemunhos sobre a existência de um banditismo bastante disseminado na região. Hidalgo de la Vega (1986) nos oferece alguns dados acerca destes *latrones incursum*, tais como o fato de no ano de 145, a *legio VI Ferrata* ser transportada da Judéia para as províncias norte-africanas como reforço ao combate do *latrocinium*, ou como no caso das cercanias de Lambese serem apossadas por grupos de bandidos, ou como no exemplo de *Nonío Dato*, que foi atacado juntamente com a sua escolta por bandos de salteadores no ano de 152 quando atravessava territórios controlados por *latrones (inter vias latrones sum passus)*.

Com uma tal ubiquidade no interior do *limes* imperial, o banditismo era um problema comum para toda a sociedade romana. O medo de ataque de *latrones* era uma constante para os habitantes citadinos, não havendo nenhuma casa que se pudesse dizer segura em relação às suas ações. Se tomarmos as *Metamorphoses* (II, XXXII) como exemplo, verificaremos diversas passagens em que o temor acerca de possíveis ataques de bandidos é bastante evidente. Em uma passagem em que Lúcio, ainda na forma humana, retorna à noite à casa de

⁹⁹ Como fora discutido anteriormente em nosso primeiro capítulo, na seção destinada à análise da audiência de nossa documentação primária, cremos que as *Metamorphoses* de Apuleio, mesmo narrando as suas aventuras na Tessália, Grécia, referia-se a uma realidade norte-africana por si vivenciada no momento da composição de sua obra.

seu anfitrião Milão, ele se depara com “três sujeitos robustos com belos e enormes corpos forçando nossas portas com todas as suas forças [...] e seguiram aos pontapés em todas as portas. [...] Nós pensamos – eu acima de tudo – [...] que eles eram bandidos, e dos mais sanguinários.”

Nem mesmo na própria Roma, o centro do poder e a Capital do Império, os cidadãos poderiam se sentir mais seguros em relação às ações do *latrocinium*. Thomas Grünewald (2004) nos lembra que durante os períodos das festas e apresentações públicas ocorridas em Roma no reinado de Augusto, este mesmo imperador destinava estações de vigília por toda a cidade com o intuito de vigiar as casas que eram deixadas vazias por aqueles moradores que participavam das festividades.

O temor dos ataques dos bandidos aumentava exponencialmente quando os indivíduos se viam fora da frágil segurança dos muros das cidades. Viajar através do Império era uma empreitada bastante perigosa, feita geralmente em comboios e de dia. Muitas vezes os viajantes que não podiam comissionar uma escolta armada acompanhavam uma comitiva de algum funcionário imperial ou de algum membro das ordens superiores da sociedade romana como forma de se sentirem mais seguros no curso de suas jornadas (SHAW, 1984_a). Outra forma de se proteger das possíveis incursões dos *latrones* era viajar através das maiores estradas imperiais, aquelas em que havia postos de vigília e que eram mais transitadas (BLUMELL, 2009).¹⁰⁰

Em nossa documentação primária, há diversos relatos do quão perigoso era viajar pela *hinterland* do Império Romano. Apuleio nos afirma taxativamente em suas *Metamorphoses* (I, XV) que “as estradas estão infestadas com bandidos” e que as viagens noturnas através do *orbis romanorum* eram empreitadas difíceis de serem empreendidas: “Você quer iniciar

¹⁰⁰ Thomas Grünewald (2004) nos informa acerca da utilização de cães ou outros animais como forma de proteção dos viajantes em suas jornadas.

viagem a esta hora da noite? Se você [...] está ávido para morrer, eu não sou cabeça de melão o bastante para morrer por você”.

Corroborando com este sentimento de insegurança nas estradas imperiais, existiam outros indícios do grau do perigo representado pelos bandos de salteadores nas regiões extramuros do *orbis romanorum*, tais como o elevado número de epitáfios deixados em diversas lápides mortuárias que recordavam que alguém teria sido *interfectus a latronibus*, quer dizer, morto por bandidos. Inscrições como estas são encontradas na maior parte das províncias romanas e nos indicam a disseminação da ação do *latrocinium* e o *commune damnum* que representava ser atacado por bandidos nas estradas que cortavam a *hinterland* do Império (SHAW, 1991).

Para o combate a este banditismo tão disseminado no *orbis romanorum* não havia nenhum corpo de polícia especializado e que abrangesse todo o Império. O sistema romano de proteção e de manutenção da ordem no interior de suas fronteiras era frágil e ineficiente, sendo relegado, na maioria das vezes, à ação dos contingentes militares estacionados em algumas províncias ou a magistrados citadinos, ajudados por um séquito limitado de auxiliares, especialmente destinados à vigilância pública (SHAW, 1991).

Em termos regionais, os governadores das diversas províncias do Império eram vistos como os responsáveis por estabelecer as condições de paz e de segurança nas regiões sob o seu comando, o que significava, em grande medida, conter as ondas de *latrocinium* que poderiam irromper localmente. O *Digesto* (I, I, XXV) se refere aos deveres destes legados imperiais da seguinte maneira: “a tarefa de um válido e sério governador é vigiar a manutenção da paz e da tranquilidade na província que governa. A tarefa não é difícil se for escrupuloso na eliminação dos malfeitores [...]. De fato, deve perseguir [...] bandidos”.

Os governadores, em alguns casos, tinham à sua disposição os contingentes do exército estacionados em suas províncias. Poderiam utilizar as forças militares disponíveis no combate ao banditismo em termos locais, fato que pode ser comprovado pela existência no corpo do exército romano de um elevado número de oficiais especializados neste serviço e conhecidos como *praefecti adversus latrones* ou *arcendibus latronibus*, ou seja, prefeitos da luta contra os bandidos. Isto era válido para as províncias militarizadas como, por exemplo, a Numídia e a Mauritânia Cesariana e Tingitana no norte da África, mas não para aquelas que não possuíam cortes militares estacionadas em seus territórios, como a Capadócia ou a Cilícia. Neste último caso, os governados deveriam se fiar nas forças cidadinas especializadas na perseguição aos *latrones* ou em mercenários especialmente contratados para este intuito, os chamados *diogmitai* (SHAW, 1991).

O exército sob o comando dos governadores provinciais também era responsável pela manutenção da ordem nas diversas estradas imperiais. Para tanto, eram estabelecidos postos de vigília denominados *stationes*, compostos por pequenos destacamentos de soldados cognominados *stationarii*. Estes contingentes eram reforçados pelos *regionarii*, homens responsáveis pelo patrulhamento das áreas rurais circunvizinhas, e pelos *beneficarii*, designados para a vigilância dos cruzamentos entre as principais estradas regionais (MACMULLEN, 1996).

Nas diversas *civitates* espalhadas pelo Império Romano e em suas áreas rurais circundantes a ordem pública era sustentada por determinados magistrados especialmente destinados à manutenção da segurança cidadina. No interior das *urbis* havia os *irenarcas*, responsáveis pela conservação da paz e pela vigília dos prédios públicos, sendo auxiliados em tal serviço por guardas ocupados com a ronda noturna das ruas da *civitas*, os *nocturni*. Para a patrulha da *chora* cidadina eram designados os *paraphylakes*, acompanhados por cortes

formadas por jovens cidadãos e por matadores de bandidos – os *diogmitai*. Por fim, existiam também os *orophylakes*, que se restringiam a guardar as regiões montanhosas próximas às cidades (MACMULLEN, 1996).¹⁰¹

Tais forças citadinas, contudo, eram bastante insuficientes e diminutas para um esforço de tão grandes proporções, tendo em vista a situação de perigo endêmico representado pelos bandidos no interior do *limes* imperial. Esta situação de fragilidade implicava a utilização de outros meios no intuito de combater as ações de *latrocinium*, tais como a chamada vingança pública. Esta modalidade se relacionava à ação de grupos privados com a intenção de se protegerem contra os ataques dos bandidos, podendo nestas situações utilizar as suas próprias armas para supliciá-los (SHAW, 1991).¹⁰²

Nas *Metamorphoses* de Apuleio nós encontramos alguns exemplos deste tipo de proteção privada contra o banditismo em alguns excertos. Em um deles, Lúcio é surpreendido com a tentativa de alguns *latrones* de invadir a casa de seu hóspede Milão, o que o leva a tentar dissuadi-los: “Imediatamente, eu apanhei a espada [...] de minha túnica, onde eu a tinha escondido justamente para tais contingências. Sem hesitação, eu me lancei entre os bandidos” (II, XXXII). No prosseguimento da narrativa desta aventura, Lúcio afirma: “eu me aproximei destes desesperados bandidos [...] considerando esta a obrigação de um bom cidadão [...], armado como estava com a pequena espada que me acompanha por causa de perigos desta espécie” (III, V).

¹⁰¹ Seguindo as considerações de Macmullen (1996), a utilização dos nomes gregos para os cargos dos magistrados ocupados no combate aos *latrones* não significa que na parte ocidental do Império não houvesse uma mesma configuração destas magistraturas. Tomam-se as designações gregas – *irenenarcas*, *paraphylakes*, *orophylakes* – como referência devido ao grande desconhecimento de como tais magistrados responsáveis pela ordem pública das *civitates* eram denominados nas provinciais ocidentais cuja língua latina era a oficial.

¹⁰² “O gênero de crimes que normalmente eram atribuídos aos bandidos (por exemplo, rapto, abigeato, furto com uso de violência) tornavam-os automaticamente passíveis da pena capital mais cruel que o Estado romano podia infligir (os *summa supplicia*): serem dilacerados pelas feras, queimados vivos ou crucificados. Os castigos a que os bandidos estavam sujeitos eram considerados unanimemente como uma forma muito precisa de [...] intimidação à sociedade” (SHAW, 1991).

Com esta última observação, finalizamos a nossa análise acerca dos bandidos no Império Romano e, por conseguinte, este capítulo contextual. Aqui, tentamos expor as bases fundamentais que delimitarão os passos seguintes de nossa dissertação, visto que a partir de agora passaremos à análise do modo de vida das elites cidadinas norte-africanas e do processo de alteridade e de estigmatização cunhado em nossa documentação primária em relação aos *latrones*, processo do qual acreditamos ser tributário a própria constituição identitária dos membros da aristocracia municipal do norte da África romano no II século.

ALTERIDADE, IDENTIDADE E ESTIGMATIZAÇÃO NAS *METAMORPHOSES* DE APULEIO DE MADAURA

Civitas, paideia e humanitas

Antes de começarmos a analisar o modo como se deram os processos de estigmatização, alteridade e identidade nas *Metamorphoses* de Apuleio, urge entendermos um dos lados da dicotomia bandidos/elites cidadinas. Esta seção busca fazer uma análise daquilo que comumente denominamos em nossa dissertação de aristocracia municipal, demonstrando a forma como tal grupo social se diferenciava dos “outros” por intermédio de um modo de vida pautado nos princípios da chamada paideia greco-romana.

A sociedade romana de meados do II século podia se dividir, *grosso modo*, em *honestiores*, aqueles que eram os detentores de uma posição social e econômica superior – o que lhes conferia o prestígio de serem associados a valores como a *auctoritas* romana –, e em *humiliores*, os que eram desprovidos de riquezas e de glórias no interior da sociedade imperial.¹⁰³ Havia quatro critérios, a crermos em Géza Alföldy (1989), para a inclusão social dos indivíduos nos escalões superiores romanos: “ser rico, desempenhar cargos superiores e assim deter poder, gozar de prestígio social e, principalmente, – pois a riqueza e as funções elevadas [...] a tal equivaliam –, ser membro do *ordo* dirigente do Estado romano”. Quem

¹⁰³ A *auctoritas* pode ser entendida como uma legitimação socialmente reconhecida, outorgada a uma série de cidadãos pertencentes às ordens superiores romanas que tinham uma autoridade moral sobre os demais. O termo é somente parcialmente traduzível, e a palavra portuguesa autoridade apenas é uma parte do significado do vernáculo latino (GRIMAL, 1993).

satisfizesse a todas essas condições pertenceria de forma efetiva às elites do *orbis romanorum*, isto é, ao *ordo senatorius*, *equester* ou *decurionum*.¹⁰⁴

Em nosso trabalho, interessa-nos aprofundar o estudo acerca do *ordo decurionum*, já que os seus representantes, os decuriões, eram os detentores do poder político, econômico e social nas *civitates* espalhadas pelas diferentes regiões do Império Romano. Tais grupos sociais eram aqueles que podemos denominar de elite cidadina provincial, ordem à qual o autor de nossa documentação primária se filiava e à qual acreditamos que as suas *Metamorphoses*, ao menos a princípio, se dirigiam.

Faziam parte do *ordo decurionum* os cidadãos entre 25 ou 30 anos que possuíssem cadeira cativa no conselho de suas cidades (*decurionatus*) por já terem exercido alguma magistratura municipal e os magistrados eleitos anualmente, posição que lhes conferia nos inúmeros *municipium civium romanorum* e *latinum* disseminados pelo Império a cidadania romana. Em princípio, a qualidade de membro dessas elites cidadinas não era hereditária, mas mediante o fato de os filhos dos decuriões herdarem a riqueza e o prestígio dos pais. Na prática, a entrada na ordem superior destas *civitates* se limitava às poucas e privilegiadas famílias aristocráticas, aquelas que poderiam arcar com os custos de formarem o grupo dirigente das cidades (ALFÖLDY, 1989).

A quantidade de decuriões de cada *civitas* não ultrapassava geralmente o número de 100 elementos, sendo raras as exceções a esta regra.¹⁰⁵ Nas mais de mil *civitates* do *orbis romanorum* estima-se que devessem existir entre 100 e 150 mil indivíduos pertencentes ao

¹⁰⁴ Havia certa hierarquia entre estes três escalões superiores da sociedade imperial romana, o que pode ser medida pela riqueza mínima exigida dos indivíduos que se candidatavam a entrarem em tais ordens. Para o *ordo senatorius* o censo era de 1 milhão de sestércios, para o *ordo equester* era de 400 mil e, por fim, para o *ordo decurionum* variava entre 100 e 20 mil de acordo com o tamanho da cidade à qual pertenciam (ALFÖLDY, 1989).

¹⁰⁵ Exceções a esta regra poderiam ser vistas nas grandes cidades da parte oriental do Império, cujo conselho de anciãos (*gerusia*) ultrapassava facilmente o número de 100 componentes, e também nas pequenas cidades espalhadas pelas várias regiões do *orbis romanorum*, nas quais a riqueza da população local não permitia que se projetasse o número de 100 indivíduos ricos o suficiente para alcançar o censo mínimo exigido pela *civitas* (ALFÖLDY, 1989).

ordo decurionum.¹⁰⁶ Para o norte da África, seguindo as estatísticas de Duncan-Jones (1963), podemos conceber próximo de 25 mil o número de membros dessas elites cidadinas, o que corresponderia a aproximadamente 2% de todos os homens adultos das cidades, fato que demonstra o quão restrito e aristocrático era o pertencimento a esta ordem social privilegiada das *civitates* norte-africanas.¹⁰⁷

A posição social efetiva desses 100 homens principais do *ordo decurionum* variava bastante de cidade para cidade, manifestando-se muitas vezes na fixação desigual da fortuna mínima exigida aos postulantes a tal ordem. Em muitas *civitates* grandes e prósperas, como Cartago e Lepis Magna, o censo necessário ao decurionato alcançava a soma de 100 mil sestércios, mas em comunidades urbanas menos importantes essa quantia poderia ser fixada em até 20 mil, fato que demonstra que, em numerosas pequenas cidades, os decuriões só poderiam ser considerados ricos e opulentos com base em de padrões locais (ALFÖLDY, 1989). Podemos citar como exemplo desta disparidade de fortunas entre as elites cidadinas provinciais, o caso do próprio autor de nossa fonte, que teria recebido dois milhões de sestércios como herança de seu pai, membro da aristocracia municipal da *civitas* de Madaura, na província norte-africana da Numídia (SILVA, 2009).¹⁰⁸

A principal fonte de riqueza do decurionato era a exploração dos domínios rurais, cujas *villae* se espalhavam pelas zonas de influência de suas cidades natais, em propriedades geralmente de média ou pequena extensão territorial. Delas, os decuriões retiravam a riqueza suficiente para viverem no ócio e no luxo de suas *civitates*, locais onde poderiam aproveitar as

¹⁰⁶ O decurionato poderia integrar uma gama vasta de populações, como veteranos dos exércitos, imigrantes itálicos e famílias aristocráticas de tribos conquistadas pelo poderio romano e cooptadas como cidadãos das diversas *civitates* criadas no Império Romano (MENDES, 2002).

¹⁰⁷ Se acrescentarmos a esses aproximadamente 25 mil decuriões norte-africanos os seus familiares mais próximos, como esposas, filhos e parentes os mais variados possíveis, poderíamos ter um número estimado entre 100 e 200 mil indivíduos pertencentes à elite cidadina no norte da África em meados do II século (DUNCAN-JONES, 1963).

¹⁰⁸ Para uma descrição mais completa sobre as grandes fortunas presentes no norte da África no II século, ver os trabalhos de Semíramis Corsi Silva (2006; 2009).

comodidades cidadinas necessárias a um cidadão das ordens superiores da sociedade romana imperial (ALFÖLDY, 1989).¹⁰⁹ Se tomarmos a *Apologia* (XCIII, IV) de Apuleio como exemplo para uma análise da elite cidadina norte-africana, observaremos que o autor cita que sua esposa, Pudentila, teria feito uma grande doação em terras, produtos agrícolas, rebanhos e escravos aos filhos que tivera com o seu primeiro marido, fato que nos faz inferir que sua riqueza provinha fundamentalmente de suas propriedades rurais.

Perante o Estado romano, o *ordo decurionum* compartilhava entre si os mesmos direitos e obrigações. Suas alianças com Roma rendiam aos membros do *ordo* novas possibilidades de enriquecimento e de manutenção de seu poderio político e social, mas, ao mesmo tempo, geravam deveres em relação ao bom funcionamento de suas *civitates*, sendo eles os responsáveis pelo abastecimento de alimentos das cidades, pela realização dos cultos e das festas cívicas, pela construção e a restauração de prédios públicos e pela manutenção da ordem pública (MENDES, 2002). Em resumo, era por meio da *summa honoraria* – isto é, do oferecimento de benesses às cidades por parte de ricos cidadãos em retribuição à sua eleição para as magistraturas cidadinas – e do evergetismo dos decuriões provinciais que as diversas cidades espalhadas pelo Império puderam ser mantidas e existirem como a “coluna vertebral do sistema de domínio romano” (ALFÖLDY, 1989).

O Império Romano teve na *civitas* o seu *ethos* civilizatório. Era este ambiente urbano o foco essencial para se difundir uma forma de vida comum integradora de toda a comunidade imperial. A *civitas* foi o local privilegiado onde o homem poderia civilizar-se. Para os romanos, civilização era sinônimo de *urbanitas*, termo que significava o ato de viver no interior de uma *urbs* no gozo de uma vida cidadina nos teatros, anfiteatros e banquetes, no exercício da cidadania nas magistraturas, no culto cívico e nos conselhos e assembleias

¹⁰⁹ Não podemos, contudo, deixar de incluir entre os elementos pertencentes ao *ordo decurionum* os homens que tiveram a origem de sua fortuna nas atividades mercantis, como em Óstia, Aquiléia e Salona (MENDES, 2002).

municipais (FUNARI, 2003). Aproveitando-se das cidades já existentes e criando novas, Roma procurou difundir seus valores e estilo de vida nos territórios anexados ao seu *imperium*. Por intermédio das *civitates* e de suas instituições municipais que, em última instância, reproduziam o modelo romano – com conselhos, assembleias e magistraturas –, estabeleceram-se hábitos particulares de comportamento, propiciadores de uma identificação parcial entre os valores postulados pelo centro hegemônico e os das elites municipais (BUSTAMANTE, 1999_b).

Um dos elementos mais importantes no sentido de oferecer certa homogeneidade cultural aos membros do *ordo decurionum* era a chamada *paideia*. *Grosso modo*, o termo pode ser entendido como o conjunto de aprendizados literários, retóricos, oratórios, políticos, filosóficos e mitológicos que instruíam os indivíduos pertencentes às elites romanas (CARVALHO, 2002). Constituíam-se como a formação educacional das ordens superiores da sociedade imperial, sendo fundada nos princípios da cultura clássica greco-romana e importante componente na obtenção de uma posição de destaque na administração do Estado romano.

A educação dos filhos da aristocracia municipal se caracterizava como um empreendimento oneroso e que requeria um aprendizado demorado e difícil. Aos 7 anos de idade os filhos das elites cidadinas ficavam sob os cuidados de um professor particular – tutor ou pedagogo. Depois, entre 11 ou 12 anos, eram encaminhados à escola do *grammaticus*, onde aprendiam os fundamentos da retórica, da eloquência e da literatura clássica conjugados com lições de mitologia. Por volta dos 15 anos, eles estariam aptos a cursar os estudos superiores na escola do *rétor*, ocasião em que se aprofundariam nos estudos de gramática, retórica, dialética, aritmética, geometria, música, astronomia e filosofia (SILVA, 2010).¹¹⁰

¹¹⁰ Esta última etapa da educação aristocrática romana, a da escola do *rétor*, era empreendida em grandes centros, como Atenas, Antioquia, Alexandria e Roma, o que encarecia ainda mais os custos da obtenção da

Tal instrução, devido ao custo e ao tempo demandados para a sua completa efetivação, era a primazia de poucos. Somente aqueles cujas famílias tinham recursos suficientes poderiam arcar com tal empreendimento. A paideia, em certa medida, era o patrimônio cultural dos membros das ordens superiores da sociedade romana, constituía-se como um estandarte que os diferenciava dos demais, dos *humiliores*. Esta afirmação, contudo, tem que ser relativizada e não invalida a possibilidade dos escalões mais baixos da sociedade imperial compartilharem, mesmo que apenas tangencialmente, dos valores da paideia greco-romana. Não devemos, *a priori*, considerá-la um bem exclusivo das elites cidadinas, pois, ao pensarmos, como Carlo Ginzburg (2006), no conceito de circularidade cultural enquanto formas de inter-relações culturais entre diferentes estratos sociais, somos levados a concluir na existência de diversas situações cotidianas em que essa “cultura de elite” poderia ser disseminada e assimilada pelos *humiliores*, como no caso dos festivais de teatro, das exibições oratórias nos anfiteatros, das celebrações em honra do imperador, entre outras festividades cívicas.

Não podemos, entretanto, negar o fato de que a paideia foi um elemento importantíssimo na própria concepção identitária das elites cidadinas imperiais. Se levarmos em consideração as conclusões que Peter Brown (1992) nos oferece em seu livro *Power and persuasion in Late Antiquity*, veremos que esta educação de excelência à qual se submetiam os filhos dos decurhões lhes davam uma autoconfiança em sua superioridade e em sua distinção em relação aos indivíduos das ordens subalternas da sociedade romana. A prerrogativa de falar corretamente e com elegância, da utilização dos gestos apropriados, do conhecimento da mitologia e dos clássicos da literatura greco-romana e de um comportamento contido e sereno conferia-lhes traços identitários e de reconhecimento mútuo. Era por meio destes elementos distintivos que os membros das elites cidadinas poderiam se

paideia para os membros das elites municipais (BROWN, 1992). Apuleio, por exemplo, teve que complementar os seus aprendizados iniciais nas cidades de Cartago e Atenas.

diferenciar do populacho e se apresentar como os melhores, aqueles que possuíam uma educação excelsa e ilibada. Não à toa, eles se autodenominavam como *pepaideuemenos*, quer dizer, aqueles que possuíam a paideia.

Visto a partir desta lógica, o termo paideia pode ser associado à *humanitas*, no sentido de representar os “seres humanos que são dignos do nome de homem por não serem bárbaros, nem inumanos, nem incultos” (VEYNE, 1991).¹¹¹ A *humanitas* representava um mérito, mais do que uma característica universal de todos os homens, somente os melhores a possuíam, distinguindo “o homem civilizado do selvagem que vive do cultivo da terra, [...] o literato (e, mais em geral, o homem bem educado e de boa família [...]) das pessoas grosseiras” (VEYNE, 1991).

Ao mesmo tempo, a posse desta “cultura de elite” – pois ela era a primazia das ordens mais abastadas das *civitates* – também proporcionava às aristocracias municipais a certeza do pertencimento ao estrato mais elevado da sociedade romana. Se pensarmos o conceito de cultura a partir dos pressupostos teóricos expressos por Janet Huskinson (2000_a) em seu livro *Experiencing Rome: culture, identity and power in the roman empire*, isto é, como significados partilhados pelos indivíduos que integram um mesmo sistema cultural e expressos em práticas compartilhadas e no emprego de representações de uma identidade comum, podemos afirmar que a paideia era um elemento impescindível para uma identificação do *ordo decurionum* com o ideal de romanidade, enquanto partícipes de uma cultura comum integradora das elites cêntricas e provinciais.

Tal conclusão, contudo, não invalida o quê de mestiçagem e de hibridismo que devem ser levados em conta quando nos aproximamos das sociedades provinciais das diferentes

¹¹¹ *Humanitas*, para os romanos, possuía dois significados associados. Inicialmente, serviu para traduzir a palavra grega *paideia*, enquanto conhecimento de uma cultura clássica – literatura, filosofia e oratória. Mas a palavra também foi uma substituta latina para outro termo grego, *philantropia*. Neste último caso, no sentido de amabilidade, generosidade e benevolência (VEYNE, 1991). Para os objetivos de nossa dissertação, utilizaremos o termo *humanitas* mais estritamente ligado ao primeiro sentido, enquanto sinônimo de cultura e de civilização.

regiões do Império. A concepção da paideia como marca distintiva das elites cidadinas imperiais, mesmo que enfatize certas práticas e identidade comuns, não pode nos levar a desconsiderar a grande variedade cultural encontrada no interior do território imperial.

Podemos tomar como exemplo do que afirmamos a análise efetuada por Norma Musco Mendes, Regina Maria da Cunha Bustamante e Jorge Davidson (2005) sobre um mosaico¹¹² de meados do II século encontrado em Thysdrus, na África Proconsular, num local denominado de “Casa de África”.¹¹³ Nele, observamos a representação do *imperium romanum* por meio de um mosaico circular, no qual são apresentados sete medalhões hexagonais emoldurados com motivos florais e figuras humanas. Ao centro, observamos uma mulher sentada e vestida com uma túnica branca, um manto púrpura e segurando o globo terrestre nas mãos, uma alegoria provável de Roma como centro do poder imperial. Os seis outros medalhões, que circundam o anterior, são representações das diversas províncias, todas com figuras femininas vestidas com a túnica romana e apresentadas a partir dos padrões clássicos greco-romanos, mas ornadas com símbolos e paramentos que as remetiam à particularidade de suas regiões de origem.

¹¹² Os mosaicos eram um dos elementos decorativos mais admirados nas residências das elites provinciais, adornando com cores vivas o chão, as paredes e os tetos das *domus* romanas. Sua função não era meramente decorativa, enfeitando os aposentos da casa como se fossem simples afrescos, mas também demonstravam as práticas, os valores e as crenças do ambiente social do qual faziam parte (BUSTAMANTE, 2009_b).

¹¹³ “Thysdrus localizava-se a meio caminho da estrada que ligava as cidades portuárias de *Hadrumetum* (atual Sousse) e *Taparura* (atual Sfax), pela qual se escoava a produção de azeite da região. Graças a esta riqueza, a elite de *Thysdrus* pôde realizar atividade edilícia pública, tais como anfiteatros, trabalhos hidráulicos e restauração das termas. [...] Além de obras públicas, edificaram ricas residências ornadas com belos mosaicos” (BUSTAMANTE, 2009_b).

Figura 5 – Mosaico da Casa de África (HUSKINSON, 2000).



O mosaico norte-africano apresentado acima demonstra bem o relacionamento que existia entre o *modus vivendi* romano e a diversidade regional, num processo de negociação em que o provincial se tornava romano sem perder a sua originalidade. O romano, dessa forma, constituía-se a partir do compartilhamento de determinadas práticas comuns, como a língua e a escrita latinas ou gregas, a participação nos cargos públicos, no culto e festivais cívicos, o gozo das comodidades urbanas e a posse da paideia e da *humanitas*, elementos que não invalidavam a existência de identidades regionais concomitantes à romana, como a

expressa pela lealdade à *civitas* natal ou pela valorização de sua região de origem.¹¹⁴ É neste sentido que podemos concordar com Mendes (2006_b) no tocante à *romanitas* não ser uma identificação étnica ou racial, mas um “processo de comunicação cultural de um *status* jurídico e legal” disseminado pelas diversas províncias do *orbis romanorum*, pré-requisito básico para a identificação das aristocracias cidadinas locais com o domínio romano e com o seu Império.

Estigmas e carismas nas *Metamorphoses*

Como dito na introdução, na leitura das *Metamorphoses* seguimos os pressupostos metodológicos da Análise de Conteúdo concebida por Laurence Bardin (2002), tendo como principal técnica de trabalho a análise categorial. Nesse sentido, construímos três categorias temáticas distintas, todas elas relacionadas aos objetivos de nossa pesquisa.¹¹⁵ A primeira buscou sistematizar a estigmatização dos *latrones* nas passagens em que eles são descritos de forma pejorativa e carregada de rótulos estereotipados e preconceituosos; a segunda tentou demonstrar a valorização empreendida em nossa fonte em relação às *civitates* e às suas elites locais; e a terceira observou a comparação feita por Apuleio entre os bandidos e um rico cidadão, categoria de suma importância porque nos apresenta o modo como o nosso autor representa *in loco* um indivíduo pertencente à aristocracia municipal como superior – mais forte, mais jovem, mais inteligente – a um bando de salteadores.¹¹⁶ Estas três categorias

¹¹⁴ Fizemos referência à língua e à escrita latinas e gregas pelo fato de o Império Romano ser efetivamente bilíngue, com a parte ocidental do Estado utilizando o latim e a oriental o grego como idiomas oficiais.

¹¹⁵ Na introdução de nossa dissertação, nas páginas 17 e 18, apresentamos um quadro esquemático de nossas categorias e subcategorias temáticas.

¹¹⁶ As duas primeiras categorias temáticas de nossa dissertação estão subdivididas em algumas subcategorias analíticas. Para a categoria Estigmatização dos bandidos: ataque e ação dos bandidos, medo citadino em relação aos bandidos, *habitat* dos bandidos e associação dos bandidos à barbárie. Em relação à categoria Cidades e elites cidadinas: demonstração da dignidade dos membros das elites cidadinas e descrição das cidades como centros de segurança e de abundância.

nortearam o nosso trabalho, pois ao serem comparadas, avaliadas e confrontadas na etapa de tratamento dos resultados obtidos, inferência e interpretação – à qual nos debruçaremos nas páginas seguintes – demonstraram a validade de nossa hipótese de pesquisa, isto é, a de que a estigmatização dos *latrones* se relacionava a um processo de constituição da identidade da elite cidadina norte-africana e refletia uma realidade de conflito e de dicotomia entre as *civitates* romanas e a vasta *hinterland* norte-africana no contexto do Principado.

A nossa análise se pautou nas oposições binárias, buscando identificar, no texto, as dicotomias que colocavam em posições antagônicas as representações conferidas aos *latrones* e aquelas atreladas aos membros das elites cidadinas. Esses pares de oposição, em nossa opinião, funcionam como elementos de alteridade e de reforço dos processos de inclusão/exclusão verificados na documentação primária. Acreditamos que as *Metamorphoses* de Apuleio possibilitem a apreensão dos mecanismos simbólicos de classificação na medida em que nos apresentam com valores distintos os indivíduos pertencentes às aristocracias municipais – vistos como melhores, excelsos, cultos e nobres – e os bandos de salteadores – encarados como bestas selvagens, bárbaros e seres hostis e *outsiders* às cidades, signos que denotam um processo de estigmatização em relação aos *latrones*.

Tal atitude, levada a cabo por nosso autor, evidencia uma clara manifestação daquilo que Pierre Bourdieu (1996) denomina como lutas de classificação, fenômeno que define o modo como os grupos sociais se reconhecem e se classificam mutuamente no sentido de lhes atribuir posições sociais e atributos simbólicos. Nestas lutas, certos grupos privilegiados com o monopólio do poder de fazer ver e de fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer podem estigmatizar o outro com eficácia e atribuir-lhes identidades sociais tidas como decaídas, diminuídas frente àquelas que são consideradas “normais” (GOFFMAN, 1988).¹¹⁷

¹¹⁷ Em relação à nossa dicotomia bandidos/elites cidadinas, acreditamos que os segundos sejam os indivíduos possuidores do monopólio do poder de fazer ver e de fazer crer, porque são eles os detentores da primazia da

Neste sentido, é verossímil que a representação construída por Apuleio em relação aos bandos de salteadores possa ser analisada por meio de tais pressupostos, já que os bandidos, por não possuírem os signos de distinção que caracterizariam os membros das elites cidadinas – como a *paideia*, a *humanitas* e a *urbanitas* –, seriam vistos como seres humanos incompletos, com uma identidade social deteriorada frente à “normalidade”.

O processo de estigmatização se dá a partir de uma determinada lógica. Ela é, na maioria dos casos, acionada por intermédio da fixação de rótulos pejorativos atribuídos àqueles que não se enquadram na definição daquilo que se considera “normal” e socialmente aceitável.¹¹⁸ O estigma está, muitas vezes, ligado à citacionalidade – quer dizer, à repetição constante – de determinadas qualificações e denominações que servem para reforçar estereótipos e preconceitos sociais (SILVA, 2000).¹¹⁹ Os estereótipos são entendidos como esquemas mentais próprios do senso comum que serviriam para simplificar uma realidade mais complexa, tornando-a mais inteligível pela eleição de determinadas características reducionistas que identificariam os indivíduos e/ou grupos. Já os preconceitos são as valorizações acerca destes rótulos, com julgamentos positivos ou negativos formulados sem exame prévio ou reflexão crítica (SILVA, 2004).

Em consonância com estas considerações, podemos nos aproximar das diferentes qualificações e denominações associadas por Apuleio em suas *Metamorphoses* aos bandidos e às elites cidadinas. Com tal intuito, recortamos e classificamos em nossa documentação primária determinados adjetivos e substantivos utilizados para qualificar e denominar os dois

escrita no Mundo Antigo, aqueles que, a partir de suas obras, poderiam exteriorizar a sua visão de mundo. Ademais, como disponibilizamos de pouquíssimas fontes históricas atribuídas diretamente aos membros dos bandos de *latrones*, tendemos a crer num monopólio quase que absoluto da aristocracia municipal no embate das lutas de representações entre esses dois grupos sociais.

¹¹⁸ Entendemos como rótulos os modos como os grupos e/ou indivíduos são denominados e qualificados em suas relações sociais, sendo este processo efetivado por intermédio de determinados substantivos e adjetivos que lhes ajudam a constituir uma identidade distinta.

¹¹⁹ O conceito de citacionalidade foi cunhado por Tomaz Tadeu da Silva (2000) no sentido de práticas discursivas por meio das quais certas identidades são performadas. Segundo o autor, no ato de citar e de denominar, acabamos performatizando o próprio citado e denominado, que interioriza aquela citacionalidade como sendo a sua verdadeira identidade, fenômeno que podemos conceituar como performatividade.

eixos de nossa oposição binária: *latrones*/aristocracia municipal. Acreditamos que tal método nos possibilitou apreender mais claramente os rótulos que tendem a simplificar uma realidade existente – quer dizer, estereotipá-la – por intermédio de uma lógica dicotômica que coloque em lados contrários os bons e os maus, os “normais” e os “anormais”, os cidadãos e os bandos de salteadores – fenômeno que podemos interpretar como de fixação de preconceitos positivos, a uns, e negativos, a outros.

Se observarmos as diferentes terminologias utilizadas por Apuleio para denominar os *latrones* e as elites cidadinas, verificaremos uma diferenciação clara entre elas. Os bandidos são chamados de *gladiatores* (gladiadores), de *animales* (animais) e de *centauris similia* (semelhantes aos centauros).¹²⁰ Nomes que reforçam a apreensão defendida em nossa dissertação de uma associação dos bandos de salteadores a representações selvagens, belicosas e violentas. Há nas *Metamorphoses* uma fortíssima tentativa por parte de seu autor de relacionar os *latrones* a símbolos que os caracterizem como seres animais, semi-feras que habitariam uma *hinterland* obscura e hostil. Ao denominá-los dessa forma, Apuleio contribui para a própria fixação de uma alteridade em relação à figura do bandido, visto como o “outro”, o *outsider* e o anticitadão, aquele cujo estatuto de ser humano é posto em dúvida e questionável.

Diferentemente desta representação, a atribuída às aristocracias municipais segue uma lógica ligada à normalidade dos valores associados à *humanitas* e à paideia greco-romana. Como de costume em se tratando das elites cidadinas, Apuleio chama-lhes de *domini* (o que poderíamos traduzir como chefe, senhor, proprietário de um *domus*) e de *cives* (cidadãos). Tais substantivos reforçam a ideia de distinção atrelada a este seguimento social como membros das ordens superiores das *civitates* norte-africanas no II século. cremos, mediante

¹²⁰ Na mitologia grega, os centauros (em latim *centaurus*, *i*) são uma raça de seres com o torso e cabeça humanos e o corpo de cavalo, representando a força bruta e insensata.

isto, que ao serem denominados com tais nomes eles são diretamente associados ao *ordo decurionum*, isto é, àqueles que teriam a primazia de ocuparem os cargos nas magistraturas e nos conselhos das cidades locais, constituindo-se no grupo privilegiado da sociedade romana provincial.

Tomando como fonte de análise os adjetivos utilizados por Apuleio em sua descrição dos bandidos e das elites cidadinas, verificaremos a mesma lógica dicotômica argumentada acima. Os *latrones* são qualificados com uma série de palavras que exteriorizam uma representação estigmatizante, sendo adjetivados como monstruosos (*vastissimis*), miseráveis (*miseræ*), sanguinários (*saevissimi*), bárbaros (*barbari*), desumanos (*immanes*), semíferas (*semiferis*), vorazes (*ferinis*) e malignos (*malignus*). Já os membros das aristocracias municipais são observados como representantes de um grupo social com um *status* elevado e com uma cultura excelsa, associados a epítetos que denotam distinção, beleza e honra, sendo considerados ilustres (*clari*), cultos (*viri*), virtuosos (*probi*), bons (*boni*), ótimos (*optimi*), honoráveis (*sanctis*) e belos (*speciosi*).

Esta representação ativa efetuada por Apuleio em relação aos indivíduos pertencentes às elites cidadinas pode ser mais bem entendida se pensarmos no conceito de *carisma*, cunhado por Norbert Elias e John Scotson (2000) no livro *Os estabelecidos e os outsiders*. Segundo os autores, o termo se caracteriza como uma forma de estigma positivo, uma valorização dos grupos privilegiados em termos de poder, que se veem “como pessoas melhores, dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros” (ELIAS; SCOTSON, 2000). Em suma, quando o autor das *Metamorphoses* descreve as personagens pertencentes às aristocracias municipais com os epítetos enumerados acima, ele os está classificando com rótulos de distinção, atribuindo-lhes uma série de carismas que os representa como o grupo possuidor de uma

posição de pestígio na sociedade romana imperial, como os baluartes da normalidade, da paideia, da *humanitas* e da *urbanitas*.

Essa oposição que vimos delineando até aqui transparece com nitidez na comparação realizada por Apuleio entre a ceia em uma casa de uma rica família cidadina e a efetuada pelos *latrones* em seus esconderijos na *hinterland*. A primeira pode ser entendida mais como um banquete do que como uma simples refeição, fato que por si só afasta a ideia do consumo dos alimentos por parte dos membros das elites cidadinas como apenas um ato necessário à sobrevivência, associando-o a um fato social atrelado à reunião de comensais.¹²¹ O banquete no mundo greco-romano atuava como um ritual social, ele funcionava como uma cerimônia de sociabilidade cujo objetivo era reafirmar os laços de união entre aqueles que participavam de uma mesma refeição. Ele adquiria o caráter de uma festa, de uma diversão, de uma ostentação e de um esbanjamento, oferecendo-se uma alimentação diferente, supérflua e envolvida pelo prazer (MENDES, 2001).

Vemos a caracterização da refeição como um ato social levado a cabo pela aristocracia municipal na descrição efetuada por Apuleio de uma ceia ocorrida na casa da personagem Birrena, rica matrona cidadina. De sua mesa participava um “grande número de convidados e, como convinha a uma das primeiras damas, era a flor da cidade” (*MET.*, II, XIX). A passagem é pródiga em detalhes acerca do luxo do banquete, fato que acreditamos reforçar a ideia de superioridade e de riqueza atrelada à representação das elites locais:

Os leitos suntuosamente brilhantes de cedro e marfim, cobertos de roupas drapejadas de ouro; amplos cálices que, sendo de diferente beleza e forma, eram de igual preciosidade. Aqui se via o vidro artificialmente esculpido, ali o cristal puro, em outra parte a brilhante prata e ouro fulgurante, e o alambre admiravelmente escavado em cálices de beber, e enfim aquilo mesmo que se não pode fazer ali o havia. Eram muitos os trinchantes esplendidamente vestidos; donzelas serviam com elegância

¹²¹ Entendemos o conceito de fato social a partir da visão sociológica clássica sistematizada por Émile Durkheim (2002) como as maneiras de ser, fazer, pensar, agir e sentir compartilhadas coletivamente e estabelecidas por um conjunto de regras sociais que determinam o que é certo ou errado, permitido ou proibido numa dada sociedade.

copiosas iguarias, mancebos frisados e vestidos com graça ofereciam muitas vezes copos feitos de ricas pedras, cheios de vinho (*MET.*, II, XIX).

Outra característica que oferecia distinção à ceia aristocrática descrita por Apuleio era a realização da chamada *comissatio*, parte do banquete ocupada com o deleite de bebidas, diversões e demonstrações de *humanitas* do anfitrião e dos seus convidados (MENDES, 2001). Nas *Metamorphoses* (II, XIX) ela é descrita da seguinte forma por Apuleio: “postas as luzes, a conversação convival cresceu. Já o riso afluiu, os gracejos liberais e as jocosidades picantes se ouvem em toda parte”. Este último excerto corrobora a nossa observação anterior de que a ceia na casa da personagem Birrena, antes de ser um ato cotidiano de consumo de alimentos necessários à sobrevivência dos indivíduos que dela participavam, era uma forma de congregar em uma prática cultural comum os indivíduos pertencentes às elites cidadinas locais.

Diferentemente desta descrição opulenta da ceia aristocrática, a efetuada em relação aos *latrones* toma um caráter completamente diverso. Nela, a sociabilidade e os laços de fraternidade entre os comensais são substituídos pela selvageria e pela gula daqueles que se alimentam pela necessidade. Os *latrones* “atacam o jantar [...] como animais vorazes” (*MET.*, VI, XXX) e “comem e bebem em total desordem, engolindo carne e pão aos montes, e os copos em multidões” (*MET.*, IV, VIII). Outro elemento marcante nesta narrativa é a associação da refeição dos bandos de salteadores com o caos, pois “eles jogam asperamente, cantam de forma ensurdecadora, brincam abusivamente” (*MET.*, IV, VIII). Além disso, as ceias dos bandidos nos são apresentadas nas *Metamorphoses* (IV, VIII) como um ato praticado por homens que se assemelhavam a animais selvagens, porque eles se “comportam justamente como semi-feras e semelhantes aos centauros e aos Lapitas”.¹²²

¹²² Segundo uma lenda grega, no casamento de Pirithous, rei dos Lapitas (uma tribo tessália), um bêbado eclodiu uma rixa entre o Lapitas e seus hóspedes Centauros, que eram meio homens meio cavalos (HANSON, 1989).

Se compararmos as passagens das ceias dos *latrones* às relacionadas às das aristocracias municipais podemos observar uma clara distinção entre elas. Enquanto a primeira é vista como um imperativo, como um ato de sobrevivência regulado pela obrigação cotidiana da ingestão de alimentos, a segunda é entendida como um banquete ricamente incrementado e distinto. O modo como Apuleio descreve as refeições dos bandos de salteadores pode ser associado ao repasto de animais selvagens, que, assim como os bandidos, alimentam-se movidos pela fome. Acreditamos que esta representação animalesca dos *latrones* possa ser interpretada como um fator de alteridade em relação ao banquete aristocrático, visto como uma reunião social regulada pela *humanitas* e preenchida com bebidas, diversões e discussões filosóficas. Em resumo, é por meio da desordem e da selvageria relacionadas à ceia dos bandidos que a aristocracia municipal pode afirmar os seus costumes e hábitos à mesa como melhores, excelsos e requintados, caracterizando, dessa forma, uma espécie de carisma associado aos indivíduos pertencentes às ordens superiores da sociedade romana imperial.

O jogo das oposições espaciais

Em outro momento das *Metamorphoses* é possível captar a oposição bandidos/elites-citadinas por meio da descrição que Apuleio nos oferece da casa de uma rica família da aristocracia municipal e a dos esconderijos dos bandidos na *hinterland* imperial. Aqui, o contraste é evidenciado por uma representação que exalta o luxo, a riqueza e a grandiosidade das residências dos indivíduos pertencentes às ordens superiores das *civitates* locais e a rusticidade e a simplicidade daquilo que Apuleio denomina de *locorum speluncaequae*, termo

que poderíamos traduzir como as espeluncas, covis ou antros habitados pelos bandos de salteadores (*MET.*, IV, VI).

A morada dos *latrones* é associada a regiões ermas, distantes e intransponíveis, já que tais indivíduos habitavam locais “intransitáveis” no “cume de escabroso monte”, geralmente a “longo caminho” das cidades às quais pilhavam e tomavam de assalto (*MET.*, III, XXVII). Para alcançar tais refúgios, era necessário ultrapassar “precipícios oblíquos [...] cercados por escabrosíssimos rochedos”, o que os faziam “inacessíveis” (*MET.*, IV, VI). Como podemos observar, a narrativa de Apuleio demonstra a validade da hipótese defendida por Brent Shaw (1984_a; 1984_b; 1991) – à qual a nossa dissertação se filia – acerca da ocorrência do banditismo no Mundo Antigo, quer dizer, a de que a impossibilidade do Estado, na Antiguidade, de controlar as regiões distantes e de difícil acesso, tais como pântanos, desertos, florestas e montanhas, as faziam susceptíveis de serem potenciais focos de *latrocinium*. Eram nestas localidades externas às *civitates* que os bandidos representados por Apuleio residiam, fato que corrobora a nossa interpretação do interior norte-africano como uma região avessa ao controle do Império Romano e propícia à existência de bandos de salteadores, ao mesmo tempo em que nos ajuda a conceber mais claramente uma relação conflituosa entre as cidades romanas e/ou romanizadas nas províncias norte-africanas e a sua vasta e hostil *hinterland*, temática bastante presente na historiografia concernente ao norte da África romano.

Há nas *Metamorphoses*, além disso, uma clara correlação entre os locais de *habitat* dos bandidos e os de animais selvagens. Os *latrones* se refugiavam em “cavernas” e em “covis”, em esconderijos favorecidos por “uma natural defesa”, protegidos por “estreitas veredas em vez de muro edificado”, onde não existe “senão um casebre pequeno, feito de canas sem alguma ordem” (*MET.*, IV, VI). Neste ponto, assim como demonstrado no tocante à ceia dos *latrones*, verificamos uma forte associação entre os bandos de salteadores e uma representação animalésca, porque vivem, assim como as bestas selvagens, em refúgios

naturais desprovidos de habitações ou edificações construídas a partir da engenhosidade e da inteligência humanas.

Inversamente a esta representação, as casas dos indivíduos pertencentes às ordens superiores das *civitates* são caracterizadas como obras de arte cuidadosamente talhadas pela ação do homem, à qual, ao agir sobre a natureza, proporcionaria luxo, comodidades e beleza às moradias aristocráticas. Ao lermos a descrição da *domus* da personagem Birrena, somos apresentados a um ambiente ricamente decorado com fontes abundantes e esculturas magníficas que, de tão reais e belas, estariam quase vivas e interagindo com as demais personagens.¹²³ A visão do autor de nossa fonte acerca das residências das elites citadinas norte-africanas pode ser exemplificada na seguinte passagem:

O átrio era extremamente belo: estavam colunas colocadas nos quatro ângulos, sobre as quais se alevantavam estátuas da Deusa Vitória. Estas figuras com as asas estendidas para um e outro lado, suspensas sobre a volúvel esfera imóvel, parecem apressar os instáveis passos sobre as orvalhadas plantas, nem se diriam que estão fixas, senão que voam. Ali a pedra de Paros, talhada em Diana, ocupa o centro do lugar; estátua perfeitamente bela: seu vestido é enfunado pelo vento, pronta a lançar-se na carreira, vir ao encontro de quem entra, e venerável pela majestade da Deusa. [...] E se inclinado visses as fontes que, correndo aos pés da Deusa, tremulam em sua branca corrente, pensarias que aqueles cachos pendentes da vide, entre as mais coisas que têm de verdade, nem do movimento são destituídas (*MET.*, II, IV).

Se adotarmos a interpretação de Bustamante, Mendes e Davidson (2005) acerca do mosaico do II século encontrado na cidade norte-africana de Thysdrus (atual El Djem), denominado de “Casa de África”, é possível afirmarmos que a *domus* era muito mais do que um lugar de moradia das aristocracias citadinas provinciais, ela servia também para confirmar o *status* e os valores partilhados por uma elite citadina.¹²⁴ Esses grupos abastados da

¹²³ A *domus* era a residência urbana das famílias abastadas das *civitates* romanas, fato que pode ser perceptível pela própria etimologia da palavra, que deriva de *dominus*, quer dizer, nome por que eram designados os chefes das famílias das elites romanas.

¹²⁴ Para uma análise mais completa sobre o mosaico da “Casa de África”, ver páginas 109 e 110 desta dissertação.

sociedade romana no norte da África expressavam seu estilo de vida, sua *humanitas* e *urbanitas*, na ornamentação de suas casas, exteriorizando certos signos e significados compartilhados fundamentais na constituição de uma identidade romana. É partindo deste prisma que podemos inferir a representação que Apuleio elabora em relação à *domus* de Birrena, sendo que tal interpretação pode ser reforçada pela própria lógica de oposições binárias verificada no processo de alteridade e de estigmatização atrelado à descrição do *habitat* dos bandos de salteadores como rústico e animalesco, em contraposição ao das elites cidadinas, visto como opulento e ricamente decorado.

Outra dicotomia espacial bastante observada em nossa documentação primária é aquela verificada em relação à forma como Apuleio representa o mundo das cidades e o da *hinterland*. As cidades são os centros de prosperidade, de abundância e de segurança, os lugares em que as personagens bem nascidas da novela podem praticar a *humanitas* e aproveitar as benesses da *urbanitas*. Já o interior, fora da circunscrição das *civitates*, é visto como uma região obscura, perigosa e habitada por *latrones* e feras selvagens hostis, onde são encontradas “bestas que vivem em cavernas ou selvagens que residem em penhascos” e que obtêm “satisfação no derramamento de sangue humano” (*MET.*, VIII, XVIII).

As *civitates*, de acordo com a concepção greco-romana, eram os locais privilegiados onde o homem poderia civilizar-se. Para os romanos, “civilização significava cidade” (FUNARI, 2003) e “se consideravam civilizados porque pertenciam a uma cidade, senão seriam selvagens” (MENDES, 2001). Essa acepção é corroborada por nossa fonte, pois Apuleio observa na *civitas* um “retiro voluptuoso” composto de templos, banhos, teatros, anfiteatros e prédios públicos, oferecendo “liberdade para o homem de ócio, [...] agitação [...] para os viajantes de negócios, e tranquilidade para o turista de modestos recursos” (*MET.*, II, XIX). O próprio Lúcio, protagonista da novela, ao ser perguntado sobre a sua opinião acerca

da cidade de Hipata, à qual estava hospedado, responde com as seguintes palavras: “eu acho que eu nunca tinha sido tão livre em lugar algum do mundo como aqui” (*MET.*, II, XIX).

As *civitates* são apresentadas nas *Metamorphoses* como um recanto seguro e reconfortante, um ambiente próspero – morada de personagens ricas, como Birrena, Milão e Tlepolemo – e abundante em víveres. Numa passagem, em que Lúcio ainda na forma de asno acompanha um grupo de camponeses que vagavam pela *hinterland* à procura de uma cidade na qual pudessem viver, o autor de nossa fonte nos diz:

Nós [...] fugimos deste abominável lugar de paragem e deixamos o vilarejo na profundidade da manhã, e viajamos novamente. Tendo caminhado todo o dia através de uma planície, nós agora chegamos exaustos a uma grande e famosa cidade. Os pastores decidiram estabelecer seu lar e permanente residência aqui, pois parecia que ofereceria um seguro esconderijo [...], e porque eles estariam atraídos pela rica abundância da farta comida (*MET.*, VIII, XXIII).¹²⁵

Em oposição a este mundo citadino, a descrição apuleiana da *hinterland* imperial ressalta uma localidade perigosa e obscura, onde “a montanha era selvagem, sombria com a folhagem da floresta, e extremamente alta. Com precipícios oblíquos [...] inacessíveis [...] e vales alagadiços, sumamente profundos, rodeando-o por toda a parte de amontoados espinhos” (*MET.*, IV, VI). Este caráter hostil associado à representação do interior do *orbis romanorum* é corroborado por outro excerto que deixa bastante claro os percalços que se esperava enfrentar ao adentrar tal região: “como eu estava andando através de um desolado e pantanoso vale, eu fui atacado por monstruosos bandidos, que tudo me tomaram” (*MET.*, I, VII).

¹²⁵ Tais observações, atreladas ao mundo citadino, são corroboradas pelo fato de que a própria transformação de Lúcio novamente em homem ocorrera no momento em que ele deixara de errar pelo interior e chegara à cidade de Cencreia, episódio que nos indica uma representação da *civitas* como o único local propício à salvação e à recuperação do protagonista da obra (*MET.*, X, XXV).

Estas localidades externas às cidades são caracterizadas por Apuleio como regiões infestadas de bandidos e de animais selvagens, “onde jazem partes de corpos humanos comidos, e toda a área brilha com o branco dos ossos retirados de suas carnes” (*MET.*, VIII, XV). Tal percepção belicosa acerca do interior do *orbis romanorum* pode ser confirmada a partir da narrativa das *Metamorphoses* (VIII, XV) em que os habitantes de um vilarejo tentam persuadir alguns viajantes a não continuarem a jornada pelo interior inóspito, porque “diziam-nos que todo o campo era infestado com bandos de grandes lobos com [...] enormes corpos, acostumados a pilhar à vontade com extrema violência e selvageria”. Aqui, além do reforço da caracterização da *hinterland* como um local perigoso e hostil, vemos a associação entre *latrones* e bestas selvagens – prática muito recorrente no texto de Apuleio – em excertos que demonstram que os lobos “pilham”, “atacam” e “espreitam ao longo das estradas [...] como bandidos” (*MET.*, VIII, XV).

Podemos relacionar as diversas tentativas de Apuleio de associar as representações dos bandos de salteadores às de animais selvagens com as considerações teóricas de Celso Pereira de Sá (1995) no tocante à ancoragem social. Para este autor, o conceito se caracteriza como o processo de enraizamento social da representação, fenômeno a partir do qual um objeto se torna inteligível, ganha um determinado sentido e uma valorização específica. No caso dos bandidos apresentados nas *Metamorphoses*, ancora-se uma representação animalesca, ligando-os a signos que os associam a feras selvagens. Grosso modo, os *latrones* são assimilados, pelo processo de ancoragem social, a bestas que vivem em covis e cavernas numa *hinterland* hostil e belicosa.

A *hinterland* concebida por Apuleio, ademais, era uma região propícia a um modo de vida nômade. Os *latrones* são descritos em nossa fonte como indivíduos em constante movimento, como bandos de homens armados e errantes vagando por um interior inóspito no

intuito de assaltarem e pilharem cidades e viajantes nas estradas.¹²⁶ Se relacionarmos esta característica bastante visível dos bandidos apuleianos às conclusões de François Hartog (1999) em seu livro *O espelho de Heródoto*, poderíamos inferir que a representação da *hinterland* imperial como um local habitado por nômades é em si um signo fortemente estigmatizador. De acordo com Hartog, Heródoto iniciou, no Mundo Antigo, uma bem sucedida associação entre o nomadismo e a barbárie, sendo o nômade a antítese do grego, pois não vivia em cidades, não cultivava a terra e muito menos as letras e as artes. Na esteira de tal fenômeno, o nomadismo se tornou um tema bastante recorrente na literatura antiga, tendo, quase sempre, uma representação contrária aos valores da civilização greco-romana. Podemos postular, mediante isto, que Apuleio, ao associar os bandos de salteadores e a *hinterland* norte-africana ao nomadismo, possa ter sido influenciado por tal tradição literária, posto que encontramos em sua novela uma clara oposição entre um mundo citadino sedentário e civilizado e um interior nômade e bárbaro.

Diferentemente das *civitates*, que são caracterizadas como locais de “relativa segurança”, abundância e riqueza, a *hinterland* imperial é descrita nas *Metamorphoses* como uma região erma, selvagem e belicosa, fato que acreditamos ser fundamental para entendermos a própria dicotomia verificada no norte da África entre duas localidades bem distintas: a das cidades romanas e/ou romanizadas e a do seu vasto interior.¹²⁷ Podemos, a partir das imagens literárias construídas por Apuleio em relação às cidades e à sua *hinterland*

¹²⁶ É partindo destas considerações acerca do nomadismo dos bandos de salteadores que este trabalho postula uma aproximação potencial entre os *latrones* e os membros das tribos semi-nômades norte-africanas. Ambos podem ser descritos como errantes, habitantes de uma vasta *hinterland* e possíveis focos de insegurança à ordem pública citadina. Mediante tais elementos, podemos entender as tribos autóctones norte-africanas como compostas por indivíduos que potencialmente engrossariam as levadas de bandidos existentes na *hinterland* norte-africana no II século. Para uma melhor compreensão acerca deste assunto, ver em nossa dissertação a seção intitulada *Civitates e hinterland no norte da África romano*, páginas 68-85.

¹²⁷ Utilizamos o termo “relativa segurança” pelo fato de que mesmo no interior das *civitates* os cidadãos não poderiam estar suficientemente seguros em relação a possíveis ataques de bandidos. Contudo, se pensarmos nos perigos enfrentados por aqueles que se aventuravam na *hinterland* imperial e se levarmos em conta que na região intramuros das *civitates* havia forças de patrulhamento e de vigilância sempre presentes, podemos afirmar que as cidades eram sim locais de segurança no período imperial romano.

circunvizinha, verificar a validade de nossas conclusões acerca das províncias romanas norte-africanas no II século, quer dizer, a de que existia uma relação de conflito e de oposição entre uma próspera e opulenta vida cidadina, representada, em grande medida, por uma aristocracia municipal enriquecida com o advento do Império, e um interior avesso aos valores romanos, pauperizado, nômade e que, não raras vezes, emergia no cotidiano das *civitates* na forma de um banditismo hostil à ordem pública imperial.

Um elemento a mais que reforça a representação estigmatizante em relação à figura dos *latrones* é o sentimento de medo que verificamos em várias passagens das *Metamorphoses*. Nas narrativas da novela, há uma constante sensação de perigo, como se a qualquer momento ou lugar pudessem ocorrer ataques de bandos de salteadores. Tal representação dos bandidos se associa à própria concepção romana acerca do banditismo como um *commune damnum*, isto é, o equivalente a acidentes ordinários que cotidianamente poderiam tomar de surpresa os habitantes das cidades, independentemente do *status* e da riqueza das vítimas.

Exemplos disso podem ser tomados a partir de dois excertos das *Metamorphoses* (IV, XII; IV, XVIII), nos quais os cidadãos são surpreendidos com ataques súbitos de *latrones* às suas residências. Em um deles, vemos a casa de uma humilde idosa ser assaltada à noite e de forma intempestiva por um bando de salteadores: “[o bandido] arrombou a cabana de uma velha mulher, que estava adormecida, e foi para os quartos do andar de cima. Ainda que [...] devesse estrangulá-la, sufocando-lhe a garganta, [...] escolheu primeiro atirar os bens da velha [...] através de uma bastante ampla janela, item por item – para nós pegarmos, é claro”. Em outra narrativa, Apuleio descreve o repentino ataque de bandidos à *domus* de um indivíduo pertencente à aristocracia municipal: “entramos prontamente e, introduzidos no interior da casa, mostrou-nos uma câmara onde [...] se encerrava grande quantidade de prata. À qual,

sendo rapidamente arrombada pela força reunida de nossa gente, mandei que [...] carregasse quanto pudesse de ouro e prata”.

Por intermédio das *Metamorphoses* podemos alcançar as preocupações que a ação virulenta dos *latrones* gerava no ambiente citadino. As personagens de nossa fonte são quase sempre enfáticas em relação ao medo representado por possíveis ataques de bandos de salteadores às *civitates*. Já no primeiro livro da obra, Milão faz a seguinte consideração para Lúcio: “sente-se aqui junto a mim [...]. O medo dos bandidos impede-nos de adquirir cadeiras ou móveis suficientes” (*MET.*, I, XXIII). Em outra passagem, quando a casa de Milão é acometida por *latrones*, Apuleio nos diz: “ele ouviu o estrondoso barulho das portas sendo arrombadas, junto com os choros e os gritos de ‘Ladrões! Ladrões! Com isto, ele fugiu de terror” (*MET.*, III, XXVII). Podemos citar também o episódio em que um grupo de camponeses que migravam através da *hinterland* é confundido com um bando de salteadores ao atravessar um pequeno vilarejo. A narrativa expressa o pânico sentido pelas pessoas com a aproximação de possíveis *latrones*:

Os trabalhadores da propriedade que nós passávamos, supondo por nosso número que éramos um bando de bandidos, preocupados acerca de suas posses e extremamente amedrontados, põem os cachorros sobre nós. Estes eram insanos, enormes criaturas, mais ferozes do que qualquer lobo ou urso, que eles tinham treinado para tal obrigação. [...] Então, um deles grita sob o topo de um cipreste: [...] nós estamos tentando proteger nós mesmos (*MET.*, VIII, XVII).

Vemos, a partir dos excertos apresentados acima, que os *latrones* são descritos como indivíduos soturnos, violentos e bárbaros, habitantes da *hinterland* imperial que poderiam a qualquer momento interromper a normalidade cotidiana da vida citadina. Essa representação dos *latrones* como um foco de perigo e de pavor para os residentes das *civitates* pode ser interpretada como um signo a mais de reforço na estigmatização da figura do bandido nas *Metamorphoses* de Apuleio, além de ser um importante elemento a corroborar a nossa

apreensão de uma dualidade *hinterland*/cidade no norte da África romano, pois nos apresenta uma realidade de conflito e de hostilidade entre o mundo das *civitates* e o do interior circunvinho.

Humanitas x ferocitas

Passemos agora a discutir uma das mais importantes dicotomias presentes em nossa fonte, isto é, aquela que coloca em lados contrários as representações atribuídas aos *latrones* e as construídas em relação aos membros das aristocracias municipais norte-africanas. Em nosso trabalho, empreendemos tal tarefa por intermédio da apreciação de dois momentos distintos presentes na narrativa das *Metamorphoses*: a que descreve a nobreza, a altivez e a cultura de Lúcio em contraposição à selvageria e à violência dos bandos de salteadores; e a que compara diretamente um rico e bem nascido cidadão, Tlepolemo, a um grupo de bandidos escondidos na *hinterland* imperial. Tais relações são importantíssimas, já que é por meio delas que temos condições de averiguar de modo mais efetivo uma das premissas centrais de nossa pesquisa, a de que é por intermédio da alteridade e da diferenciação entre as representações das elites citadinas e a dos *latrones* que podemos constatar um processo de constituição de uma identidade normalizada em relação aos indivíduos pertencentes às ordens superiores das *civitates* romanas e/ou romanizadas do norte da África no II século.

Entendemos que toda e qualquer identidade é sempre relacional, histórica e construída. As identidades, *grosso modo*, só existem umas em relação às outras, quer dizer, é sempre por intermédio da diferenciação do “eu” frente ao “outro” que podemos conceber a constituição de nossas identidades. Elas não são entidades estáveis, dadas *a priori* e para todo o sempre, são construídas no jogo das relações sociais e no interior das chamadas lutas de representação,

sendo historicamente determinadas de acordo com as diferentes conjunturas sociais e históricas existentes (SILVA, 2004; 2009). Além disso, todo ato de diferenciar – essencial na formulação das identidades – é eivado de valor, recebendo sempre um dos lados um significado positivo e o outro um negativo. Tendo tais pressupostos em mente, podemos concluir, a partir do discurso de Apuleio em suas *Metamorphoses*, pela existência de um fenômeno de constituição de uma identidade dita superior, excelsa e nobre por parte das elites cidadinas norte-africanas em contraposição – ou melhor, em alteridade – a um processo de estigmatização da figura do bandido, entendido como um indivíduo selvagem, bárbaro e *outsider* aos valores da paideia, da *humanitas* e da *urbanitas* romanas.

Lúcio, o protagonista de nossa fonte, é descrito por Apuleio como um homem proveniente das elites cidadinas, alguém que descendia de uma *generosa stirpe proditum*, denominação que poderíamos traduzir como “nascido de excelente estirpe” (*MET.*, I, XXIII). Ele é caracterizado como possuidor da *dignitas* e *clarissimas*, isto é, da dignidade de pertencer às ordens superiores da sociedade romana, tanto que a “alta posição de sua famosa família enche toda a província” (*MET.*, II, III; III, IX). Tal personagem provinha de “uma pura e virtuosa mãe” e ostentava uma “inerente nobreza de [...] nascimento”, “sublime caráter” e “fina fortuna” (*MET.*, II, II; III, XV; II, XVIII).

Lúcio é representado por Apuleio como um indivíduo de uma cultura requintada, como “um sujeito culto, [...] como suas roupas e maneiras apresentam”, e que havia herdado um “bem educado comportamento” (*MET.*, I, XX; II, II), características que nos fazem associá-lo à paideia greco-romana compartilhada pelas elites cidadinas imperiais. Outro elemento que demonstraria uma representação altiva e excelsa em relação ao protagonista das *Metamorphoses* (II, II) é a sua descrição física, já que ele era um homem “alto [...], magro [...] com vitalidade, rosado, [com] atentos olhos azul claros com um olhar brilhante como de uma águia [e] uma face totalmente bela”.

Todos os indícios elencados acima nos demonstram a filiação de Lúcio a um grupo específico da sociedade romana do Principado, associam-no à ordem dos decuriões municipais, ao estrato social mais elevado das *civitates* locais. O próprio autor de nossa obra pertencia a este estrato social no norte da África, o que nos faz interpretar que tal representação altiva, culta e nobre do protagonista de sua novela tenha sido intencional e contribua para enaltecer os valores e os hábitos do *ordo decurionum*. Este enobrecimento da figura de Lúcio, se observada numa dinâmica relacional, ou seja, por intermédio de sua diferenciação frente à representação estigmatizada dos bandos de salteadores, é de suma importância para a percepção do próprio processo de constituição identitária das elites cidadinas norte-africanas no II século.

Indo em direção contrária a esta representação das aristocracias municipais, a dos bandidos é associada a ações violentas, assassinas e bárbaras, sendo a caracterização dessas personagens relacionada à selvageria. As descrições de Apuleio em relação aos bandos de salteadores estão quase sempre ligadas a símbolos que denotam belicosidade, já que eles são vistos como “sanguinários”, “extremamente ferozes” e “absolutamente bárbaros e desumanos”, sendo “nutridos com sangue humano” (*MET.*, II, XXXII; III, V; VII, V). Outra característica bastante proeminente dos *latrones* apuleianos é a sua apresentação como seres soturnos, que atacam as *civitates* na escuridão “do tempo da noite sem luar”, que “saúdam com um sorriso maligno” as suas vítimas e que se disfarçam de “espíritos da noite” como forma de amedrontar os viajantes nas estradas da *hinterland* imperial (*MET.*, IV, XVIII; IV, XXII; VI, XXIX).¹²⁸

Nas *Metamorphoses* os bandos de salteadores são vistos comumente em atos de extrema violência, pilhando *civitates*, atacando andarilhos nas estradas e assaltando

¹²⁸ Apuleio utiliza o termo latino *lemures* para designar os bandidos como “espíritos da noite”, termo que também pode ser traduzido por “fantasma”.

residências de ricos cidadãos. A nossa fonte é bastante rica em passagens que demonstram tais cenas, como aquela ocorrida na casa de Milão, anfitrião de Lúcio em sua estadia na cidade de Hipata:

Imediatamente, as portas foram forçadas e abertas, e uma tropa de bandidos invade todos os lugares, um bando armado ocupava todas as partes da casa, e alguns dos saqueadores obstruem a ajuda que vêm de todas as direções. Todos armados com espadas e tochas, iluminam a noite com o fogo e o relampejar do aço, como o nascer do sol. Eles atacaram com grandes machados um depósito no centro da casa, fechado e trancado com muitos pesados ferrolhos, completamente cheio com os tesouros de Milão. Sendo o mesmo inteiramente aberto, tiraram todas as riquezas e, rapidamente liados os fardos, os dividiram entre si. Mas o número das cargas excedia o das bestas de carroto. Então, reduzidos a nímio embaraço pela nimiedade da riqueza, tiraram da cavalaria a nós, os dois burros e o meu cavalo, e nos carregaram com as mais pesadas cargas que puderam (*MET.*, III, XXVII).

Em outro excerto, eles sequestram a jovem Cárites com uma similar dose de brutalidade:

Então, subitamente, um bando de gladiadores irrompe, violentos com o olhar da guerra, brandindo suas lâminas nuas e hostis. Sem lançarem mão ao assassinato ou à rapina, arremetem de tropel no nosso quarto num pelotão cerrado e denso. E, sem alguma resistência de nenhum dos nossos criados, sem fazerem nem a menor oposição, arrancam-me, miserável e desmaiada do cruel medo, direto dos trêmulos braços de minha mãe (*MET.*, IV, XXVI).

Suas ações são quase sempre permeadas de atos sanguinários e assassínios, fato que podemos exemplificar com a seguinte descrição de um ataque de *latrones* à *domus* de um indivíduo pertencente à aristocracia municipal:

Vamos usar toda nossa máscula coragem e vigorosa força para atacá-los enquanto eles estão dormindo. Toda hesitação, toda covardia saiam de seus corações. Vamos assassinar com nossa espada e caçá-los através de toda a casa. Massacremos aqueles que jazem adormecidos e derrubemos aqueles que tentarem resistir. Nós somente sairemos vivos se não deixarmos ninguém vivo na casa (*MET.*, III, V).

Observando as descrições dos bandidos citadas acima, podemos corroborar as nossas premissas acerca de um processo de estigmatização posto em prática por Apuleio nas *Metamorphoses*. Concordamos com Irving Goffman (1988) acerca da conceituação do estigma como uma discrepância entre uma identidade social virtual – aquela que as expectativas normativas estipulam e esperam dos indivíduos – e uma identidade social real – aquilo que as pessoas efetivamente são. Em resumo, o que Goffman nos diz é que aqueles que não conseguem satisfazer as exigências sociais que determinam o que é ser “normal”, são marcados com um estigma, quer dizer, portam uma marca que os caracterizam como possuidores de uma identidade decaída, diminuída e anormal. A depreciação dos bandidos pode ser vista nos episódios marcados por assassinatos, raptos e pilhagens, que demonstram uma valorização negativa atribuída a tais indivíduos frente às expectativas normativas de um modo de vida urbano e civilizado – diga-se romano – das elites cidadinas norte-africanas.

Esta diferenciação das representações atribuídas às aristocracias municipais e aos bandidos pode ser igualmente verificada em outra passagem das *Metamorphoses* de suma importância para os objetivos de nossa pesquisa: a que contrapõe diretamente um rico cidadão e um bando de salteadores. A narrativa se relaciona ao sequestro da virgem Cárites e da tentativa bem sucedida de seu noivo, Tlepolemo, de resgatá-la das mãos dos bandidos. Este episódio é relevante porque nele observamos *in loco* o modo como Apuleio representa um indivíduo pertencente à elite cidadina como superior – mais forte, mais jovem, mais inteligente – a um grupo de *latrones* errantes, fato que deixa à mostra a sua intencionalidade de constituição de uma identidade normativa em relação às aristocracias municipais.

A intencionalidade de nosso autor no tocante à constituição identitária das elites cidadinas pode também ser afirmada pelo fato de que a narrativa do resgate de Cárites ser um episódio original da novela latina elaborada por Apuleio. As *Metamorphoses*, como nos informam Ruth Guimarães ([19--]), J. Arthur Hanson (1989) e P. G. Walsh (1995) são

inspiradas em um livro de origem grega, *Loukios e onos* (Lúcio ou o asno), cuja autoria remonta a Luciano de Samósata, que, por sua vez, acredita-se ser uma condensação de outra obra helênica, pertencente a Lúcio de Patras.¹²⁹ Estes dois textos serviram de molde para a composição apuleiana, sendo, em certo sentido, as *Metamorphoses* uma “cópia” destes dois livros mais antigos. Contudo, se seguirmos o raciocínio de Walsh (1995), verificaremos certas passagens nas *Metamorphoses* que foram diretamente adicionadas e/ou desenvolvidas por Apuleio, fato que lhes dão um toque idiossincrásico. Esse é o caso da narrativa envolvendo Tlepolemo e os *latrones*, que foi originalmente incluída nas *Metamorphoses* por Apuleio.¹³⁰

O episódio do resgate da virgem Cárites das mãos dos *latrones* inicia-se com uma breve e bastante sugestiva descrição de seu noivo Tlepolemo. Ele nos é apresentado como um “belo homem jovem, primeiro entre seus pares, que a cidade unanimemente elegeu seu filho comum” (*MET.*, IV, XXVI), representação que o aproximava de uma filiação às ordens superiores da *civitas* em que residia e que o associava aos valores da *urbanitas*. Sua superioridade e nobreza são reforçadas, além disso, por sua própria descrição física, que o caracteriza com alguns signos considerados elementos distintivos de uma aristocracia municipal, tais como força, beleza e juventude: “ele era um sujeito [...] alto em estatura, jovem em idade, gigante em constituição e com braços fortes” (*MET.*, VII, IV).

Após esta caracterização inicial de Tlepolemo como um homem pertencente à aristocracia cidadina, Apuleio começa a elaborar uma comparação entre esta personagem e os membros do bando de salteadores. Essa parte é, para nós, importantíssima porque nos permite observar diretamente a alteridade conferida aos *latrones*. Neste episódio, podemos ver

¹²⁹ Sobre Lúcio de Patras nada se sabe à respeito de sua vida e obra, apenas que teria escrito uma obra que serviria de suporte ao *Loukios e onos* de Luciano de Samósata. Acerca deste último, sabe-se que nasceu em 125 d.C., na cidade de Samósata, província romana da Síria, e morreu pouco depois de 181, talvez em Alexandria, no Egito. De certo, pouca coisa se sabe a respeito de sua vida, mas o apogeu de sua atividade literária transcorreu entre 161 e 180, durante o reinado do Imperador Marco Aurélio.

¹³⁰ Para um sumário das diversas passagens em *Metamorphoses* que diferem de seu original grego composto por Luciano de Samósata, ver o quadro analítico elaborado por Walsh (1995).

Apuleio empregando as oposições binárias para representar os dois lados da dicotomia: bandidos/elites cidadinas.

A representação de Tlepolemo como superior aos bandidos é demonstrada logo nas primeiras narrativas relacionadas ao episódio. Disfarçado de bandido no intuito de resgatar sua noiva, ele é apresentado aos demais *latrones* como “um enorme jovem [...] que dificilmente se poderia comparar com algum dos [bandidos] presentes. Ademais, pela solidez geral de seu corpo, ele sobrepujava todos com toda a cabeça, e apenas o buço começava a serpear-lhe o queixo” (*MET.*, VII, V). Aqui, encontramos uma descrição física que exalta a superioridade de um membro da aristocracia municipal em força e em altura aos bandidos, mesmo sendo o rapaz ainda bastante jovem e quase imberbe. Tais elementos nos demonstram a diferenciação que o autor de nossa fonte faz entre *latrones* e elites cidadinas, denotando os primeiros como inferiores fisicamente a um nobre e bem nascido cidadão.

Em outra passagem, Apuleio expõe a diferença de comportamento de um indivíduo pertencente às ordens superiores das *civitates* frente a incultos *latrones*. A narrativa se passa no momento em que Tlepolemo embebeda os bandidos com o propósito de resgatar a sua noiva, sendo apresentada da seguinte forma por nosso autor: “enquanto ele [Tlepolemo] bebe com sobriedade [...] os ladrões já se acham sufocados e engolfados em crápula e vinolência”. Neste sentido, há uma oposição clara entre duas representações: a virtude de ser sóbrio do noivo de Cárites e o malefício de se encontrar embriagado de vinho levado a cabo pelo bando de salteadores (*MET.*, VII, XII). Verificamos, por fim, uma oposição similar entre *latrones*/elites cidadinas no excerto que nos diz: “a garota [Cárites] ficou livre da hostil lança dos bandidos devido à esperteza e à bravura de seu noivo” (*MET.*, VIII, II). Esta afirmação nos leva a interpretar a ocorrência de uma dicotomia entre a violência e a belicosidade dos bandidos e a sagacidade e a coragem de um membro da aristocracia municipal.

Acreditamos, mediante os dados analisados acima, que é verossímil entendermos o par dicotômico Tlepolemo/bandidos como um forte elemento de diferenciação. Assim como no caso da oposição binária Lúcio/*latrones*, podemos observar a ocorrência de uma valorização distinta entre a representação do noivo da virgem Cárites e a dos membros do bando de salteadores. De um lado, a exaltação da nobreza, da força e da juventude de Tlepolemo enquanto um indivíduo pertencente à aristocracia municipal das *civitates* romanas e/ou romanizadas. De outro, a estigmatização dos bandidos com termos pejorativos que denotavam selvageria, violência e hostilidade, signos cuja valorização negativa frente à normalidade dos valores e dos hábitos das ordens superiores das cidades serviam como um forte componente de alteridade e de reforço da própria constituição de uma identidade superior e excelsa das elites cidadinas norte-africanas no II século.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual a razão de se estudar as identidades no Mundo Antigo? Qual a relevância de um trabalho que busque observar a constituição das identidades de ricos cidadãos em contraposição à estigmatização dos bandidos no Alto Império romano? Por que nos aproximamos de tal problemática? As respostas a estas perguntas têm que ser buscadas no presente, e ligam-se ao contexto histórico em que vivemos.

A história, como há décadas nos ensinou Marc Bloch (2002), problematiza o passado com os olhos do presente e o presente a partir do passado. Nós não podemos negar a nossa relação com o mundo a que pertencemos. Os historiadores estão fadados a recompor uma realidade distante. E como faríamos essa recomposição senão por intermédio do presente? É por reverberação de sua relação com o presente, que nós podemos reconhecer ou imaginar aquilo de que falamos. A metáfora histórica nasce da associação entre imagens do presente e representações do passado (CHAUVEAU; TÉTART, 1999).

Diante disto, não nos pode causar surpresa o fato do conceito de identidade ter assumido um estatuto tão privilegiado nos meios acadêmicos. A problemática das identidades que ora se coloca condiciona o nosso olhar acerca da realidade, tanto a do presente quanto a do passado mais longínquo. Nossa pesquisa, mesmo se relacionando ao estudo da Antiguidade, é tributária destes questionamentos acerca das identidades, que nos influenciaram na escolha de nosso tema e na sistematização de nossa hipótese de pesquisa.

De fato, nos dias de hoje parece bastante evidente que nos encontramos imersos numa crise de identidade, num período em que os antigos marcos identitários perdem cada vez mais a sua força. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto

tempo foram consideradas naturais e fixas, estão em declínio, desestruturando as velhas certezas que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2006).

Para muitos autores (BAUMAN, 2005; HALL, 2006; WOODWARD, 2000), a mencionada crise de identidade é um dos resultados mais visíveis da chamada globalização, de um contexto de transformações globais que desestruturaram as tradicionais divisões sexuais do trabalho, as sólidas estruturas dos Estados-nações e as antigas certezas étnicas e históricas há muito enraizadas nas diferentes sociedades. Em resumo, esses novos tempos abalaram as filiações tradicionais dos indivíduos, que viam na classe, na religião, na família e na nacionalidade espaços seguros de identificação.

Vivemos num período marcado por encontros culturais cada vez mais frequentes e intensos. Talvez uma das características mais distintivas da denominada pós-modernidade seja o multiculturalismo, fruto de um contexto associado à crise do sistema colonial europeu, à irrupção dos movimentos de independência nacional próprios do Pós-guerra e à superação definitiva da Guerra Fria a partir da segunda metade da década de 1980, com o esfacelamento da União Soviética e o ressurgir dos problemas étnicos e culturais nos territórios do Leste Europeu (SILVA, 2004).¹³¹

Este multiculturalismo, que traz a reboque aquilo que Peter Burke (2003) conceitua de *hibridismo cultural*, transforma as paisagens culturais de diversos países, principalmente na Europa e nos Estados Unidos.¹³² Intimamente relacionado à diáspora global de migrantes rumo ao chamado mundo desenvolvido, este fenômeno provoca consequências profundas nos tradicionais processos de identificação. Franceses negros, ingleses muçulmanos,

¹³¹ Conceituamos pós-modernidade a partir das considerações teóricas do sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2005), que a denomina também como “modernidade líquida”. Para ele, este período histórico, iniciado dos anos 1970 em diante, se caracterizaria como uma época de desestruturação do racionalismo novecentista, das grandes narrativas sociológicas e dos marcos identitários tradicionais, como classe, família e nação. Acerca deste período, ver Anderson (1999).

¹³² Para Burke (2003), o termo hibridismo cultural remete-nos a um fenômeno atual de encontros e misturas culturais, em que novas formulações culturais (híbridas, mestiças) são constituídas.

estadunidenses hispano-americanos são os exemplos mais comuns da mestiçagem cultural dos tempos pós-modernos e das novas configurações identitárias verificadas a partir das décadas finais do século XX.

Neste contexto de misturas e de transformações, torna-se cada vez mais difícil fixar uma identidade. Até mesmo as características biológicas, tidas como naturais e imutáveis, são relativizadas. Gays, lésbicas, travestis e transexuais representam muito bem esses novos tempos em que a tradicional divisão de gênero – homens e mulheres – tem que ser revista. Coloca-se à vista o caráter artificial da identidade, sua condição de *constructo*.

A pós-modernidade produz um sujeito caracterizado como não tendo uma identidade permanente. As identidades deste período histórico tornam-se uma celebração móvel, diversificadas em diferentes momentos e espaços da vida cotidiana, não mais centradas em relação a um eu coerente e fixo. A identidade plenamente unificada, completa e segura torna-se uma fantasia. Agora o que existe é a diversidade, a mudança rápida e frenética de uma identidade efêmera (BAUMAN, 2005).

Tal transitoriedade das identidades, contudo, traz-nos uma série de problemas. Não podemos ficar infinitamente à deriva, experimentando identidades múltiplas e diversas sem nos fixarmos em um determinado ponto. Dificilmente as efêmeras e frágeis identidades pós-modernas – muitas delas virtuais e eletronicamente mediadas – poderão ser um substituto válido das formas tradicionais de identificação, que nos davam aquele reconfortante sentimento de pertencimento a uma pátria, a uma família, a uma classe ou a uma nação.

Observa-se, concomitantemente a esse processo centrífugo de criação de um indivíduo sem pátria, sem história, um viajante de lugar algum em busca de uma identidade fluída, um movimento inverso de fortalecimento de identidades étnicas, culturais e religiosas. É nesse contexto que se vê o florescimento dos nacionalismos no leste europeu, o fortalecimento dos

grupos nazi-fascistas e a disseminação dos fundamentalismos religiosos, destacadamente dos adeptos do islamismo nos países árabes.

Na verdade, o que se vislumbra é uma fuga das incertezas identitárias pós-modernas, uma negação de um mundo que nos parece cada vez mais fugaz e instável. Busca-se reinventar as tradições a fim de resguardar o espaço da ordem em face da desordem, fornecer às coletividades uma diretriz para o presente e um projeto de futuro. Em outras palavras, é necessário fundar novas identidades, posto que é a partir delas que produzimos não tanto o que somos, mas a miragem daquilo que desejamos nos tornar (SILVA, 2004).

Configura-se, portanto, toda uma problemática em torno da fixação das identidades. Vivemos uma época de incertezas, de constituição de novos marcos identitários. Presenciamos um momento de reorganização das percepções do eu e do outro, e, desse modo, das próprias identidades, tão dependentes dos processos de diferenciação. Partindo de tais constatações, assumimos a dimensão de *constructo* inerente a todas as identidades, enquanto identidades relacionais, sociais e históricas, construídas pela própria interação dos atores e/ou grupos sociais.

Em nossa pesquisa procuramos seguir esta problemática. Nosso trabalho, mesmo se remetendo à Antiguidade, tem relação direta com estas questões atuais. Daí a nossa filiação à Nova História Cultural e a determinados conceitos, tais como representação, identidade, alteridade e estigmatização. Interessou-nos, nesta dissertação, compreender o modo como Apuleio construiu em sua obra a imagem do bandido, se ele os estigmatiza e por quê. Em suma, detemo-nos na questão da construção de uma identidade social estigmatizada em relação ao outro, ao anormal, ao diferente, observando, por meio de tal fenômeno, a constituição de uma identidade normativa por parte da elite municipal norte-africana, grupo ao qual pertencia o autor de nossa documentação primária.

Tal perspectiva, entretanto, não esgota as inúmeras possibilidades de uma pesquisa relacionada às elites citadinas e às cidades romanas e/ou romanizadas no norte da África. Olhar para o mundo das *civitates* no II século sob a ótica das *Metamorphoses* de Apuleio é ver uma realidade bastante rica e complexa, perpassada por uma gama de personagens de diferentes matizes e características, tais como escravos, libertos, ricos cidadãos, prostitutas, feiticeiras, camponeses, soldados, comerciantes e bandidos.

Nas *Metamorphoses*, vemos em detalhes o dia a dia das feiras, dos teatros, dos jogos, dos cultos públicos, dos tribunais e dos banquetes, isto é, somos apresentados ao mundo cotidiano das *civitates* norte-africanas.¹³³ Esta peculiaridade de nossa fonte oferece-nos um viés riquíssimo de possibilidades de trabalho. Aprofundar-se acerca da vida corriqueira das *civitates* romanas e/ou romanizadas é um tema de estudo bastante profícuo e ainda pouco esmiuçado nas pesquisas acadêmicas contemporâneas.

Fazer uma História tão próxima dos indivíduos, tão relacionada ao acontecimento, numa escala de trabalho tão micro, é uma tarefa árdua e difícil. Trabalhos de Micro-história do porte de um *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg, ou de um *O retorno de Martin Guerre*, de Natalie Zemon Davis, são luxos a que os historiadores da Antiguidade não podem se dar. Nossas fontes simplesmente não nos permitem tal profundidade, nossa documentação é escassa, pouco elucidativa e com muitas lacunas acerca desta dimensão cotidiana do Mundo Antigo.

Mesmo resignados com tal impossibilidade, nós não podemos ignorar esta dimensão microscópica das sociedades antigas, ela é importantíssima para uma compreensão mais profunda acerca deste mundo tão distante e tão diferente do nosso. Podemos, mesmo que

¹³³ Podemos, resumidamente, conceituar cotidiano a partir das apreensões teóricas de Michel Maffesoli (2003) como tudo aquilo que está presente na vivência do dia a dia do ser humano.

parcialmente, vislumbrar certas miragens desse dia a dia, apreender algumas imagens cotidianas que nos possibilitem nos aproximar de tal realidade.

Acreditamos que alguns textos de Apuleio permitam a execução de tal tarefa. As *Metamorphoses*, e mais, *Apologia* e *Florida*, são obras que narram episódios da vida diária de cidadãos romanos provinciais. Nelas vemos uma gama vastíssima de personagens e de fatos cotidianos às *civitates* norte-africanas no II século. A primeira a partir de uma novela, de uma ficção fantástica, mas esclarecedora dos costumes e dos relacionamentos sociais inerentes às *civitates*. A segunda, por intermédio do julgamento e da absolvição de Apuleio da acusação de magia, permite-nos observar os conflitos e as alianças de um grande número de indivíduos pertencentes à aristocracia municipal da cidade de Oea, no norte da África romano. A terceira, que compreende uma coleção de orações do autor madaurense proferidas em público na cidade de Cartago, apresenta-nos o relato de acontecimentos cotidianos ocorridos naquela *civitas*.

Tendo em vista a peculiaridade destas três obras de Apuleio, é mister um aprofundamento das perspectivas futuras de estudo em questões que se aproximem do cotidiano das *civitates* norte-africanas. Cremos que seguir tal rumo de trabalho possibilitará observar em detalhes os modos como se davam os contatos, os conflitos, as alianças e as negociações entre as diversas ordens sociais residentes neste espaço intramuros das cidades romanas e/ou romanizadas locais, permitindo a realização de uma micro-análise que, por meio de uma lógica foucaultiana, demonstre o jogo das relações capilares de poder.

Esta perspectiva, ademais, traria o benefício adicional de desvendar uma realidade cidadina provincial, focalizaria o nosso olhar para as margens e as franjas da sociedade romana imperial de meados do II século. O norte da África se caracterizava como uma região periférica no Império Romano, como um lugar de fronteira entre a *romanitas* e as diversas

culturas locais, principalmente a berbere e a púnica. Há nos domínios norte-africanos de Roma todo um quê de mestiçagem e de hibridismo que não se pode passar despercebido.

E como se dava esse multiculturalismo no interior das cidades norte-africanas? Qual a relação entre estas diferentes culturas? O conceito de romanização é suficiente para dar conta de tamanha complexidade? Como os valores da *paideia* e da *humanitas* romanas eram negociados – cumpridos, negados e resignificados – no dia a dia dos cidadãos? Cremos que um estudo que compreenda o cotidiano destas *civitates* a partir das *Metamorphoses*, de *Apologia* e de *Florida* possa fornecer os subsídios fundamentais para uma resposta verossímil a tais perguntas.

Por último, e não menos importante, por intermédio de um estudo relacionado a esta trilogia apuleiana, finalmente traremos à tona um trabalho mais pormenorizado em relação a um autor muito pouco estudado no metiê acadêmico brasileiro. Fora algumas monografias de conclusão de curso, alguns artigos publicados em revistas especializadas e outras poucas dissertações – como esta que ora se encerra –, Apuleio de Madaura ainda é pouquíssimo explorado em nosso país, a despeito do fato de ser um dos autores antigos mais lidos, conhecidos e estudados em outras partes do mundo. A produção de teses acerca de suas obras é urgente e contribuiria decisivamente para o avanço da pesquisa em História Antiga no Brasil.

REFERÊNCIAS

Documentação primária impressa

AGOSTINHO. *A cidade de Deus*. Tradução de Oscar Paes Lemes. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

APULEIUS. *Metamorphoses*: books I-VI. Translated and introduction by J. Arthur Hanson. London: Loeb Classical Library, 1989.

_____. *Metamorphoses*: books VII-XI. Translated by J. Arthur Hanson. London: Loeb Classical Library, 1989.

_____. *O asno de ouro*. Tradução e notas de Francisco Antonio de Campos. Lisboa: Europa-América, 1990.

_____. *The Apologia and Florida of Apuleius of Madaura*. Translated by H. E. Butler. Oxford: Clarendon Press, 1909.

APULEYO. *Apología*. Introducción, traducciones y notas de Santiago Segura Munguía. Madrid: Gredos, 1980.

_____. *Flórida*. Introducción, traducciones y notas de Santiago Segura Munguía. Madrid: Gredos, 1980.

ESTRABO. *Geography*: books I-II. Translated by A. D. Godley. London: Loeb Classical Library, 1969.

FILÓSTRATO. *Vidas de los Sofistas*. Traducción de Maria Concepción Giner Soria. Madrid: Gredos, 1982.

JOSEFO. *Guerra dos judeus: livro IV*. Tradução de A. C. Godoy. Curitiba: Jurua Editora, 2002.

JUSTINIAN. *The digest of roman law*. Translated by C. F. Kolbert. New York: Penguin Classics, 1979.

JUSTINIANO. *Digesto de Justiniano*. Tradução de Hécio Maciel França Madeira. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

LACTÂNCIO. *Instituciones divinas*. Traducción y notas de Eustáquio Sánchez. Madrid: Gredos, 1990.

ORÍGENES. *Contra Celso*. Tradução de Orlando dos Reis. São Paulo: Paulus, 2004.

Bibliografia instrumental

ANDERSON, P. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAGNIEWSKI, A. B. Repensando a teoria da alteridade e a obra de Josefo. *Oracula*, São Bernardo do Campo, n. 7, p. 28-41, 2008.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002.

BARROS, J. D.^a A história cultural francesa: caminhos de investigação. *Fênix: revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 2, n. 4, out./dez. 2005. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso em: 15 out. 2006.

_____.^b *O projeto de pesquisa em história*. Petrópolis: Vozes, 2005.

BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BECKER, H. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BOBBIO, N. Teoria das elites. In: _____. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, p. 385-391.

BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BLOK, A. The peasant and the brigand: social banditry reconsidered. *Comparative studies in Society and History*, Cambridge, v. 14, n. 4, 1972.

BOURDIEU, P. A força da representação. In: _____. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 107-116.

BURCKHARDT, J. *A cultura do renascimento na Itália: um ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BURKE, P. *A escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

_____. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BUSTAMANTE, R. M. da C.; THEML, N. História comparada: olhares plurais. *Phoênix*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 9-30, 2004.

CARDOSO, C. F. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, p. 9-39.

CARVALHO, F. A. L. Bens culturais e poder simbólico: algumas notas sobre a contribuição de Pierre Bourdieu para o ofício dos historiadores. *Tempos históricos*, Cascavel, v. 9, p. 75-116, 2006.

_____. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos*, Maringá, n. 1, v. 9, p. 143-165, 2005.

CASTEL, R. *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?* Petropolis: Editora Vozes, 2008.

CAVALLO, G.; CHARTIER, R. Introdução. In: _____. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998, p. 5-40.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1987.

_____.^a A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

_____.^b L'histoire entre récit et connaissance. *MLN*, Baltimore, n. 109, p. 583-600, 1994.

_____. Literatura e história. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 197-216, 2000.

_____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 11, p. 173-191, 1991.

CHAUVEAU, A.; TÉTARD, P. (Orgs.). *Questões para a história do presente*. São Paulo: Edusc, 1999.

DE CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

DUARTE, C. R.; FROTSCHER, M.; RIBEIRO, S. I. G. T. Práticas culturais e identidades. *Tempos históricos*, Cascavel, v. 8, p. 295-307, 2006.

DUBUISSON, M. *Réflexions sur l'actualité de l'antiquité gréco-romaine*. Disponível em: <http://www.class.ulg.ac.be/ressources/reflexions.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2009.

- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FEITOSA, L. M. G. C.; SILVA, G. J. da. O mundo antigo sob lentes contemporâneas. In: FUNARI, P. P. A.; SILVA, M. A. de O. (Orgs.). *Política e identidades no mundo antigo*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 209-250.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2005.
- FUNARI, P. P. A. Exclusão social: considerações a partir de uma inscrição latina. *Dimensões*, Vitória, n. 22, p. 51-57, 2009.
- _____. Filologia, literatura e linguística e os debates historiográficos sobre a antiguidade clássica. *Boletim do CPA*, Campinas, n. 5/6, jan./dez., p. 153-166, 1998.
- _____. Uma antiguidade sem conflitos. *Boletim do CPA*, Campinas, n. 11, jan./jun., p. 13-24, 2001.
- GAIO, G. G. G. A aporia da história em dois momentos: na antiguidade clássica e no historicismo. *Dimensões*, Vitória, v. 24, p. 135-156, 2010.
- GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- _____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GONÇALVES, A. T. M.; ROCHA, L. M. Identidades e etnicidades: conceitos e preceitos. In: SILVA, G. V. da; NADER, M. B.; FRANCO, S. P. (Orgs.). *As identidades no tempo: ensaios de gênero, etnia e religião*. Vitória: EDUFES, 2006, p. 11-31.

GRUNER, C. Introdução. GRUNER, C.; DENIPOTI, C. (Orgs.). *Nas tramas da ficção: história, literatura e leitura*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008, p. 9-17.

GUARINELLO, N. L.^a História científica, história contemporânea e história cotidiana. *História*, São Paulo, v. 24, n. 48, p.13-38, 2004.

_____. Uma morfologia da história antiga: as formas da história antiga. *Politeia*, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 41-61, 2003.

_____. Roma, o poder e a história. In: SILVA, G. V. da; NADER, M. B.; FRANCO, S. P. (Orgs.). *As identidades no tempo: ensaios de gênero, etnia e religião*. Vitória: EDUFES, 2006, p. 281-293.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

HARTOG, F. *O espelho de Heródoto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HOBBSAWM, E. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 1976.

HUIZINGA, J. *O outono da idade média*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

LANE, S. T. M. Usos e abusos do conceito de representação social. In: SPINK, M. J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 58-72.

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: _____. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 535-549.

MAFFESOLI, M. *O instante eterno: o restor do trágico nas sociedades pós-modernas*. São Paulo: Zouk, 2003.

MARTINS, E. de R. História: conhecimento, verdade e argumento. *Dimensões*, Vitória, v. 24, p. 5-32, 2010.

NAXARA, M. R. C. Historiadores e texto literário: alguns apontamentos. *Questões e debates*, Curitiba, n. 44, p. 37-48, 2006.

PEREIRA DE SÁ, C. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 19-45.

SANTOS, Z. A. M. dos. *História e literatura: uma reflexão possível*. Disponível em: www.fap.pr.gov/arquivos/file/revistacientifica.pdf. Acesso em: 20 dez. 2009.

SAWAIA, B. B. Representação e ideologia: o encontro desfeticizador. In: SPINK, M. J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 73-84.

SILVEIRA, C. da. Entre a história e a literatura: a identidade nacional em Lima Barreto. *Questões e debates*, Curitiba, n. 44, p. 115-146, 2006.

SILVA, G. V. da. Desvio social, exclusão e estigmatização: notas para o estudo da história dos marginais. *Dimensões*, Vitória, n. 22, p. 13-29, 2009.

_____.b Memória, história e historiografia em torno do baixo império romano. *Pós-história*, Assis, v. 9, p. 71-91, 2001.

_____. Representação social, identidade e estigmatização: algumas considerações de caráter teórico. In: FRANCO, S. P.; LARANJA, A. L.; SILVA, G. V. da (Org.). *Exclusão social, violência e identidade*. Vitória: Flor e Cultura, 2004, p. 13-30.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-101.

SLATTA, R. (Ed.). *Bandits: the varieties of latin american banditry*. New York: Greenwood Press, 1987.

_____. *Eric J. Hobsbawm's social bandit: a critique and revision*. Disponível em: http://www.ncsu.edu/project/acontracorriente/spring_04/Slatta.pdf#search=%22Bandits%20Hobsbawm%22. Acesso em: 20 fev. 2010.

SOUZA, V. História e literatura: uma relação de amor e ode em História do Brasil de Murilo Mendes. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 45-58, 2008.

SOUZA FILHO, E. A. Análise de representações sociais. In: SPINK, M. J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 109-145.

SPINK, M. J. P. O estudo empírico das representações sociais. In: _____. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 85-108.

VAINFAS, R. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VEYNE, P. *O inventário das diferenças*. Lisboa: Gradiva, 1989.

WEINSTEIN, B. History without cause? The new cultural history, the grand narrative and the postcolonial dilemma. *História*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 185-210, 2003.

WHITE, H. Teoria literária e escrita da história. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 21-48, 1991.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-72.

Obras de apoio

ABREU E SOUZA, R. Romanização: via de mão dupla? *Boletim do CPA*, Campinas, n. 17, jan./jun., p. 197-220, 2004.

ALBERTINI, E. *L'Afrique romaine*. Paris: Musées de l'Algérie, 1937.

ALFÖLDY, G. *História social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

ARAÚJO, S. R. de. Entre religio et superstitio: uma das leituras possíveis de O asno de ouro de Apuleio de Madaura. *Phoênix*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 314-333, 2007.

_____. Imaginário e narrativas: a história dialoga com a literatura no mundo antigo. In: LESSA, F. de S.; BUSTAMANTE, R. M. da C. (Orgs.). *Dialogando com Clio*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009, p. 123-140.

_____. Politeísmo no Asno de ouro de Apuleio. In: LIMA, A. C. C.; TACLA, A. B. (Orgs.). *Experiências politeístas: cadernos do CEIA*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 166-175.

BLÁNQUEZ PÉREZ, C. Desigualdades sociales y praxis jurídica en Apuleyo. *Gerión*, Madrid, n. 5, p. 119-131, 1987.

BLUMELL, L. H. *Beware of the bandits! The perils of land travel in the roman empire*. Disponível em: www.philipharland.com. Acesso em: 24 abr. 2009.

BORGES, A. dos S. Urbanização e a construção da paisagem no alto império romano: a colônia de Augusta Emerita. *Revista Archai*, Brasília, n. 02, p. 1-4, 2009. Disponível em: www.archai.unb.br/revista. Acesso em: 15 fev. 2010.

BRADLEY, K. Apuleius and Carthage. *Ancient Narrative*, Groningen, v. 4, p. 1-29, 2005.

BROUGHTON, T. R. S. *The romanization of Africa proconsularis*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1929.

BROWN, P. *A ascensão do cristianismo no ocidente*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

_____. Antiguidade tardia. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. *História da vida privada: do império romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 225-300.

_____. *Power and persuasion in late antiquity: towards a christian empire*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1992.

BUSTAMANTE, R. M. da C.^a Caça e poder no discurso musivo afro-romano. In: LESSA, F. de S.; BUSTAMANTE, R. M. da C. (Orgs.). *Dialogando com Clio*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009, p. 205-222.

_____. Circunceliões: revolta rural na África romana? In: CHEVITARESE, A. L. (Org.). *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 39-64.

_____.^a Construção da história da África romana: historiografia “colonizada” x historiografia “descolonizada”. *História*, São Paulo, v. 17/18, p. 127-145, 1999.

_____. Espaços e práticas culturais em Hippo Regius: estratégias e táticas. *Phoînix*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 275-305, 2004.

_____.^b Exclusão na arena: damnatio ad bestias. *Dimensões*, Vitória, n. 22, p. 104-122, 2009.

_____. História e arqueologia: desvelando a África do Norte romana no baixo império romano. *História*, São Paulo, v. 15, p. 253-264, 1996.

_____. Latim, púnico e berbere na África do Norte: identidade e alteridade. *Phoênix*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 312-327, 2000.

_____. O leão está de olho: um estudo de caso de um mosaico da África Proconsular. *Fênix: revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 4, n. 1, jan./mar. 2007. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso em: 15 out. 2008.

_____. Práticas culturais no império romano: entre a unidade e a diversidade. In: SILVA, G. V. da.; MENDES, N. M. (Orgs.). *Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 109-136.

_____.^b Práticas religiosas nas cidades romano-africanas: identidade e alteridade. *Phoênix*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 325-348, 1999.

_____. Rômulo e a fundação do mundo. *Phoênix*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 331-344, 2001.

BUSTAMANTE, R. M. da C.; DAVIDSON, J.; MENDES, N. M. A experiência imperialista romana: teorias e práticas. *Tempo*, Niterói, v. 9, n. 18, p. 17-41, 2005.

BUSTAMANTE, R. M. da C.; ANDRADE, M. M. de; CHEVITARESE, A. L. Imagens de caça na antiguidade clássica: entre a cidade e o campo. *Phoênix*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 46-86, 2006.

CARVALHO, M. M. de. *Paidéia e retórica no século IV d.C.: a construção da imagem do imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, 2002.

_____. Política e cidade na filosofia mística do imperador Juliano. *História*, São Paulo, v. 15, p. 215-229, 1996.

- CARVALHO, M. M. de; GONÇALVES, A. T. M. Mulher romana e casamento na obra de Apuleio. *História*, São Paulo, n. 12, p. 115-122, 1993.
- CAVALLO, G. Entre volumen e codex: a leitura no mundo romano. In: CHARTIER, R.; CAVALLO, G. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998, p. 71-102.
- CAVICCHIOLI, M. R. A formação de Pompéia antiga: identidade, pluralidade e multiplicidade. In: FUNARI, P. P. A.; SILVA, M. A. de O. (Orgs.). *Política e identidades no mundo antigo*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 59-72.
- CHAUSA, A. Modelos de reservas de indígenas en el África romana. *Gerión*, Madrid, n. 2, p. 95-101, 1994.
- _____. *Veteranos en el África romana*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1997.
- CHERRY, D. *Frontier and society in roman north Africa*. New York: Oxford University Press, 2005.
- CORASSIN, M. L. Romanização e marginalidade na África do Norte. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 157-165, 1985.
- CORBIER, M. City, territory and taxation. In: RICH, J.; WALLACE-HADRILL, A (Orgs.). *City and country in the ancient world*. London: Routledge, 1991, p. 211-239.
- COULANGES, F. de. *A cidade antiga*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- DAVIS, N. Z. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DUCAN-JONES, R. P. City population in roman Africa. *The Journal of Roman Studies*, London, v. 53, p. 85-90, 1963.
- FANTACUSSI, V. A. *O culto da deusa Ísis entre os romanos no século II: representações nas Metamorphoses de Apuleio*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: UNESP, 2006.
- FUNARI, P. P. *A vida quotidiana na Roma antiga*. São Paulo: Annablume, 2003.

GAISSER, J. H. *The fortunes of Apuleius and the Golden ass*. New York: Pinceton University Press, 2008.

GARNSEY, P. D. A. Rome's african empire under the principate. In: GARNSEY, P. D. A.; WHITTAKER, C. R. (Orgs.). *Imperialism in the ancient world*. London: Cambridge University Press, 2006, p. 223-254.

GARRAFFONI, R. S. Bandidos e salteadores: concepções da elite romana sobre a transgressão social. *Boletim da CPA*, Campinas, n. 4, p. 311-317, 1997.

_____. *Bandidos e salteadores na Roma antiga*. São Paulo: Annablume, 2002.

_____. *Gladiadores na Roma antiga: dos combates às paixões cotidianas*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Os bandidos entre os romanos: leituras eruditas e percepções populares. *História*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 133-151, 2007.

_____. Robbers and soldiers: criminality and roman army in Apuleiu's *Metamorphoses*. *Gerión*, Madrid, v. 22, n. 1, p. 367-377, 2004.

GIBBON, E. *Declínio e queda do império romano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOZALBES CRAVIOTO, E. Tumultos y resistencia indígena em Mauretania Tingitana. *Gerión*, Madrid, n. 1, v. 20, p. 451-485, 2002.

GRANT, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GRIMAL, P. *As cidades romanas*. Lisboa: Edições 70, [19--].

_____. *O império romano*. Lisboa: Edições 70, 1993.

GRÜNEWALD, T. *Bandits in the roman empire: myth and reality*. London and New York: Routledge, 2004.

GSELL, S.; MARÇAIS, G.; YVER, G. *Histoire d'Algérie*. Paris: Ancienne librairie ferne, 1929.

GUARINELLO, N. L. Identidades mediterrâneas. *I encontro do Laboratório de estudos do império romano: regional Espírito Santo*. Vitória, Ufes, 2010.

_____. Império romano e identidade grega. In: FUNARI, P. P. A.; SILVA, M. A. de O. (Orgs.). *Política e identidades no mundo antigo*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 147-162.

_____. Império e imperialismo, realidades antigas e conceitos contemporâneos. In: CAMPOS, A. P. et al. *Os impérios e suas matrizes políticas e culturais*. Vitória: Flor e Cultura, 2008, p. 9-18.

_____.^b *O imperialismo greco-romano*. São Paulo: Ática, 2004.

_____. Modelos teóricos sobre a cidade do mediterrâneo antigo. In: FLORENZANO, M. B. B.; HIRATA, E. F. V. (Orgs.). *Estudos sobre a cidade antiga*. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 109-120.

GUIMARÃES, R. O homem de Madaura. In: APULEIO. *O asno de ouro*. Rio de Janeiro: Ediouro, [19--], p. 7-14.

HANSON, J. A. Introduction. In: APULEIUS. *Metamorphoses: books I-VI*. London: Loeb Classical Library, 1989, p. ix-xiv.

HARRISON, S. J. *Apuleius: a latin sophist*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

HARRISON, S. J.; HILTON, J. L.; HUNINK, V. J. C. *Apuleius: rhetorical works*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HARVEY, P. *Dicionário Oxford de literatura clássica: grega e latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Algunas reflexiones sobre los límites del *olkoumene* en el imperio romano. *Gerión*, Madrid, v. 23, n. 1, p. 271-285, 2005.

_____. Ecumenismo romano: entre utopía y realidad. *Studia Histórica*, Salamanca, v. 26, p. 47-62, 2008.

_____. *Sociedad e ideología en el império romano: Apuleyo de Madaura*. Salamanca: Ediciones Universidad, 1986.

HOFMANN, H. *Latin-fiction: the latin novel in context*. London: Routledge, 2004.

HOOFF, A. J. L. Ancien robbers: reflections behind the facts. *Ancient Society*, Louvain, v. 19, 1997.

HOPE, V. Status and identity in the roman world. In: HUSKINSON, J. (Org.). *Experiencing Rome: culture, identity and power in the roman empire*. New York: Routledge, 2000, p. 124-152.

HOPWOOD, K. Bandits, elites and rural order. In: HADRILL, A. W. (Org.). *Patronage in ancient society*. London and New York: Routledge, 1990, p. 171-187.

HORSLEY, R. *Bandidos, profetas e messias*. São Paulo: Paulus, 1997.

HUSKINSON, J._a Elite culture and the identity of empire. In: _____. *Experiencing Rome: culture, identity and power in the roman empire*. New York: Routledge, 2000, p. 95-124.

_____._b Looking for culture, identity and power. In: _____. *Experiencing Rome: culture, identity and power in the roman empire*. New York: Routledge, 2000, p. 3-28.

ISAAC, B. Bandits in Judaea and Arabia. *Harvard Studies in Classical Philology*, Cambridge, v. 88, p. 171-203, 1984.

JACQUES, F. *Les cités de l'occident romani*. Paris: Les Belles Lettres, 1992.

LINTOTT, A. *Imperium romanum: politics and administration*. London: Routledge, 1997.

MACKAY, P. A. The tradition of the tales of banditry in Apuleius. *Greece & Rome*, Cambridge, v. 10, p. 147-152, 1963.

MACMULLEN, R. *Enemies of the roman order: treason, unrest and alienation in the empire*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

_____. *Romanization in the time of Augustus*. New Haven and London: Yale University Press, 2000.

MAHJOUBI, A. O período romano e pós-romano na África do norte. In: MOKHTAR, G. (Coord.). *História geral da África*. São Paulo: Ática, 1985, p. 473-509.

MARROU, H. I. *História da educação na Antiguidade*. São Paulo: EPU, 1990.

MARSHALL, E. Constructing the self and the other in Cyrenaica. In: BERRY, J.; RAY, L. (Orgs.). *Cultural identity in the roman empire*. London: Routledge, 1998, p. 35-47.

MATTINGLY, D. J.; HITCHNER, R. Roman Africa: an archaeological review. *The journal of roman studies*, London, v. 85, p. 165-213, 1995.

MENDES, N. M. Centralização e integração na experiência imperial romana: uma reflexão. *Phoênix*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 257-274, 2004.

_____. Estrabão e a enunciação de uma estrutura de atitudes e referências da cultura imperial. *Phoênix*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 305-313, 2003.

_____.^a Império e romanização: estratégias, dominação e colapso. *Brathair*, São Luis, n. 7, p. 25-48, 2007. Disponível em: www.brathair.com. Acesso em: 15 fev. 2010.

_____.^b O espaço urbano da cidade de Balsa: uma reflexão sobre o conceito de romanização. *Fênix: revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 4, n. 1, jan./mar. 2007. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso em: 15 out. 2009.

_____.a O sistema político do principado. In: SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. (Orgs.). *Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 21-52.

_____. Romanização: a historicidade de um conceito. In: CAMPOS, A. P. et al. *Os impérios e suas matrizes políticas e culturais*. Vitória: Flor e Cultura, 2008, p. 37-52.

_____.b Romanização e a construção da paisagem imperial no sul da Lusitânia. *Phoênix*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 231-256, 2006.

_____. Romanização e as questões de identidade e alteridade. *Boletim do CPA*, Campinas, n. 11, p. 25-42, 2001.

_____. *Sistema político do império romano do ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MILAZZO, B. L. M. Britânia romana – as cidades como centros do poder na fronteira de um império: a colônia de Camulodonum. *Gaia: revista eletrônica de História Antiga*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 27-36, 2007.

MILLAR, F. Local cultures in the roman empire: libyan, punic, and latin in roman Africa. *The journal of roman studies*, London, v. 58, p. 126-134, 1968.

MILLETT, M. Roman towns and their territories: an archaeological perspective. In: RICH, J.; WALLACE-HADRILL, A. (Orgs.). *City and country in the ancient world*. London: Routledge, 1991, p. 167-189.

MUNGUÍA, S. S. Introducción general. In: APULEYO. *Apología e Flórica*. Madrid: Gredos, 1980, p. 7-49.

NEWTON, F. *The scriptorium and library at Monte Cassino: 1058-1105*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

NIPEL, W. Policing Rome. *The Journal of Roman Studies*, London, v. 74, 1984, p. 20-29.

_____. *Public order in ancient Rome*. Cambridge: University Press, 1995.

OMENA, L. M. de. As estratégias de afirmação social das mulheres no romance O asno de ouro de Lúcio Apuleio. *História: questões e debates*, Curitiba, n. 34, p. 65-88, 2001.

PATTERSON, J. R. Settlement, city and elite in Samnium and Lycia. In: RICH, J.; WALLACE-HADRILL, A. (Orgs.). *City and country in the ancient world*. London: Routledge, 1991, p. 147-168.

PEREIRA, M. H da R. Humanitas. In: _____. *Estudos de história da cultura clássica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 423-429.

PERRING, D. Spatial organisation and social change in roman towns. In: RICH, J.; WALLACE-HADRILL, A. (Orgs.). *City and country in the ancient world*. London: Routledge, 1991, p. 273-293.

PETIT, P. *A paz romana*. São Paulo: EDUSP, 1989.

PLÁCIDO SUÁREZ, D. La ecúmene romana: espacios de integración y exclusión. *Studia Histórica*, Salamanca, v. 26, p. 15-20, 2008.

PORTO, V. C. O império romano e as cidades da Judéia/Palestina: um estudo iconográfico das moedas. In: FUNARI, P. P. A.; SILVA, M. A. de O. (Orgs.). *Política e identidades no mundo antigo*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 107-130.

POTTER, T. W. Towns and territories in southern Etruria. In: RICH, J.; WALLACE-HADRILL, A. (Orgs.). *City and country in the ancient world*. London: Routledge, 1991, p. 191-209.

QUINN, J. C. Roman Africa? *Digressus supplement*, Nottingham, n. 1, p. 7-34, 2003.

Disponível em: www.digressus.org. Acesso em: 25 mar. 2009.

- RAVEN, S. *Rome in Africa*. London and New York: Routledge, 1993.
- RICHARDSON, J. S. Imperium romanum: empire and language of power. *The journal of roman studies*, London, v. 81, p. 1-9, 1991.
- RIVES, J. B. *Religion and authority in roman Carthage from Augustus to Constantine*. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- ROCHA, I. E. Dominadores e dominados na Palestina do século I. *História*, São Paulo, n. 23, p. 239-258, 2004.
- ROSTOVTZEFF, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- ROYO, M. J. Introducción. In: APULEYO. *El asno de oro*. Madrid: Letras Universales, 1998, p. 11-50.
- SANTOS, I. D. *A basílica como elemento de urbanização na Gallia Comata no período de dominação romana*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP, Museu de Arqueologia e Etnologia, 2006.
- SEGAL, A. Roman cities in the province of Arábia. *The journal of the society of architectural historians*, Cambridge, v. 40, n. 2, p. 108-121, 1981.
- SHAW, B.^a Bandits in the roman empire. *Past and Present*, Oxford, n. 105, p. 3-52, 1984.
- _____.^b Bandit highlands and lowland peace: the mountains of Isauria-Cilicia. *Journal of the economic and social History of the Orient*, New York, v. 33, p.199-233, 1984.
- _____. O bandido. In: GIARDINA, A. (Org.). *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 247-280.
- SILVA, G. V. da. A formação dos cidadãos do céu: João Crisóstomo e a christon paideia. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 32, n. 1, p. 7-17, 2010.

_____. *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basiléia (337-361)*. Vitória: EDUFES, 2003.

_____. Romanização, identidade e resistência: a revolta dos isaurianos em 354. *Phoînix*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 170-184, 2002.

_____.^a Um exemplo de polêmica religiosa no século II d.C.: a oposição Ísis x Atargatis nas Metamorfoses de Apuleio. *Revista de História da UFES*, Vitória, n. 9, p. 27-39, 2001.

SILVA, M. A. de O.^a *A segunda sofística: movimento, fenômeno ou exagero?* *Praesentia*, Mérida, n. 6, 2007. Disponível em: www.vereda.saber.ula.ve/sol/praesentia8/maria.htm. Acesso em: 25 jun. 2009.

_____.^b *Plutarco e Roma: o mundo grego no império*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007.

SILVA, S. C. A aristocracia romana-africana do século II d.C. no discurso *Apologia* de Apuleio. *Revista Alétheia*, Canoas, n. 2, v. 2, dez. 2009. Disponível em: www.revistaaletheia.com/publicacao.htm. Acesso em: 20 fev. 2010.

_____. *Relações de poder em um processo de magia no século II d.C.: uma análise do discurso Apologia* de Apuleio. Dissertação de Mestrado, Franca: UNESP, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2006.

SOUZA, R. de A. Romanização: via de mão dupla? *Boletim do CPA*, Campinas, n. 17, p. 197-220, 2004.

SPALDING, T. O. *Pequeno dicionário de literatura latina*. São Paulo: Cultrix, [19--].

SPEAKE, G. *A dictionary of ancient history*. Oxford: Blackwell Reference, 1994.

THÉBERT, Y. Vida privada e arquitetura doméstica na África romana. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. *História da vida privada: do império romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 301-398.

VEYNE, P. Humanitas: romanos e não romanos. In: GIARDINA, A. (Org.). *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 283-302.

_____. *O império greco-romano*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

_____. O império romano. In: In: ARIÈS, P.; DUBY, G. *História da vida privada: do império romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 19-224.

WALLACE-HADRILL, A. Elites and trade in the roman town. In: RICH, J.; WALLACE-HADRILL, A. (Orgs.). *City and country in the ancient world*. London: Routledge, 1991, p. 242-272.

WALSH, P. G. *The roman novel*. London: Cambridge University Press, 1995.

WINKLER, J. J. *A narratological reading of Apuleius's The golden ass*. California: University of California Press, 1991.

ZANDONÁ, D. A segunda sofística: intelectuais, historiografia e poder político na era dos Antoninos. *História e-história*, Campinas, out. 2008. Disponível em: www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm. Acesso em: 01 out. 2009.